

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 09 de janeiro de 2019

35 Páginas / Ano 3 / Edição nº 148



LEIS

LEI nº. 2758/2018

EMENTA: Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguariáiva.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, SANCIONO a seguinte **LEI**:

TÍTULO I DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º. Esta Lei, com fundamento na Constituição Federal, em especial no que estabelecem os artigos 30 e 182, na Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, nos arts. 150 a 154, 161, 207, 210 e 212 da Constituição do Estado do Paraná e nos arts. 81, 82, 132, 133 e 135 da Lei Orgânica do Município, institui o PDM de Jaguariáiva e estabelece as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º. O PDM aplica-se a toda extensão territorial do Município de Jaguariáiva.

Art. 3º. O PDM é parte integrante do processo de planejamento municipal e o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e os planos, programas e projetos setoriais incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 4º. Integram o PDM, instituído por esta Lei, as seguintes

- I. do Uso e Ocupação do Solo;
- II. do Parcelamento do Solo Urbano;
- III. do Perímetro Urbano;
- IV. do Sistema Viário;
- V. do Código de Obras;
- VI. do Código de Posturas.

Art. 5º. Outras Leis poderão vir a integrar o Plano, desde que cumulativamente:

- I. mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes dos conjuntos de Leis componentes do Plano;
- II. tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e as ações de planejamento municipal;
- III. definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e as outras Leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais Leis.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 6º. A Política de Desenvolvimento Municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I. a função social da cidade e da propriedade;
- II. justiça social e redução das desigualdades sociais;
- III. preservação e recuperação do ambiente natural;
- IV. sustentabilidade;
- V. gestão democrática e participativa.

Art. 7º. O Município de Jaguariáiva adota um modelo de política e desenvolvimento territorial, incorporando como princípio a promoção e a exigência do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade com o objetivo de garantir:

- I. a melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do município;
- II. o desenvolvimento territorial, a justa distribuição das riquezas e a equidade social;
- III. equilíbrio e a qualidade do ambiente natural, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;
- IV. a otimização do uso da infraestrutura instalada evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
- V. a redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho, o abastecimento, a educação e o lazer;
- VI. a democratização do acesso à terra e à moradia digna, possibilitando a acessibilidade ao mercado habitacional para a população de baixa renda e cobrindo o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- VII. a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VIII. a participação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos compatíveis com o interesse público e com as funções sociais da cidade;
- IX. a implantação da regulação urbanística fundada no interesse público;
- X. a implementação da Política Municipal de Mobilidade Urbana instituída pela Lei Municipal nº. 2556/2015;
- XI. a implantação das normas para arborização do Município de Jaguariáiva que será regulamentado em Lei Específica e será parte integrante deste PDM;
- XII. a regulamentação do Transporte Público que será parte integrante deste PDM e tratada em Lei Específica.

Art. 8º. Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art. 9º. O Município utilizará os instrumentos previstos nesta Lei e demais legislações para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

CAPÍTULO III DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10. A propriedade cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico;
 - II. compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, com os equipamentos e os serviços públicos disponíveis;
 - III. compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do Município;
 - IV. compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários.
- Art. 11.** A função social da propriedade deverá atender aos princípios de ordenamento territorial do município, expressos neste PDM e no Estatuto da Cidade, com o objetivo de assegurar:
- I. o acesso à terra urbanizada e moradia adequada a todos, conforme dispõe o art. 6º da Constituição Federal;
 - II. a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e de transformação do território;
 - III. a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
 - IV. a proteção, preservação e recuperação do ambiente natural e construído;

V. a adequada distribuição de atividades, proporcionando uma melhor densificação urbana da ocupação da cidade, de forma equilibrada com relação ao meio ambiente, à infraestrutura disponível e ao sistema de circulação, de modo a evitar a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos aplicados na urbanização;

VI. a qualificação da paisagem urbana e natural e a preservação do patrimônio ambiental;

VII. a conservação e a recuperação dos potenciais hídricos do Município, em especial os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos;

VIII. a descentralização das atividades econômicas, proporcionando melhor adensamento populacional e a reestruturação de bairros, periferias e aglomeramentos urbanos;

IX. a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas, visando a melhor qualidade de vida para a população, através da qualificação e da melhoria das condições ambientais e de habitabilidade.

TÍTULO II DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 12. São princípios gerais que norteiam a Política de Desenvolvimento Municipal:

- I. minimizar os custos da urbanização;
- II. assegurar a preservação dos valores ambientais e culturais;
- III. assegurar a participação do cidadão na gestão do desenvolvimento;
- IV. assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana;
- V. melhorar a qualidade de vida da população;
- VI. criar mecanismos que possibilitem a inclusão social.

Art. 13. A Política de Desenvolvimento Municipal será composta pelas seguintes vertentes:

- I. proteção e Preservação Ambiental;
- II. serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- III. desenvolvimento Econômico-social;
- IV. desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática;
- V. desenvolvimento Físico-territorial.

CAPÍTULO I DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A política de proteção e preservação ambiental deverá garantir o direito de cidades sustentáveis fazendo referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação e a competência federal e estadual pertinente.

Art. 15. A política de proteção e preservação ambiental será pautada pelas seguintes diretrizes:

- I. assegurar o desenvolvimento da Política Pública Ambiental considerando o meio ambiente como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável do Município, criando instrumentos de controle e fiscalização que favoreçam o meio ambiente, através da estruturação da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, da proteção ambiental, da revitalização e manutenção de áreas degradadas, da educação ambiental, do gerenciamento de resíduos e da manutenção das áreas de preservação;
- II. realizar o mapeamento do uso do solo rural de maneira a gerar insumos para a revisão do zoneamento e do zoneamento;
- III. monitorar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo e da água, principalmente dos mananciais de abastecimento;
- IV. garantir a preservação e a biodiversidade nos mananciais, controlando o despejo de efluentes de forma a garantir a qualidade do meio ambiente;
- V. monitorar as áreas ambientalmente frágeis de forma a coibir os usos inadequados relativos ao solo, procurando preservar ou restabelecer a vegetação original;
- VI. compatibilizar usos e resolver conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental;
- VII. desenvolver legislação ambiental municipal para sua atualização e adequação aos preceitos desta Lei, onde a qualidade de vida e ambiental significam saúde para a população;
- VIII. apoiar a recuperação e conservação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, bem como das áreas degradadas e a preservação dos rios e córregos;
- IX. incentivar a criação de corredores de biodiversidade;
- X. garantir a manutenção e segurança dos Parques Municipais;
- XI. desenvolver programa que enfoque o atendimento de 12m² (doze metros quadrados) de áreas verdes por habitante, exigidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- XII. criar política de controle da exploração prejudicial dos recursos naturais através da conscientização, da educação ambiental e do incentivo à utilização de fontes alternativas de energia;
- XIII. elaborar e desenvolver Plano de Educação Ambiental no Município, principalmente junto às escolas;
- XIV. incrementar a arborização urbana através da elaboração e implantação de Plano de Arborização Municipal;
- XV. criar sistemas de manejo de material reciclável, de entulho de construção civil, orgânico e resultante de poda de vegetação, interrompendo a disposição irregular em terrenos vazios, sítios rurais, nos e na própria via pública, desenvolvendo projetos de reciclagem para utilização junto a construção civil, possibilitando a redução de custos para os projetos de habitação popular.

CAPÍTULO II DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 16. A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental deverá garantir o direito de acesso, das comunidades urbanas e rurais, à infraestrutura mínima, aos serviços públicos e aos sistemas de saneamento ambiental, como meio de promover o bem-estar da população, assim como a qualidade de vida e a saúde pública.

Art. 17. A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental serão pautados pelas seguintes diretrizes:

- I. garantir o acesso ao abastecimento de água, à coleta e tratamento de esgoto sanitário e ao escoamento e captação pluvial através do gerenciamento dos sistemas de saneamento e infraestrutura, em cumprimento à Lei Federal nº. 11.445/2007;
- II. manter o atendimento de água tratada em 100% (cem por cento) na área urbana de Jaguariáiva;
- III. implantar coleta e tratamento de esgoto, até atingir 100% (cem por cento) de cobertura;
- IV. coibir a construção de fossas nas calçadas;
- V. ampliar rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação até atingir 100% (cem por cento) de cobertura da área urbana;
- VI. solucionar problemas das áreas críticas dos emissários;
- VII. garantir a manutenção e fiscalização da rede de drenagem de águas pluviais a fim de evitar ligações clandestinas de esgoto e vice-versa;
- VIII. promover programas educacionais em relação à utilização adequada dos sistemas de saneamento;
- IX. compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento;
- X. solucionar conflito entre arborização urbana e iluminação pública;
- XI. instalação de linhas de contenção de lixo flutuante nos cursos d'água no perímetro urbano.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Art. 18. A política de desenvolvimento social e econômico de Jaguariáiva será articulada à proteção do meio ambiente, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população.

SEÇÃO I DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 19. A política de desenvolvimento econômico será pautada nas seguintes diretrizes:

- I. garantir o Desenvolvimento Econômico-social do Município através das potencialidades industriais, comerciais e de serviços, agropecuárias, turísticas e tecnológicas;
- II. incentivar a permanência e fixação da mão-de-obra do homem no campo, através do fomento à agroindústria e agricultura de base familiar;
- III. investir mais em políticas de incentivo à agricultura;
- IV. auxiliar a legalização do solo rural;
- V. implantar programa de melhoria da condição do solo rural;

VI. criar programas de apoio à diversificação da produção agropecuária (fruticultura, hortifrutigranjeiros, floricultura, apicultura, suinocultura, avicultura e piscicultura);

VII. apoiar programas de melhoria da produção pecuária através da recuperação da fertilidade, melhoramento genético, gestão e monitoramento, planejamento dos ferragengos e balanceamento da dieta;

VIII. promover a qualificação dos produtores para piscicultura, através de apoio à implantação de tanque-rede;

IX. ampliar a linha de produção de leite;

X. criar programas de fomento às atividades florestais;

XI. fomentar atividades que compõe a cadeia produtiva municipal;

XII. apoiar a instalação de indústrias que preferencialmente incorporem a mão-de-obra local;

XIII. apoiar a instalação de pequenas e médias empresas;

XIV. implantar novo parque industrial;

XV. orientar e promover o desenvolvimento da infraestrutura de apoio ao turismo;

XVI. apoiar e promover eventos com potencial turístico;

XVII. compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do município e da região;

XVIII. apoiar programas de segurança do trabalho;

XIX. fiscalizar e monitorar transporte de trabalhadores;

XX. incentivar a formalização das empresas municipais;

XXI. fomentar a rede de economia solidária;

XXII. apoiar a Associação Comercial;

XXIII. compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;

XXIV. fomentar atividades econômicas em tecnologia e em uso intensivo de conhecimentos e informações;

XXV. apoiar iniciativas de comercialização direta entre os produtores familiares e os consumidores;

XXVI. oferecer pontos de venda permanentes para o pequeno produtor rural;

XXVII. implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda, principalmente para jovens e mulheres;

XXVIII. promover a melhoria da qualificação profissional da população;

XXIX. facilitar os cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra local mediante convênios com o SINE, o SENAC, o Sesi/SENAI e outros;

XXX. promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento para fortalecimento, entrada e prospeção de atividades produtivas de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis;

XXXI. prover condições para orientar e capacitar o sistema produtivo local e atender as demandas por bens e serviços locais;

XXXII. incentivar a organização associativa e cooperativa dos agentes engajados na produção rural e urbana de bens e serviços.

SEÇÃO II DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 20. Constituem-se elementos básicos das políticas sociais:

- I. educação;
- II. saúde;
- III. esporte, lazer, cultura e comunicação;
- IV. assistência social;
- V. habitação;
- VI. segurança pública e defesa civil.

Art. 21. A Política Municipal de Educação será pautada nas seguintes diretrizes:

- I. garantir o acesso à Educação promovendo ensino de qualidade, garantindo a equidade educacional, democratizando o ensino através do processo participativo, assim como estimulando o sucesso e a permanência do aluno na escola;
- II. promover manutenção da infraestrutura dos estabelecimentos de educação;
- III. ampliar o Sistema de Educação, assim como a atualização da informação na rede municipal de ensino;
- IV. garantir a Gestão de Recursos Financeiros do setor de educação;
- V. garantir a contratação de profissionais habilitados para o setor de educação, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- VI. garantir a Política para o atendimento à Educação Infantil, à Educação Especial, à Educação de Jovens e Adultos, ao Ensino Profissionalizante, à Educação Superior, à Educação Integral e à Educação do Campo;
- VII. abrir as instituições de ensino para a comunidade, propiciando atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos, palestras e integrando os moradores dos bairros em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte;
- VIII. desenvolver e ampliar programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional específico;
- IX. manter sistema de avaliação eficaz, baseado em conceitos éticos e profissionais para todos que atuam na rede municipal de ensino;
- X. promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;
- XI. estimular e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura física, equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento e a prática de atividades educacionais e culturais;
- XII. proporcionar educação de boa qualidade, de forma a garantir o sucesso do aluno na escola e na vida, inclusive assegurando sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho;
- XIII. garantir acessibilidade universal aos equipamentos públicos de educação;
- XIV. fomentar atividades extracurriculares como aulas de: pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, reforço escolar, atividade de esporte e lazer entre outros, mantendo, por um período mais longo, o aluno na escola;
- XV. garantir infraestrutura física adequada, equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento e a prática de atividades educacionais e culturais;
- XVI. garantir o transporte escolar da rede municipal de ensino, com qualidade, considerando a manutenção dos veículos;
- XVII. ampliar os convênios com empresas e entidades de modo a garantir os cursos de capacitação profissional de baixo custo, voltados para mercado de trabalho local;
- XVIII. descentralizar a oferta de cursos profissionalizantes, através de projetos itinerantes;
- XIX. apoiar convênios com instituições de ensino para promoção de cursos a distância de ensino superior e pós-graduação;
- XX. garantir a permanência da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Município;
- XXI. dar continuidade ao atendimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa à comunidade de Jaguariáiva e região.

Art. 22. A Política Municipal de Saúde será pautada nas seguintes diretrizes:

- I. garantir o acesso à saúde, promovendo rotinas de tratamento, desenvolvendo políticas de prevenção, oferecendo atendimento especializado, disponibilizando serviços básicos e complementares e prevendo ações específicas no atendimento de pessoas portadoras de deficiência;
- II. promover a adequação da infraestrutura dos estabelecimentos de saúde, ampliando os espaços físicos e adquirindo equipamentos;
- III. fortalecer a Assistência Farmacêutica, promovendo o acesso dos municípios aos medicamentos contemplados na REMUME/RENAME (Relatório Municipal de Medicamentos Essenciais/Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) e ao cuidado farmacêutico;
- IV. aprimorar o Setor da Vigilância em Saúde através do desenvolvimento de ações de controle de riscos, doenças e agravos prioritários;
- V. realizar a modernização, adequação e integração do Sistema de Informação de toda a área de saúde;
- VI. garantir a gestão de recursos financeiros do setor de saúde;
- VII. promover a Gestão de Trabalho e Educação Permanente em saúde, mantendo e qualificando os profissionais da área de saúde;
- VIII. assegurar a Atenção em Saúde Mental, mantendo o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS;
- IX. fortalecer as ações de Saúde Bucal, garantindo o acesso da população ao atendimento odontológico prevendo ampliação para o atendimento secundário;
- X. apoiar as ações de Promoção de Saúde com foco na saúde da mulher e da gestante, do trabalhador, da criança, do homem e do idoso;
- XI. fortalecer a Atenção Ambulatorial Especializada, através da manutenção de contratos de serviços especializados;
- XII. ampliar a cobertura populacional da Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal;
- XIII. consolidar as Ações de Assistência Social, garantindo o acesso com



humanização e equidade das necessidades dos usuários da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde;

XIV. fortalecer a Atenção Hospitalar com ampliação do acesso e aperfeiçoamento da qualidade das ações e serviços de saúde;

XV. manter e aprimorar o serviço de Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, como instrumento de gestão e regulação dos serviços de saúde;

XVI. aprimorar o Controle Social do SUS, mantendo o Conselho Municipal de Saúde e ampliando a participação popular.

Art. 23. A Política Municipal de Assistência Social será pautada nas seguintes diretrizes:

I. integrar as ações da Assistência Social com as demais políticas públicas;

II. consolidar e reordenar a Rede de Atendimento Social (Lar Bom Jesus – atendimento de Idosos; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Fundação Projeto Pescar – atendimento ao adolescente aprendiz; Pastoral da Criança; Centro de Atendimento Social Maria Imaculada - CASMI; Projeto Vida – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para dependentes químicos; PROVOPAR – Centro de Convivência; Projeto Jovem Aprendiz; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Primavera e Curumim; Casa Lar), efetivando os serviços sócio assistenciais dentro do Município;

III. garantir recursos para a manutenção dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como o gerenciamento financeiro destes;

IV. promover a cidadania na luta contra a exclusão e desigualdade;

V. implantar sistema informatizado de informações sobre o monitoramento e avaliação da rede socioassistencial visando garantir qualidade dos serviços;

VI. priorizar as atividades de promoção social, com convivência através de oficinas e grupo e ações educativas/emergenciais às famílias em vulnerabilidade social e pessoal;

VII. priorizar o atendimento à população situada abaixo da linha de pobreza;

VIII. desenvolver projeto de apoio ao idoso, gestante e crianças;

IX. manter atualizado o Cadastro Único de Beneficiário da Assistência Social promovida pelo Poder Público;

X. manter Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – espaço responsável pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. É a “porta de entrada” dos usuários à rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E manter os Serviços Assistenciais prestados e/ou a serem implantados no Município;

XI. manter Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) – unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado. Nesta perspectiva, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contra referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais;

XII. identificar metas e estratégias para as situações de ausência de cobertura dos direitos sócio assistenciais;

XIII. ampliar a equipe técnica, através de concurso público, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIV. promover a capacitação permanente dos profissionais em articulação com os níveis de gestão estadual e federal para um melhor desenvolver das ações;

XV. adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com deficiências ou necessidades especiais;

XVI. estabelecer parcerias com os setores de educação, saúde e infraestrutura, e mantê-las efetivas através de programas e projetos comunitários;

XVII. promover parceria com programas de geração de renda;

XVIII. implantar no Município um equipamento público na modalidade Centrodisto, voltado para o público idoso, visando a diminuição do acolhimento institucional, com equipe de referência conforme NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social);

XIX. ampliar o fortalecimento à rede de proteção, inclusive por meio de construção de espaços públicos destinados às pessoas vítimas de violência e negligência, através de políticas inclusivas e de apoio às vulnerabilidades sociais;

XX. implantar através do processo de instrumentalização da população à participação dos mesmos dentro das instâncias de controle social: CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CODIM – Conselho Municipal de Direitos da Mulher, CMDI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, CMDPM – Conselho Municipal Direitos da Pessoa com Deficiência, nos processos decisórios das referidas políticas públicas.

Art. 24. A Política Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Comunicação será pautada nas seguintes diretrizes:

I. garantir aos cidadãos acesso ao Esporte, Lazer e Recreação, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do desenvolvimento do esporte educacional, das atividades físicas de lazer e recreação, da atividade física como qualidade de vida, da promoção de esporte de competição e do incentivo ao esporte para pessoas com deficiência, de acordo com a demanda;

II. garantir infraestrutura física adequada, equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento e à prática das diversas modalidades esportivas, bem como atividades de lazer e recreação;

III. expandir atendimento e acompanhamento de atividades esportivas a toda comunidade;

IV. desenvolver e implantar projetos para melhorar o acesso ao esporte;

V. ampliar atividades de lazer nas áreas públicas;

VI. ampliar a atividade esportiva nas escolas;

VII. ampliar os jogos entre equipes municipais;

VIII. ampliar o esporte como forma de prevenção à marginalidade social;

IX. estabelecer convênios e parcerias, visando o reconhecimento do esporte no Município;

X. apoiar atividades esportivas diversificadas extracurriculares;

XI. adequar os espaços públicos garantindo acessibilidade;

XII. promover manutenção dos equipamentos de lazer, esportes e infraestrutura, garantindo o acesso de toda a população;

XIII. garantir o acesso e o incentivo à Cultura através do Departamento Municipal de Cultura, da valorização do Patrimônio Histórico; do incremento da Biblioteca Municipal e das atividades culturais;

XIV. desenvolver projetos culturais na rádio municipal;

XV. manter e ampliar as atividades da “Escola Municipal de Música Elzita Jorge Cunha”;

XVI. reativar a “Escola Música Municipal Antonieta Pessa” e Banda Municipal;

XVII. estimular o uso dos espaços e equipamentos públicos para manifestações culturais;

XVIII. desenvolver projetos culturais itinerantes através da política pública de renda e trabalho em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

XIX. ampliar projetos de resgate histórico e cultural;

XX. diversificar as atividades culturais;

XXI. promover e manter oficinas culturais com objetivo de trabalhar com crianças e adolescentes do Município;

XXII. contratar profissionais capacitados para ministrar as referidas oficinas;

XXIII. criar o Conselho Municipal de Cultura;

XXIV. adequar a uma política de incentivo à preservação do patrimônio histórico como apoio à atividade de turismo;

XXV. desenvolver projetos de utilização e otimização dos edifícios públicos históricos;

XXVI. promover a acessibilidade nos edifícios dos espaços culturais;

XXVII. manter fanfarra e criar Banda Marcial Municipal;

XXVIII. promover as áreas de artes cênicas visuais, desenvolvendo atividades como: danças, teatro, artesanato, pintura, esculturas e etc;

XXIX. garantir o acesso à Comunicação Social através das redes de

radiodifusão, televisiva, de telefonia móvel e fixa, virtual, da imprensa escrita e dos serviços postais.

Art. 25. A Política Municipal de Habitação de Interesse Social será pautada nas seguintes diretrizes:

I. garantir o Desenvolvimento da Política Habitacional Municipal através da universalização do acesso à moradia digna, sanando o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, urbano e rural;

II. implementar o Conselho de Habitação de Interesse Social, órgão permanente, composto por entidades de classe, como Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), para garantir a qualidade das construções da população de baixa renda, mediante a aplicação de um programa de engenharia pública, orientação à população quanto às normas legais de construção, aprovação de projetos, qualidade de projeto e construção de forma a alcançar melhor resultado na qualidade da habitação e na paisagem urbana;

III. criar Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV. criar Política Habitacional como entidade de administração indireta à Prefeitura Municipal;

V. firmar convênio com conselhos e entidades de classe para garantir a qualidade das construções da população de baixa renda, mediante a aplicação de um programa de engenharia pública, orientação à população quanto às normas legais de construção, aprovação de projetos, qualidade de projeto e construção de forma a alcançar melhor resultado na qualidade da habitação e na paisagem urbana;

VI. apoiar e desenvolver programas de cooperativas de habitação popular mediante assessoramento para a obtenção de melhores padrões de assentamento, aperfeiçoamento técnico de suas equipes e a consecução dos objetivos de proporcionar moradia de qualidade e custo justo;

VII. regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), conforme Mapa de Macrozoneamento Urbano, para a promoção de habitação de Interesse social;

VIII. promover um cadastramento de famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse déficit, o controle das famílias que necessitam de moradias, e assim coibir a proliferação da ocupação irregular e clandestina no município.

Art. 26. As Políticas Municipais de Segurança Pública e de Defesa Civil serão pautadas nas seguintes diretrizes:

I. promover a integração de segurança pública com os programas e eventos realizados no Município;

II. prevenir o envolvimento de jovens e adolescentes com o uso e tráfico de drogas;

III. criar e implantar a Guarda Municipal;

IV. garantir a efetivação das Ações da Defesa Civil através da capacitação da Diretoria de Operações, do fortalecimento do Núcleo da Defesa Civil, da implementação das Ações da Defesa Civil e do Conselho de Entidades Não Governamentais (CENG);

V. implementar programas de mudança cultural e de treinamento de operações, objetivando o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e conscientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;

VI. priorizar as ações relacionadas com a prevenção de desastres, através de atividades de avaliação e de redução de riscos de desastres;

VII. implementar planos de defesa civil, com a finalidade de garantir a redução de desastres, em seus territórios;

VIII. apoiar a organização e o funcionamento de comissões municipais de defesa civil (COMDEC), de forma contínua;

IX. promover a inclusão de conteúdos nos currículos escolares, relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiopulmonar.

CAPÍTULO IV **DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Art. 27. O Desenvolvimento Institucional e a Gestão Democrática têm como objetivo acompanhar e implementar as diretrizes e ações elencadas no PDM de Jaguariáiva, tendo como diretrizes:

I. garantir a participação popular através de debates, audiências, consultas públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de Lei, orçamento participativo e a criação de conselhos;

II. promover a reorganização administrativa;

III. implantar Assessoria Técnica de Planejamento Urbano vinculada ao conselho de Desenvolvimento Municipal e ao Poder Público;

IV. promover a capacitação e treinamento dos funcionários públicos municipais;

V. garantir canais de comunicação entre comunidade e poder público;

VI. implantação de um processo permanente, dinâmico e atualizado, para o monitoramento, avaliação e decisões sobre o desenvolvimento municipal;

VII. promover a gestão administrativa do Distrito Eduardo Xavier da Silva;

VIII. adequar a gestão administrativa às diretrizes do planejamento municipal;

IX. incentivar e fortalecer a participação popular para concretizar o Plano Diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de Lei;

X. implantar sistemas de controle do uso do solo urbano como o Estudo do Impacto de Vizinhança;

XI. articular ações de assistência social entre governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos não governamentais;

XII. implantar Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões;

XIII. implantar Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos departamentos/setorais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando esforços para evitar duplicidade de projetos e análises;

XIV. promover a modernização tributária no Município de Jaguariáiva para melhorar a arrecadação fiscal e consequentemente os serviços públicos;

XV. criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, órgão responsável pelo acompanhamento, controle da implantação e gestão do Plano Diretor Municipal de Jaguariáiva, sendo composto por membros representantes da administração pública e da sociedade civil. O Conselho terá como principais atribuições: examinar a viabilidade dos projetos; estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal; acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal; analisar e aprovar projetos de emendamentos de impactos significativos, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação; promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município;

XVI. criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor;

XVII. garantir a eficiência, eficiência e efetividade da gestão, na melhoria da qualidade de vida dos municípios;

XVIII. garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para a implementação e na indicação das necessidades de detalhamento, atualização e revisão do mesmo;

XIX. garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

CAPÍTULO V **DO DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL**

Art. 28. A política de desenvolvimento físico-territorial envolve as regiões do Município como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial considerando a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e os equipamentos comunitários e os de controle do meio ambiente.

Art. 29. A Política de Desenvolvimento Físico-Territorial será pautada nas seguintes diretrizes:

I. promover a preservação, conservação e qualificação ambiental;

II. realizar mapeamento da zona rural, seus bairros e microbacias;

III. implantar um sistema de planejamento municipal que promova o desenvolvimento territorial de forma organizada e equilibrada;

IV. descentralizar as oportunidades geradas pela urbanização e pelas ações de transformação do território, evitando que as zonas se caracterizem por uso excessivamente restrito;

V. reestruturar e revitalizar os espaços inadequadamente transformados pela ação humana;

VI. realizar a adequada integração entre as pessoas, o ambiente natural, os espaços transformados pela ação humana e o sistema de produção de atividades;

VII. qualificar os espaços de moradia com a adequada integração ao ambiente natural e às bacias hidrográficas;

VIII. otimizar o aproveitamento das potencialidades territoriais do município e da infraestrutura instalada;

IX. adequar às proposições do sistema viário – determinando categorias de uso predominantemente produtivo nos eixos principais do sistema viário;

X. aplicar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

XI. apoiar e promover ações de regularização fundiária;

XII. incentivar a recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XIII. garantir a mobilidade urbana através da integração do sistema viário com o sistema de transporte intermunicipal.

Art. 30. Constituem-se elementos básicos da Política de Desenvolvimento Físico territorial:

- I.** o Macrozoneamento Municipal;
- II.** o Macrozoneamento Urbano;
- III.** o Ordenamento do Sistema Viário.

SEÇÃO I **DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL**

Art. 31. O Macrozoneamento Municipal envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana como a rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental, pelos núcleos de agrupamentos rurais em estruturação, pela divisão das bacias hidrográficas, pelo sistema viário rural e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária.

Art. 32. O Macrozoneamento Municipal é composto das seguintes macrozonas e eixos:

- I.** Macrozona de Produção Rural;
- II.** Macrozona de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana;
- III.** Macrozona de Proteção ao Manancial de Abastecimento;
- IV.** Macrozona de Controle Ambiental do Abatedouro Municipal;
- V.** Macrozona de Controle Ambiental dos Aterros Sanitários/Controlados/Lixões;
- VI.** Macrozona de Controle de Exploração Mineral;
- VII.** Macrozona de Urbanização Específica da Vila Rural;
- VIII.** Macrozona de Interesse Ambiental e/ou Turístico;
- IX.** Macrozona das Centralidades Rurais;
- X.** Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental ao Longo dos Cursos D'água;
- XI.** Eixos de Produção Industrial;
- XII.** Macrozona Urbana.

Art. 33. A Macrozona de Produção Rural é composta por áreas destinadas às atividades rurais, tendo como diretrizes:

- I.** estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;
- II.** incentivar o desenvolvimento da agropecuária;
- III.** promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural;
- IV.** estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural.

Art. 34. A Macrozona de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana é compreendida pela Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Escarpa Devoniana, em conformidade com o Decreto Estadual 1.231/1992. Composta por áreas de exploração rural, porém ambientalmente frágeis, tendo como diretriz:

- I.** estimular atividades econômicas estratégicas, ecologicamente viáveis, de forma que a exploração agrícola, pecuária ou extrativista seja controlada, com o objetivo de preservar as áreas ambientalmente frágeis;
- II.** promover a manutenção da vegetação nas encostas como forma de preservação do solo e das águas.

Art. 35. A Macrozona de Proteção do Manancial de Abastecimento compreende a região de captação das águas para o abastecimento da cidade e suas zonas diretrizes:

- I.** garantir a salvaguardar as águas de abastecimento público, através da proteção dos limites das bacias e sub-bacias de captação;
- II.** disciplinar a implantação de loteamentos de baixa e média densidade;
- III.** controlar a execução de área permeáveis nos lotes implantados sobre esta macrozona;
- IV.** inibir atividades produtivas que utilizem defensivos que potencialmente possam comprometer a qualidade da água;
- V.** incentivar às atividades agrícolas que desenvolvam práticas de cultivo orgânico.

Art. 36. A Macrozona de Controle Ambiental do Abatedouro Municipal compreende a área do entorno do abatedouro, tendo como diretriz a preservação desta área de forma a garantir o seu funcionamento e a tranquilidade da população vizinha.

Art. 37. A Macrozona de Controle Ambiental dos Aterros Sanitários, são áreas destinadas a ampliação do parque de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, sendo suas diretrizes:

- I.** estabelecer normas de controle ambiental local;
- II.** prever área para ampliação/adaptação do aterro sanitário;
- III.** garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida para os aterros;
- IV.** promover e manter a recuperação ambiental da área do atual aterro sanitário.

Art. 38. A Macrozona de Controle de Exploração Mineral, trata-se das áreas de extração de cascalho, tendo como diretriz a exploração adequada destas áreas, dentro das normas ambientais estabelecidas pelos órgãos competentes e legislações pertinentes, com o objetivo de reduzir a degradação e o impacto causado pela atividade.

Art. 39. A Macrozona de Urbanização Específica da Vila Rural, trata-se da área da Vila Rural For do Ipê, implantada através de programa da COHAPAR, tendo como diretrizes:

- I.** manter as características do programa da Vila Rural;
- II.** destinar os lotes em caso de transferência para as famílias selecionadas pelo programa da COHAPAR;
- III.** fomentar a organização entre os proprietários;
- IV.** seguir os padrões urbanísticos definidos pela Lei municipal que a instituiu e leis posteriores.

Art. 40. As Macrozonas de Interesse Ambiental e/ou Turístico compreendem as áreas de importância ambiental e interesse arqueológico e paleontológico, destinadas às atividades de lazer, recreação, estudos científicos, pesquisa e educação ambiental, desde que conciliem a proteção dos bens naturais e culturais, bem como aquelas destinadas preferencialmente ao desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, tais como: práticas esportivas, de lazer e recreação, gastronômicas, turística técnica, tendo como diretrizes:

- I.** preservar os bens naturais de importância ambiental e arqueológica e paleontológica;
- II.** fomentar a educação ambiental;
- III.** melhorar a infraestrutura dos espaços para receber os turistas;
- IV.** fomentar a visitação nos locais;
- V.** ampliar a oferta de empreendimento no setor;
- VI.** obedecer as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou outro órgão que venha a substituí-lo, em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos;
- VII.** incentivar a implantação de hotel ou pousada.

Art. 41. As Macrozonas das Centralidades Rurais compreendem os núcleos de aglomerados residenciais na zona rural, tendo como diretrizes:

- I.** garantir e salvaguardar a saúde e bem-estar da comunidade rural;
- II.** garantir infraestrutura, equipamentos e serviços públicos para as necessidades coletivas das comunidades;
- III.** incentivar a permanência de seus moradores nestes núcleos.

Art. 42. A Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental ao Longo dos Cursos D'água compreende a Área de Preservação Permanente (APP) definida em Lei Federal Específica (Código Florestal – Lei Federal nº. 12.651/12, bem como suas atualizações) ao longo dos rios, dos ribeirões, dos lagos nas nascentes e dos cursos d'água do município, sendo essas áreas não parceláveis e não edificáveis, restringem-se às correções nos sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão, segundo a legislação ambiental federal pertinente, em especial a Resolução CONAMA nº. 369, de 28 de março de 2006.

Art. 43. São diretrizes da Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental:

- I.** garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- II.** estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;
- III.** estimular a formação de corredores de biodiversidade.

Art. 44. Os Eixos de Produção Industrial são compostos pelas áreas de entorno das rodovias estaduais, ou seja, lotes voltados para as Rodovias PR-151 e PR-092, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais, estando sujeitas à legislação ambiental devido licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Art. 45. São diretrizes dos Eixos de Produção Industrial:

- I.** estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;
- II.** fomentar a implantação de agroindústrias no município;
- III.** apoiar a instalação de parques industriais;
- IV.** minimizar impactos antrópicos e ambientais, diminuindo as possibilidades de risco ambiental e saúde da população;
- V.** priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação;



Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariáiva

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguariáiva/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016,

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicao@jaguariava.pr.gov.br



VI. promoção de redes de cooperação regional entre as cidades para a qualificação da mão-de-obra direcionada às potencialidades da economia local e à geração de trabalho e renda;

VII. respeitar faixa de domínio das rodovias para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

Art. 46. A Macrozona Urbana é a porção do território municipal destinada a concentrar as funções urbanas, definida pelo perímetro urbano e tendo como suas diretrizes:

- I.** otimizar a infraestrutura urbana instalada;
- II.** condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana;
- III.** orientar o processo de expansão urbana;
- IV.** permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;
- V.** garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;
- VI.** permitir o acesso à infraestrutura urbana.

SEÇÃO II DO MACROZONEAMENTO URBANO

Art. 47. O Macrozoneamento Urbano é composto das seguintes macrozonas e eixos:

- I.** Macrozona de Recuperação Ambiental;
- II.** Macrozona de Proteção Ambiental;
- III.** Macrozona de Consolidação Urbana;
- IV.** Macrozona de Densificação Urbana;
- V.** Macrozona de Reestruturação Urbana;
- VI.** Macrozona de Ocupação Prioritária;
- VII.** Macrozona de Ocupação Controlada;
- VIII.** Macrozona de Interesse Institucional;
- IX.** Macrozona Especial de Interesse Social;
- X.** Macrozona Produtiva I;
- XI.** Macrozona Produtiva II;
- XII.** Eixo Produtivo;
- XIII.** Macrozona de Expansão Urbana.

Art. 48. A Macrozona de Recuperação Ambiental é composta por áreas dispostas ao longo dos rios, ribeirões e córregos localizadas no perímetro urbano, com objetivo de recuperação da mata ciliar na APP, bem como permitir a implantação de eixos de lazer e recreação, tendo como diretrizes:

- I.** declaração de interesse público das áreas marginais que forem de interesse da Administração Municipal;
- II.** recuperar a mata ciliar das APP;
- III.** elaborar projeto para intervenção urbanística e paisagística ao longo dos cursos d'água inseridos na área urbana com previsão de equipamentos de esporte e lazer, para desenvolvimento de atividades múltiplas;
- IV.** manter faixa *non aedificandi* de 30m (trinta metros) às margens destes cursos d'água, com as exceções previstas na Resolução CONAMA N°. 369/06.

Art. 49. Macrozona de Proteção Ambiental compreende as áreas de reservas florestais e remanescentes nativos, sendo estas áreas não parceláveis e não edificáveis e destinadas à preservação das matas existentes no perímetro urbano, tendo como diretrizes:

- I.** combinar o desenvolvimento econômico-social com preservação do patrimônio ambiental do Município para a presente e as futuras gerações;
- II.** garantir a qualidade ambiental e paisagística.

Art. 50. A Macrozona de Consolidação Urbana caracteriza-se por ser uma região ocupada em sua maioria por conjuntos habitacionais, com lotes maiores que o restante da área urbana, tendo como diretrizes:

- I.** restringir a impermeabilização do solo com taxa de permeabilidade mínima de 15% (quinze por cento);
- II.** garantir ocupação de baixa densidade com lotes mínimos de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) para habitação unifamiliar.

Art. 51. A Macrozona de Densificação Urbana é caracterizada por possuir lotes de 30m² (trinta metros quadrados) de área, em média, e compreende as áreas atendidas de toda infraestrutura com possibilidade de aumento da densidade urbana e construções de edifícios residenciais e comerciais, tendo como diretrizes:

- I.** garantir melhor aproveitamento da infraestrutura existente;
- II.** garantir ventilação com bom espaçamento entre os edifícios.

Art. 52. A Macrozona de Reestruturação Urbana caracteriza-se por área com inexistência de infraestrutura de esgotamento sanitário, com problemas de drenagem urbana e pavimentação, tendo como diretrizes:

- I.** implantar a infraestrutura de drenagem urbana;
- II.** corrigir as erosões existentes;
- III.** implantar rede de coleta e tratamento de esgoto;
- IV.** buscar parceria entre público e privado para implantação das infraestruturas;
- V.** executar pavimentação das vias;
- VI.** buscar tipos alternativos de pavimentação nas vias de hierarquia local;
- VII.** mobilização por parte do poder público da comunidade local para construção de solução aos problemas.

Art. 53. A Macrozona de Ocupação Prioritária caracteriza-se por áreas desocupadas (vazios urbanos), porém providas de infraestrutura. Nestas áreas poderá incidir o instrumento de parcelamento compulsório como forma de obrigar os proprietários a cumprirem a função social da propriedade. Uma Lei municipal específica definirá a delimitação destas áreas para a aplicação do instrumento de Direito de Preempção, bem como os prazos e as condições para o parcelamento e utilização destas áreas, e seu descumprimento ensejará a incidência do IPTU Progressivo. Tem como diretrizes:

- I.** ampliar a oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residenciais e implantação de atividades produtivas;
- II.** aplicar o instrumento de parcelamento compulsório para fins residenciais, atendendo o coeficiente de aproveitamento;
- III.** definir prazo para o cumprimento do instrumento de parcelamento compulsório e, posterior a esse prazo, passar a valer o IPTU Progressivo;
- IV.** aplicar o IPTU Progressivo em áreas já parceladas não ocupadas ou subutilizadas que não estão à venda.

Art. 54. A Macrozona de Ocupação Controlada compreende áreas destinadas ao parcelamento do solo para fins urbanos, prioritariamente residenciais, localizados próximas a áreas de proteção e recuperação ambiental (APP e fundo de vale) e a áreas com declividades superiores a 30% (trinta por cento).

Art. 55. A Macrozona de Interesse Institucional compreende as áreas de interesse público destinadas à implantação de equipamentos públicos e comunitários.

Art. 56. A Macrozona Especial de Interesse Social é a área definida no mapa do macrozoneamento urbano que visa aumentar a oferta de habitações de interesse social, onde estarão sujeitas a aplicação do instrumento de direito de preempção e são suas diretrizes:

- I.** elaborar e implementar uma política habitacional de interesse social;
- II.** implantar áreas de lazer e preservação na beira dos córregos e monitorar a ocupação a fim de evitar novas ocorrências de ocupações irregulares;
- III.** coibir a ocupação de áreas públicas institucionais, dando-lhes o uso adequado de acordo com a função social da propriedade; de áreas de lazer e preservação, com construções irregulares, dando imediatamente o uso mais adequado a estas áreas;
- IV.** apoiar e desenvolver programas de cooperativas de habitação popular mediante assessoramento para a obtenção de melhores padrões de assentamento, o aperfeiçoamento técnico de suas equipes e a consecução dos objetivos de proporcionar moradia de qualidade e custo justo;
- V.** desenvolver programas de transferência das habitações localizadas em áreas de risco.

Art. 57. A Macrozona Produtiva I caracteriza-se pela instalação de atividades de produção econômica de médio e grande porte, destinadas predominantemente ao exercício de atividades industriais, de comércio e serviços incomodos, novos ou perigosos, inclusive atividades agrícolas e agroindustriais. Compreende as áreas dos Distritos Industriais de Jaguariáiva I, II, III, IV e V, caracterizadas pela facilidade de acesso e vias que comportam tráfego intenso de veículos pesados onde hoje se encontram implantadas atividades industriais.

Parágrafo Único. Nesta macrozona está prevista a ampliação do potencial construtivo através da aquisição onerosa, já que se configura como eixo de alta densidade. O aumento do potencial construtivo estará vinculado à solução e à execução de sistemas eficientes de coleta e tratamento de esgoto, ficando a aprovação destas instalações atrelada ao atendimento de diretrizes urbanísticas para o eixo viário, definidas na Lei Municipal do Sistema Viário, considerando também a taxa de permeabilidade definida para a área na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 58. Esta macrozona tem como diretrizes:

- I.** fomentar a implantação de atividades de médio e grande porte;
- II.** minimizar impactos antrópicos e ambientais;
- III.** priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação;
- IV.** respeitar a faixa de domínio das rodovias para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

Art. 59. A Macrozona Produtiva II caracteriza-se pela instalação de atividades de produção econômica de pequeno e médio porte, destinadas predominantemente ao exercício de atividades de comércio e serviço local.

Parágrafo Único. Nesta macrozona também está prevista a ampliação do potencial construtivo conforme o Parágrafo Único do artigo 57.

Art. 60. O Eixo Produtivo caracteriza-se pelas áreas do entorno da rodovia PR-151, que cruza a área urbana da sede municipal, para a instalação de atividades de produção econômica de médio e grande porte, bem como para o desenvolvimento de atividades industriais e agroindustriais, estando sujeitas às legislações pertinentes e à anuência do IAP, tendo como diretrizes as mesmas definidas no artigo 57.

Art. 61. Macrozona de Expansão Urbana compreende áreas contidas no perímetro urbano e que pela declividade e condições do terreno são passíveis de urbanização, tendo como diretrizes:

- I.** garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente às vias arteriais e coletoras;
- II.** garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
- III.** garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
- IV.** observar a infraestrutura mínima exigida na Lei Municipal de Parcelamento do Solo;
- V.** garantir áreas públicas para implantação de loteamentos urbanos e núcleos habitacionais.

SEÇÃO III DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Art. 62. Para fins deste PDM o sistema viário é o conjunto de vias e logradouros públicos e o conjunto de rodovias que integram o Sistema Viário Urbano e Sistema Viário Municipal, tendo como diretrizes para seu ordenamento:

- I.** induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
- II.** adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação nos novos parcelamentos do solo no Município;
- III.** eliminar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- IV.** hiararizar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- V.** adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências;
- VI.** a atualização permanente das informações relativas a circulação urbana e à rede viária, em função dos objetivos e da evolução das atividades urbanas, compatibilizando e atualizando a hierarização das vias de acordo com o Uso e a Ocupação do Solo observado o Plano de Mobilidade Urbana Municipal;
- VII.** promover o uso compartilhado das vias, integrando a circulação de pedestres e ciclistas na rede viária, com a implantação de suas zonas exclusivas;
- VIII.** estabelecer o padrão das calçadas, grãos rebaixadas, rampas de acessibilidade a portadores de deficiência, lombadas e faixas elevadas;
- IX.** promover políticas públicas de educação no trânsito em escolas e outras instituições públicas e privadas;
- X.** assegurar a faixa *non aedificandi* ao longo das estradas municipais, rodovias e ferrovias.

Parágrafo Único. As diretrizes para a solução dos principais pontos de conflito do Sistema Viário Urbano de Jaguariáiva são:

- a)** garantir o desenvolvimento Físico-territorial do Município considerando a distribuição atual do uso do solo, as densidades demográficas, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle ambiental, as considerações peculiares de cada região, através da estruturação do Departamento Municipal de Urbanismo e de Obras e posterior instalação de autarquia (Instituto de Planejamento Municipal);
- b)** buscar junto ao Governo do Estado do Paraná e a empresa concessionária (RODONORTE) a construção de um viaduto ou trincheira no cruzamento da Avenida Ayrton Senna com a Rodovia PR-151;
- c)** promover a adequação geométrica e sinalização vertical e horizontal do cruzamento da Avenida Paulo da Cruz Pimentel com a Rua Pastor José Batista Filho;
- d)** instalar semáforo no cruzamento da Avenida Antônio Cunha com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca;
- e)** promover a adequação geométrica do cruzamento da Rua Eduardo Xavier da Silva com a Rua Capivari;
- f)** promover a adequação geométrica do cruzamento da Rua Capivari com a Rua Sebastião Xavier Sobrinho;
- g)** promover a adequação geométrica do entroncamento da Rua Rocha Pombo com Rua Euclides Cunha e da Rua da Usina Velha e da Rua Felizardo Túlio;
- h)** promover adequação geral da Avenida Jaguariáiva, transformando-a em um Eixo Viário que faça a interligação do Bairro Primavera com a Vila Pinheiro e ao mesmo tempo elevando-a a categoria de Zona Comercial.

TÍTULO III DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO FÍSICO TERRITORIAL

Art. 63. O Município de Jaguariáiva adotará, para o desenvolvimento e a gestão do planejamento territorial, os instrumentos de política urbana, abaixo transcritos, que se fizerem necessários, especialmente os previstos na Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, em consonância com as diretrizes da política nacional do meio ambiente:

- I.** disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- II.** gestão orçamentária participativa;
- III.** planos, programas e projetos elaborados em nível local;
- IV.** imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- V.** contribuição de melhoria;
- VI.** incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- VII.** desapropriação;
- VIII.** servidão e limitações administrativas;
- IX.** tombamento e inventários de imóveis, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;
- X.** concessão de direito real de uso;
- XI.** concessão de uso especial para fim de moradia;
- XII.** parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- XIII.** usucapção especial de imóvel urbano, coletivo ou individual;
- XIV.** direito de preempção;
- XV.** operações urbanas consorciadas;
- XVI.** outorga onerosa do direito de construir;
- XVII.** transferência do direito de construir;
- XVIII.** direito de superfície;
- XIX.** outorga onerosa de alteração de uso;
- XX.** regularização fundiária;
- XXI.** assistência técnica e jurídica para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- XXII.** referendo popular e plebiscito;
- XXIII.** relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança;
- XXIV.** termo de ajustamento e conduta;
- XXV.** fundo de desenvolvimento territorial;
- XXVI.** sistema municipal de informações.

CAPÍTULO VI DA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA MUNICIPAL SEÇÃO I

Art. 64. Entende-se por Mobilidade Urbana o conjunto de deslocamento de pessoas e bens, com base nos desejos e nas necessidades de acesso ao espaço urbano, mediante a utilização dos vários meios de transporte.

Art. 65. O objetivo da Política Municipal de Mobilidade Urbana é proporcionar o acesso o amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os meios de transporte coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável.

Art. 66. A Política Municipal de Mobilidade Urbana atenderá aos seguintes princípios:

- I.** reconhecimento do espaço público como bem comum;
- II.** universalidade do direito de se deslocar e de usufruir a cidade;
- III.** sustentabilidade ambiental nos deslocamentos urbanos;
- IV.** acessibilidade ao portador de deficiência;
- V.** segurança nos deslocamentos.

Art. 67. A Política Municipal de Mobilidade Urbana observará as seguintes diretrizes:

- I.** priorizar o deslocamento realizado a pé e por outros meios de transporte não motorizados;
- II.** desenvolver o sistema de transporte coletivo do ponto de vista quantitativo e qualitativo;
- III.** promover medidas de desestímulo à utilização do transporte individual por automóvel;
- IV.** estimular o uso de combustíveis renováveis e menos poluentes;
- V.** integrar os diversos meios de transporte;
- VI.** assegurar que todos os deslocamentos sejam realizados de forma segura;

VII. promover ações educativas capazes de sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância de se atender aos princípios da Política Municipal de Mobilidade Urbana;

VIII. fomentar pesquisas a respeito da sustentabilidade ambiental e da acessibilidade no trânsito e no transporte;

IX. buscar alternativas de financiamento para as ações necessárias à implementação desta Lei.

CAPÍTULO ÚNICO DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 68. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas, onde o coeficiente básico possa ser ultrapassado, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos no PDM ou Lei especial para tal fim.

Parágrafo Único. O exercício do direito de construir, adquirido através da outorga onerosa do direito de construir, é estabelecido a partir do coeficiente de aproveitamento de cada macrozona ou unidade territorial onde será utilizado, não podendo ultrapassar o coeficiente máximo determinado para a área em questão.

Art. 69. O direito de construir passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado:

- I.** nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para as respectivas zonas, unidades, área de operação urbana consorciada ou área de projeto especial;
- II.** nas macroáreas, parte delas ou unidades territoriais destas, nas áreas de operação urbana consorciada e nas áreas de projetos especiais, pelo estoque de direito de construir.

Parágrafo Único. Lei municipal específica de iniciativa do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer seu direito de construir em outro local passível de receber o potencial construtivo, ou aliená-lo, parcial ou totalmente.

SEÇÃO II DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 70. O Poder Executivo Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. O direito de preempção será exercido sempre que o município necessitar de áreas para:

- I.** regularização fundiária;
- II.** execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III.** constituição de reserva fundiária;
- IV.** ordenamento e direcionamento do desenvolvimento urbano;
- V.** implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;
- VI.** criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII.** criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental;
- VIII.** proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico ou paisagístico.

Art. 71. As áreas onde incidirá o direito de preempção serão delimitadas por Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal sempre que houver necessidade do município utilizar o direito de preempção para a consecução dos objetivos da política urbana e para as finalidades previstas no artigo anterior.

Parágrafo Único. Os imóveis colocados à venda, nas áreas de incidência do direito de preempção, deverão ser necessariamente oferecidos ao município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de cinco anos, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 72. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da Lei que o delimitou.

§ 1º. Havendo terceiros interessados na compra de imóvel integrante da área referida no caput, o proprietário deverá comunicar imediatamente, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Poder Executivo Municipal sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§ 2º. A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- a)** proposta de compra, apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- b)** endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- c)** certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;
- d)** declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da Lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 73. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

SEÇÃO III DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 74. Lei municipal específica definirá as áreas em que incidirá a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação.

§ 1º. Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º. O proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 3º. A notificação far-se-á:

- a)** por funcionário da Prefeitura ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, a quem tenham poderes de gerência geral ou administração;
- b)** por edital quando frustrado, por 3 (três) vezes, a tentativa na forma prevista na alínea anterior.

§ 4º. Os prazos a que se refere o caput não poderão ser inferiores a:

- a)** 1 (um) ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto na Prefeitura;
- b)** 2 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 5º. Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a Lei municipal específica a que se refere o caput poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o projeto como um todo.

§ 6º. A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou *cassa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, sem interrupção de quaisquer prazos.

SEÇÃO IV DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 75. Lei municipal específica poderá delimitar áreas para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenada pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização do ambiente.

§ 2º. A Lei Específica que aprovar a operação consorciada deverá constar, no mínimo:

- a)** definição da área a ser atingida;
- b)** programa básico da ocupação da área;
- c)** programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- d)** finalidade da operação;
- e)** estudo prévio de impacto de vizinhança;
- f)** contrapartida à ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios;
- g)** forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

SEÇÃO V DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 76. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na Seção III, o município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.



Art. 9º. Os diferentes usos, nas zonas estabelecidas por esta Lei, ficam classificados em:

- I. usos permitidos;
- II. usos permissíveis;
- III. usos proibidos.

§ 1º. Usos permitidos são os considerados adequados à zona em que se situa.

§ 2º. Usos permissíveis são passíveis de serem admitidos mediante anuência obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) de, no mínimo, oito vizinhos linderos e imediatos ao imóvel em questão, e observada a obrigatoriedade de Estudo de Impacto de Vizinhança com ART ou RRT, definido no artigo 3º desta Lei, excetuados os empreendimentos realizados em imóveis industriais e/ou comerciais de propriedade e/ou posse do Município cedidos para este fim.

§ 3º. Usos proibidos serão vetados.

§ 4º. As atividades sujeitas à análise poderão ter suas atividades permitidas, desde que efetuados os ajustes e as medidas necessárias para a eliminação do conflito potencial emissor, ou forem adaptadas aos parâmetros estabelecidos na legislação, com vistas à conservação ambiental e à manutenção da qualidade de vida da população do entorno.

Art. 10. A anuência à vizinhos a que se refere ao artigo anterior obedecerá aos seguintes critérios:

- I. 04 (quatro) vizinhos laterais ao imóvel em questão, 02 (dois) vizinhos de cada lado;
- II. 02 (dois) vizinhos à frente do imóvel em questão;
- III. 02 (dois) vizinhos aos fundos do imóvel em questão;
- IV. a consulta será realizada aos vizinhos proprietários;
- V. não deverá ser considerado o vizinho cujas atividades comerciais, de serviços e industriais, no local, possam ser concorrentes ao requerente pretendido;
- VI. não deverão ser considerados vizinhos aqueles que apresentem graus de parentesco com o requerente;
- VII. se qualquer um dos vizinhos a ser consultado, lideiro ou imediato, for condômino, a anuência deverá ser dada em reunião de condomínio e será considerada apenas um vizinho;
- VIII. se os imóveis, lideiros e/ou imediatos, estiverem sem edificações ou em casos que não devam ser considerados, deverá ser obtida a anuência do vizinho mais próximo, perfazendo um total de consultas a 08 (oito) vizinhos;
- IX. salvo em situações plenamente justificáveis do ponto de vista do interesse público, e/ou em situações onde os procedimentos anteriormente citados se mostrem impraticáveis, poderá não ser realizada a consulta, e/ou reduzido o número de consultas, a critério do órgão competente de Urbanismo do Poder Executivo Municipal;
- X. o Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, a seu critério, poderá ampliar o número de consultas, permanecendo a obrigatoriedade de 75% (setenta e cinco por cento) de anuência total de vizinhos consultados.

Art. 11. Serão tolerados os empreendimentos, comércio ou indústrias que, antes da vigência desta Lei, já estivessem instalados em locais incompatíveis com os critérios e restrições da presente legislação municipal, desde que possuam Alvará de Funcionamento a ser analisado e admitido pelo órgão competente e que não representem incômodo à vizinhança e às Áreas Públicas.

§ 1º. Quando da renovação do Alvará, havendo a necessidade de reforma, ampliação ou construção do empreendimento, comércio ou indústria, será renavalado a sua permanência no local, podendo o Município de Jaguariáiva efetuar dos órgãos competentes estipular um prazo de até 2 (dois) anos para que seja efetuado a mudança de endereço, em local que atenda aos critérios e restrições instituídos pela presente Lei.

§ 2º. As construções efetuadas anteriormente a vigência desta Lei serão aceitas desde que não interfiram nas áreas públicas, faixas de domínio, faixas *non aedificandi*, área de preservação ambiental e desde que estejam em ótimas condições de conservação, estabilidade e integridade construtiva.

SEÇÃO II DO ZONEAMENTO

Art. 12. A área do perímetro urbano da sede do Município, conforme o Mapa de Zoneamento, ANEXO I, parte integrante desta Lei, fica subdividido em Zonas que se classificam em:

- I. Zonas Residenciais;
- II. Zonas Comerciais;
- III. Zonas Industriais;
- IV. Zonas Parques;
- V. Zona de Preservação e Proteção Ambiental;
- VI. Zona de Preservação e Proteção Ambiental Consolidada;
- VII. Zona de Expansão Urbana.

Art. 13. As Zonas Residenciais - ZR - são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, desde que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores, sendo divididas em:

- I. **Zona Residencial Especial** - ZRE - destina-se a ocupação de baixa densidade demográfica de acordo com a infraestrutura existente;
- II. **Zona Residencial 1** - ZR1 - destina-se a ocupação de baixa e média densidade demográfica de acordo com a infraestrutura existente;
- III. **Zona Residencial 2** - ZR2 - destina-se a ocupação de média densidade demográfica de acordo com a infraestrutura existente;
- IV. **Zona Residencial 3** - ZR3 - destina-se a ocupação de alta densidade demográfica de acordo com a infraestrutura existente;
- V. **Zona Residencial 4** - ZR4/ZEIS - destina-se a ocupação residencial de interesse social;
- VI. **Zona Residencial 5** - ZR5/ZEIS - destina-se a ocupação residencial de interesse social.

Art. 14. As Zonas Comerciais e Industriais - ZC e ZI - são áreas com a finalidade de atender as atividades de produção econômica, e estão divididas conforme parâmetros de incomodidade, condições de infraestrutura, características dos empreendimentos e potencial construtivo, na seguinte forma:

- I. **Zona Comercial Central** - ZCC - Zona Comercial Central são as áreas localizadas no centro tradicional da cidade e é caracterizada pela grande concentração de atividades e funções urbanas de caráter setorial;
- II. **Zona Comercial** - ZC - são áreas em que predominam o uso de comércio e serviços especializados de atendimento à economia e à população, além do uso residencial com padrão de ocupação multifamiliar de alta densidade;
- III. **Zona de Incentivo Comercial** - ZIC - em que predominam os usos de comércio e serviços especializados de atendimento à economia e à população, além do uso residencial com padrão de ocupação multifamiliar de alta densidade;
- IV. **Zonas Industriais 1 e 2** - ZI1 e ZI2 - são áreas direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica geradoras de tráfego pesado e potencialmente incômodas, nocivas e perigosas.
- V. **Zona Comercial Industrial** - ZCI - são áreas direcionadas à implantação de indústrias de pequeno porte, com setores comerciais, geradores de tráfego leve.

Art. 15. A **Zona Institucional** - ZIN - são áreas com predominância de equipamentos educacionais e de serviços públicos de grande porte.

Art. 16. As Zonas Ambientais - ZA - são áreas identificadas no mapa de zoneamento que compreende a delimitação das áreas verdes no perímetro urbano.

- I. **Zonas Parques** - ZP - áreas identificadas no mapa de zoneamento que compreende a delimitação dos parques urbanos municipais;
- II. **Zona Área de Preservação Permanente** - ZAPP - destinam-se a preservação e controle da qualidade ambiental de todas as áreas identificadas no mapa de zoneamento e legislação específica sob supervisão do Poder Público Municipal, Conselho de Desenvolvimento Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente, com as seguintes condições:

- a) áreas não parceláveis e não edificáveis de preservação e recuperação dos recursos naturais respeitando as exigências impostas no Código Florestal, Lei Federal nº. 12.651/2012 ou qualquer outra que venha substituí-la;
- b) áreas que permitam a implantação de eixo de lazer e recreação para o desenvolvimento de atividades múltiplas.

III. Zona Área de Preservação Permanente Consolidada - ZAPPC - áreas onde a APP está consolidada e que ainda se destinam a preservação e controle da qualidade ambiental de todas as áreas identificadas no mapa de zoneamento e legislação específica.

Parágrafo Único. Caberá ao Poder Público Municipal, Conselho de Desenvolvimento Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente a responsabilidade de monitorar e fiscalizar afim de garantir a preservação e conservação das porções de APP ainda existentes à data de publicação desta Lei.

Art. 17. A **Zona de Expansão Urbana** - ZEU - caracterizam-se pelas áreas contidas no perímetro urbano que pela sua localização e declividade são passíveis de urbanização futura, tendo como diretrizes:

I. garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente as vias arteriais coletoras;

II. garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;

- III. garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
- IV. observar infraestrutura mínima exigida na Lei de Parcelamento do Solo;
- V. garantir a continuidade e expansão da infraestrutura urbana.

Art. 18. Atividades que não estão permitidas em determinadas zonas, e que pela tecnologia aplicada no processo de transformação e tratamento dos resíduos não represente risco ambiental, risco à população ou conflitos, o proprietário/responsável poderá recorrer a um pedido de análise a ser efetuada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como apresentar no ato, a anuência da vizinhança (EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança) aprovando a instalação da mesma, juntamente com toda a documentação básica exigida na solicitação do Alvará de Funcionamento.

§ 1º. Havendo reclamações de condutas frequentes que importem no incômodo do sossego da vizinhança, caberá ao Município de Jaguariáiva notificar o proprietário do estabelecimento para no prazo máximo de 02 (dois) anos, efetue e apresente o novo Estudo de Impacto de Vizinhança.

§ 2º. O descumprimento das advertências e da notificação para mudança do estabelecimento de que trata o parágrafo anterior, poderá implicar na cassação do Alvará de Funcionamento sem prejuízo de aplicação de multa a ser regulamentada por Lei específica.

§ 3º. Em caso de parecer favorável à permissão da atividade, o proprietário deverá celebrar com o órgão municipal responsável o termo de conduta de valor jurídico, em que o responsável pela empresa deverá assumir danos ou conflitos causados à população e ao meio ambiente natural.

CAPÍTULO III DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO SEÇÃO I DOS INDÍCEES URBANÍSTICOS

Art. 19. Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos no ANEXO III, onde são estabelecidos:

- I. frente e Área Mínima do Lote;
- II. gabarito;
- III. coeficiente de Aproveitamento;
- IV. recuos Mínimos da Edificação;
- V. taxa de Ocupação;
- VI. taxa de Permeabilidade Mínima.

SEÇÃO II DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Art. 20. Coeficiente de Aproveitamento - CA é o índice urbanístico que define o potencial construtivo do lote sendo calculado mediante a multiplicação do seu valor pela área de um terreno, indicando a quantidade total de metros quadrados passíveis de serem construídos, da zona em que se situa, não sendo computáveis:

- I. subsolo destinado à garagem e ao uso comum da edificação, e um pavimento de garagem localizado acima do térreo;
- II. pavimentos sob *plótis* de uso comum, devendo estar abertos e livres, no mínimo, em 80% (oitenta por cento) de sua área;
- III. sobreloja, quando integrada ao pavimento térreo (mezanino), desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da área deste pavimento;
- IV. parque infantil e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno ou no terraço da edificação e sem cobertura;
- V. áreas de estacionamento de veículos, quando descobertas;
- VI. casa de máquinas e de bombas, reservatórios e centrais de condicionadores de ar, quando instaladas na cobertura da edificação, em área compatível com o porte da edificação;
- VII. sacadas privativas, desde que não vinculadas às dependências de serviço e com área inferior a 5% (cinco por cento) da área do pavimento onde estiver situada;
- VIII. atico ou andar de cobertura, de uso comum, desde que a área coberta não ultrapasse 1/3 (um terço) da superfície do último pavimento da edificação;
- IX. projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6m (seis metros) de balanço e 60m² (sessenta metros quadrados) de área, podendo ser fechado nas duas laterais, mas com função apenas estética e de segurança, não podendo ser embutido nesta estrutura vertical qualquer tubulação, independentemente de seu uso.

Art. 21. No cálculo dos coeficientes de aproveitamento adotam-se duas casas decimais, sem arredondamentos, e para o cálculo do número de pavimentos deve-se adotar apenas a parte inteira, desprezando-se os decimais.

SEÇÃO III DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art. 22. Taxa de Ocupação - TO corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área construída sobre o lote em questão, onde não serão computados no seu cálculo os seguintes elementos da construção:

- I. piscinas, parque infantil, jardins e outros espaços de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno;
- II. pergulas sem cobertura;
- III. marquises de até 80cm (oitenta centímetros);
- IV. beirais de até 80cm (oitenta centímetros);
- V. sacadas e balcões com até 1m (um metro) de profundidade, engastados em até 02 (dois) lados da edificação e com área inferior a 5% (cinco por cento) da área do pavimento onde estiverem situados;
- VI. estacionamentos descobertos;
- VII. projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6m (seis metros) de balanço e 60m² (sessenta metros quadrados) de área, podendo ser fechado nas duas laterais, mas com função apenas estética e de segurança, não podendo ser embutido nesta estrutura vertical qualquer tubulação, independentemente de seu uso.

SEÇÃO IV DA TAXA DE PERMEABILIDADE

Art. 23. Considera-se Taxa de Permeabilidade a área descoberta e permeável do terreno, em relação à sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme parâmetro definido no ANEXO III.

CAPÍTULO IV DA APROVAÇÃO

Art. 24. A aprovação de projetos, a concessão de Alvará para construir, reformar ou ampliar edificações, bem como a concessão de Alvarás de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço somente poderão ocorrer em estreita observância às normas previstas nesta Lei.

§ 1º. Os Alvarás de Funcionamento para o exercício de atividades que contrariem as disposições contidas nessa Lei serão respeitados enquanto estiverem em vigor.

§ 2º. Para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, poderá o Poder Executivo regulamentar a concessão de Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro nas seguintes situações, conforme Lei Municipal nº. 2577/2015:

- I. instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive Habite-se;
- II. em residência do Microempreendedor Individual ou do titular ou sócio da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas, hipótese em que o tributo eventualmente cobrado não será superior ao residencial;
- III. isenção no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, relativas à primeira inscrição, correspondente ao exercício em que se inicia sua atividade;
- IV. ficam isentos os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao Alvará, à licença e ao cadastro do MEI;
- V. O MEI fica isento ainda de eventuais taxas de renovação de Licença de Funcionamento;
- VI. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual terão isenção total no primeiro ano de Alvará e no segundo ano, isenção de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º. O Alvará de Funcionamento deverá ser solicitado ao

Município de Jaguariáiva mediante o protocolo de requerimento contendo os documentos descritos no ANEXO I, cuja resposta deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias.

§ 4º. As empresas em funcionamento mediante Alvará concedido anteriormente à presente Lei, que tiverem seu funcionamento devidamente comprovado serão devidamente fiscalizadas pelo Órgão Municipal responsável a fim de se verificar a possibilidade de cumprimento de condicionantes à sua adequação ou não, ficando neste último, amparados à renovação da licença se constatado o estrito cumprimento da norma anterior e vigente à época, bem como a impossibilidade de cumprimento da nova norma, excetuadas as imposições regidas por Lei Federal e Estadual.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 25. Em todo edifício de uso residencial multifamiliar ou conjunto residencial com 4 (quatro) ou mais unidades de habitação será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer os seguintes requisitos mínimos:

- I. área de 6m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia;
- II. localização em área contínua, preferencialmente no térreo, devidamente isolada das vias de tráfego, locais de acesso e de estacionamento;
- III. não ocupar a área destinada ao recuo frontal do terreno.

Art. 26. Em todos os edifícios para uso residencial multifamiliar, comercial e prestador de serviços será obrigatória a construção de áreas de estacionamento para veículos em conformidade com o ANEXO IV da presente Lei.

Art. 27. Em terrenos situados na direção dos feixes de microondas dos sistemas de telecomunicações, o gabarito da edificação será definido em função das normas técnicas vigentes.

Art. 28. O remembramento de terrenos que se situam em zonas de uso e ocupação solo diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pelo órgão competente de urbanismo do Poder Executivo Municipal e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente juntamente com o parecer dos demais órgãos exigidos na aprovação do projeto.

Art. 29. Os recuos frontais, aplicam-se às construções em subsolo.

Art. 30. Os terrenos de esquina, para efeito de recuos frontais, serão considerados de duas ou mais frentes.

§ 1º. Nos terrenos de esquina, para efeito do recuo lateral, será considerado como frente do terreno a menor dimensão.

§ 2º. Nos lotes de esquina será obrigatória a execução de chanfro, formado pelo recuo de dimensão mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) a contar do encontro da testada frontal e lateral.

Art. 31. Entre duas construções no mesmo terreno deverá ser observado o dobro dos afastamentos laterais a que estiverem sujeitas as edificações, face às disposições previstas nessa Lei.

Parágrafo Único. Em casos onde uma das construções se caracterizar como complementar ou de apoio à outra, como em edículas, depósitos e similares, o afastamento mínimo entre as construções será igual ao afastamento lateral a que estiverem sujeitos os edifícios, face às disposições desta Lei.

Art. 32. Em terrenos com frente para duas ou mais vias que se caracterizam por zonas de uso e ocupação diferentes, prevalecem os critérios da zona de menor coeficiente de aproveitamento, salvo os terrenos de esquinas.

Art. 33. A construção de edifício para uso residencial multifamiliar, vertical ou horizontal, em terrenos com área igual ou superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados), deverá obedecer às seguintes condições:

- I. existência de rede de coleta de esgotos, rede de abastecimento de água potável e rede de energia elétrica, além da correta compatibilização com a rede linear existente a ser aprovada pelas concessionárias;
- II. seja criada uma via pública de, no mínimo, 15m (quinze metros) contornando todo o perímetro do terreno;
- III. sejam construídas as vias previstas de acordo com as diretrizes municipais;
- IV. a pavimentação dos passeios deverá seguir a padronização municipal;
- V. deverá atender as normativas e diretrizes exigidas para a abertura de loteamento definidas na Lei Municipal que versa sobre Parcelamento e Remembramento do Solo;
- VI. as edificações deverão observar as distâncias mínimas de recuo de todas as vias públicas circundantes, de acordo com os ANEXOS II e III desta Lei.

Art. 34. Nas áreas urbanas, para a aprovação de edificação ou conjunto de edificações com área construída superior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), será obrigatório apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança, com ART e/ou RRT, sem prejuízo das demais documentações exigidas pelas Leis vigentes e deverá ser aprovado pelo setor de urbanismo do Poder Executivo Municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Conselho Municipal de Meio Ambiente observado todas as exigências contidas nesta Lei.

Art. 35. Só serão permitidas edificações com 04 (quatro) ou mais pavimentos nos terrenos que satisfaçam as seguintes condições:

- I. façam frente para a via pública regular, pavimentada, provida de calçadas, guias e sarjetas e rede de galerias de águas pluviais;
- II. sejam atendidos por rede de energia elétrica, rede de coleta de esgotos sanitários e rede de água potável.

Art. 36. As obras ou edificações de iniciativa do Poder Público, cuja localização dependa essencialmente da proximidade de fatores ligados ao meio ambiente, à densidade demográfica, de aproveitamento da infraestrutura urbana, entre outros, poderão situar-se nas mais diversas zonas de uso, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal, observadas as medidas de segurança, resguardo e sossego da população da circunvizinhança.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Sem prejuízo de outras penalidades, o Poder Executivo Municipal embargará e tomará as medidas judiciais cabíveis para a demolição das construções iniciadas após a vigência e em desacordo com esta Lei.

Art. 38. Quando necessário o Poder Executivo Municipal poderá determinar, mediante indenização, áreas não edificáveis para fins de passagem de redes de água, esgotos e águas pluviais bem como instalação de outros equipamentos urbanos.

Art. 39. As delimitações das zonas e as alterações de uso e ocupação do solo urbano poderão ser revistas e atualizadas mediante Projeto de Lei, após parecer favorável setor municipal de Urbanismo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, passar por no mínimo 03 (três) audiências públicas e aprovação na Câmara Municipal.

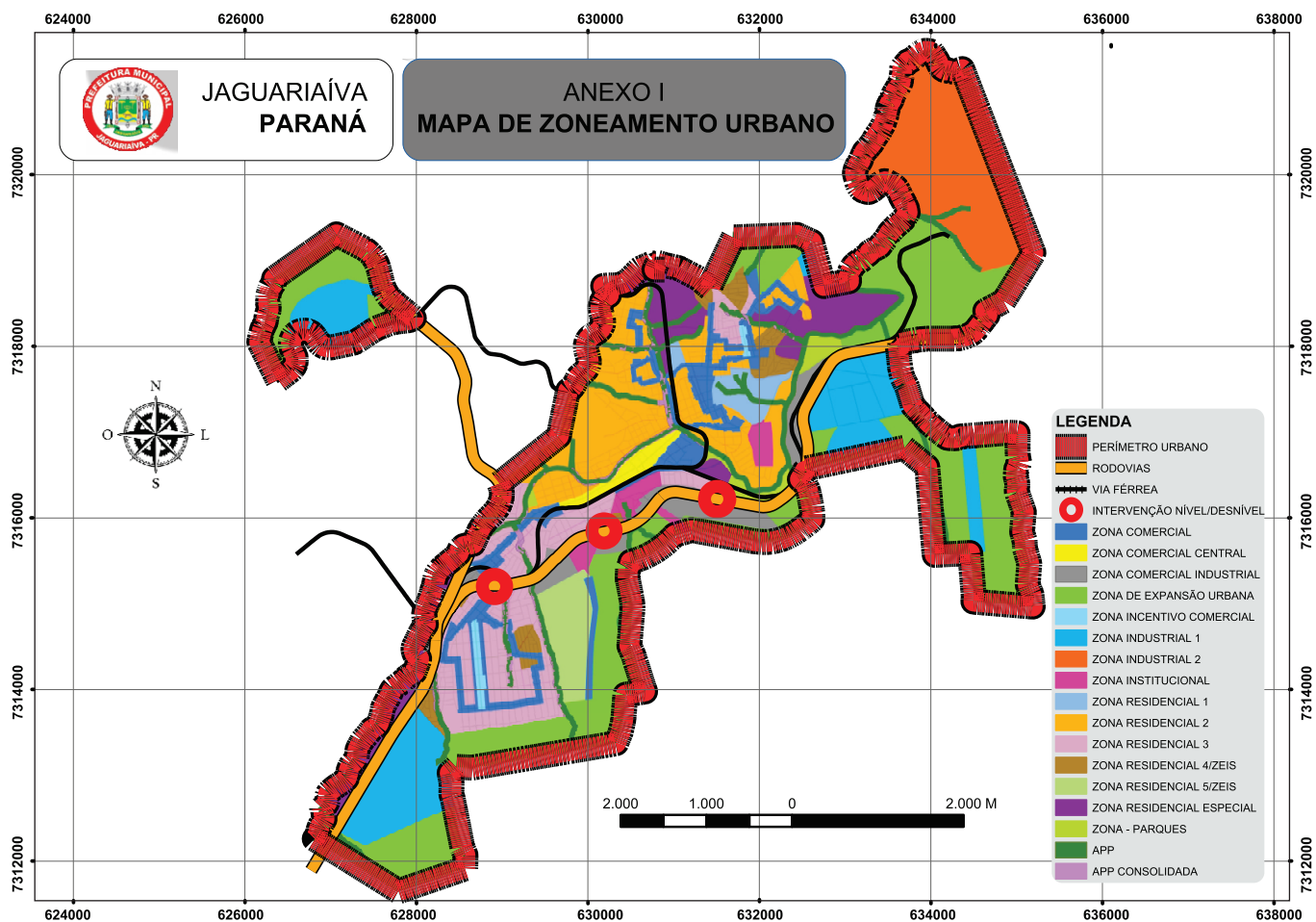
Art. 40. Os Estudos de Impacto de Vizinhança serão elaborados conforme Lei específica e por profissionais habilitados, com ART e/ou RRT.

Art. 41. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo órgão municipal de urbanismo, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº. 1821/2008.

Paço Municipal, 18 de maio de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



ANEXO II - TABELA DE USOS ADEQUADOS, PERMISSÍVEIS E PROIBIDOS.

TIPO	MODALIDADE	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR1	(H1)	-----	DEMAIS
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL 2 – ZR2	(H1), (H2), (H5.1), (H5.2), (E1), (C1), (S1), (I1)	(H3), (H4), (E2.1), (E2.2), (E2.4), (E3.1), (C2), (S2), (CSB), (E2.1)	DEMAIS
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL 3 – ZR3	(H1), (H2), (H3), (E1), (C1), (S1), (I1)	(H4), (H5.1), (H5.2), (E2.1), (E2.2), (E2.4), (C2), (S2), (H5), (CSB)	DEMAIS
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL 4/ZEIS – ZR4/ZEIS	(H1), (H2), (H3), (H4), (E1), (C1), (S1), (I1)	(H5.1), (H5.2), (E2.2), (E2.4), (C2), (CSB)	DEMAIS
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL 5/ZEIS – ZR5/ZEIS	(H1), (H2), (C1), (S1), (I1), (H4)	(E2.2), (E2.4), (C2)	DEMAIS
RESIDENCIAL	ZONA RESIDENCIAL ESPECIAL – ZRE	(H1), (E1), (C1), (S1)	-----	DEMAIS
COMERCIAL	ZONA COMERCIAL – ZC	(E2.1), (E2.2), (E2.3), (C1), (S1), (S2), (CSB), (CSS), (C2), (CSE2)	(E2.4), (E3.1), (CSE2), (I1), (H5)	DEMAIS
COMERCIAL	ZONA COMERCIAL CENTRAL – ZCC	(E2.1), (S1), (S2), (CSB), (CSS), (C2)	(E2.4), (C2), (I1), (H5)	DEMAIS
COMERCIAL	ZONA INCENTIVO COMERCIAL – ZIC	(C1), (S1), (S2), (CSB), (CSS), (C2)	(I1), (H4)	DEMAIS
INDUSTRIAL	ZONA INDUSTRIAL 1 – ZI1	(CSG), (I2), (I3)	(CSE1)	DEMAIS
INDUSTRIAL	ZONA INDUSTRIAL 2 – ZI2	(I2), (I3), (CSE1)	-----	DEMAIS
INDUSTRIAL	ZONA COMERCIAL INDUSTRIAL – ZCI	(CSG), (CSE1), (I1), (I2)	-----	DEMAIS
INSTITUCIONAL	ZONA INSTITUCIONAL – ZIN	(E3.2), (E1), (E2.2)	(I1), (I2)	DEMAIS
EXPANSÃO	ZONA EXPANSÃO URBANA – ZEU	-----	-----	DEMAIS
AMBIENTAL	ZONA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ZAPP	-----	-----	DEMAIS
AMBIENTAL	ZONA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE CONSOLIDADA – ZAPPC	-----	-----	DEMAIS
AMBIENTAL	ZONA PARQUE - ZP	-----	(C2)	DEMAIS

Nota 1. Nas Zonas Industriais é permitida a construção de habitação unifamiliar quando de apoio à atividade industrial (ex.: casa do administrador, vigia, etc.).

Nota 2. Será permitido nas Zonas Residenciais, a critério do Município de Jaguariá e de parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a

instalação de equipamentos institucionais de uso social e comunitário tais como: escolas, centros de educação infantil, estabelecimentos de saúde, áreas de lazer e recreação.

Nota 3. Será permitido em qualquer zona, a critério da do Município de Jaguariaíva e de parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a instalação de Equipamentos Urbanos com justificativa de demanda.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018

LEGISLAÇÃO

ANEXO III - TABELA DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

TIPO	ZONAS	FRENTE MÍNIMA (m)	ÁREA MÍNIMA (m ²)	GABARITO (ALTURA MÁXIMA EM PAVIMENTOS)	RECUOS MÍNIMOS LATERAL				TAXA DE OCUPAÇÃO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	TAXA DE PERMEABILIDADE E MÍNIMA (%)
					FRENTE	FUNDO	ATÉ 2° PAV.	ACIMA 2° PAV.			
RESIDENCIAL	ZR1	12,00	360,00	2	4,00	-	2,00	2,00	0,50	2,00	15
RESIDENCIAL	ZR2	10,00	250,00	2	4,00	-	1,50	1,50	0,70	2,00	15
RESIDENCIAL	ZR3	8,00	180,00	4	3,00	-	1,50	1,50	0,70	2,50	10
RESIDENCIAL	ZR4/ZEIS	5,00	125,00	2	3,00	-	1,00	1,50	0,60	1,20	10
RESIDENCIAL	ZR5/ZEIS	10,00	200,00	2	3,00	-	1,50	1,50	0,40	1,20	15
RESIDENCIAL	ZRE	20,00	800,00	2	6,00	-	*3,00	*3,00	0,40	0,80	30
COMERCIAL	ZC	5,00	125,00	5	-	-	-	-	1,00	5,00	10
COMERCIAL	ZCC	5,00	125,00	6	-	-	-	-	1,00	6,00	10
COMERCIAL	ZIC	8,00	125,00	4	-	-	-	-	1,00	6,00	10
INDUSTRIAL	ZI1	30,00	1000,00	4	5,00	5,00	5,00	5,00	0,60	1,20	15
INDUSTRIAL	ZI2	50,00	5000,00	4	10,00	10,00	10,00	10,00	0,40	0,50	15
INDUSTRIAL	ZCI	20,00	1000,00	2	5,00	-	3,00	3,00	0,60	1,20	15

INSTITUCIONAL	ZIN	20,00	1000,00	5	5,00	-	2,00	2,00	0,60	3,00	10
EXPANSÃO	ZEU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMBIENTAL	ZAPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMBIENTAL	ZAPPC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMBIENTAL	ZP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota 1. Em caso de poços de iluminação e ventilação a menor dimensão do poço será 1,50 m ou H/8, onde "H" representa a altura do edifício, prevalecendo a dimensão que for maior.

Nota 2. É obrigatório recuar 3,00m (três metros) em um dos lados, mesmo que não tenha abertura de esquadrias.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018

LEGISLAÇÃO

ANEXO IV - TABELA DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	NO MÍNIMO 1 VAGA	(2,50 X 5,00) M ²
RESIDÊNCIA GEMINADA	NO MÍNIMO 1 VAGA	(2,50 X 5,00) M ²
RESIDÊNCIA EM SÉRIE OU HABITAÇÃO COLETIVA	1 VAGA POR UNIDADE RESIDENCIAL	(2,50 X 5,00) M ²
COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1 VAGA PARA CADA 50M ² DE ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO	DISPENSADO PARA EDIFICAÇÕES TÉRREAS DE ATÉ 120M ²
SUPERMERCADOS E SIMILARES	1 VAGA PARA CADA 25M ² DE ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO	INDEPENDENTEMENTE DE ÁREA ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇOS
COMÉRCIO ATACADISTA E EMPRESA DE TRANSPORTE	1 VAGA CADA 150M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA.	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA RESERVADA PARA DESCARGA
ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES ATÉ DE 50 LEITOS	1 VAGA PARA CADA 3 LEITOS	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA DE ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇO
ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES ACIMA DE 50 LEITOS	1 VAGA PARA CADA 6 LEITOS	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA DE ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇO
EDIFICAÇÕES RESERVADAS PARA TEATROS, CULTOS E CINEMAS	1 VAGA PARA CADA 30M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X
ESTABELECIMENTO DE ENSINO E CONGÊNERES	1 VAGA PARA CADA 75M ² CONSTRUÍDOS	X
HOTÉIS E PENSÕES	1 VAGA PARA CADA 3 UNIDADES DE ALOJAMENTO	X
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	1 VAGA PARA CADA 50M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA	
OFICINA MECÂNICA E FUNELARIA	1 VAGA PARA CADA 40M ² QUE EXCEDER 100M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X
CLUBE RECREATIVO, ESPORTIVO E ASSOCIAÇÕES	1 VAGA PARA CADA 50M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X

PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018

LEGISLAÇÃO

ANEXO V – GLOSSÁRIO

I - Acréscimo - aumento de área construída de uma edificação, quer no sentido horizontal ou vertical;
II - Alinhamento - linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura para marcar o limite entre o lote do terreno e o logradouro público;
III - Altura da edificação - é a distância medida entre o nível do piso do pavimento térreo até o teto do último pavimento;
IV - Área construída ou área de construção - é área total de todos os pavimentos de um edifício, incluídos os espaços ocupados pelas paredes;
V - Área máxima de construção - é o limite de área de construção que pode ser edificada em um terreno urbano;
VI - Área mínima de terreno por unidade habitacional - é a fração de área de terreno necessária a cada unidade habitacional;
VII - Área urbana - é aquela contida dentro do perímetro urbano;
VIII - Área útil - é a superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes;
IX - Balanço - é o avanço da edificação sobre o alinhamento do pavimento térreo e acima deste, ou qualquer elemento que, tendo seu apoio no alinhamento das paredes externas, se projete além delas;
X - Coeficiente de aproveitamento básico - é o número que multiplicado pela área do terreno define o direito de construir de construir do proprietário;
XI - Coeficiente de aproveitamento Máximo - é o número que multiplicado pela área do terreno estabelece a área máxima edificável na propriedade e só

atingida mediante a aquisição de direito de construir do Poder Executivo Municipal e/ou de terceiros;
XII - EIV - Estudo de Impacto de Vizinhaça;
XIII - Fachada - elevação das partes externas de uma construção;
XIV - Frente mínima normal - é a dimensão mínima da testada de um terreno não caracterizado como esquina;
XV - Frente mínima esquina - é a dimensão mínima das testadas de um terreno que possua duas ou mais testadas contínuas voltadas para vias públicas;
XVI - Gabarito da edificação - é a altura máxima das edificações definida através da altura da edificação e do número máximo de pavimentos;
XVII - Lote - parcela do terreno contida em uma quadra, resultante de um loteamento, desmembramento ou remembramento, com pelo menos uma divisa lideira a logradouro público, e descrita por documento legal;
XVIII - Ocupação do solo urbano - é a maneira pela qual a edificação pode ocupar o terreno urbano, em função dos índices urbanísticos incidentes sobre o mesmo;
XIX - Pavimentos - cada um dos planos horizontais de um edifício destinados a uma utilização efetiva;
XX - Pé-direito - é a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento;
XXI - Platibanda - é o prolongamento das paredes externas, acima do último teto de uma edificação;
XXII - Recuo frontal - a menor distância entre o plano da fachada da

edificação a testada do terreno;
XXIII - Recuo lateral - a menor distância entre o plano da fachada da construção às divisas laterais do terreno;
XXIV - Recuo de fundo - a menor distância entre o plano da fachada da edificação às divisas de fundos do terreno;
XXV - Subsolo - área da edificação cuja altura de sua laje superior estiver, no máximo, a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) acima da cota mínima do terreno, sendo esta, a menor cota do passeio público em relação ao terreno;
XXVI - Taxa de ocupação - valor expresso em porcentagem e que define a porção da área do terreno que pode ser ocupada pela projeção, em planta, da totalidade das edificações sobre o terreno;
XXVII - Terraço - é a cobertura de uma edificação ou parte da mesma, utilizada como piso;
XXVIII - Testada de lote - comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo município;
XXIX - Uso do solo urbano - é o tipo de atividade desenvolvida no imóvel urbano;
XXX - Zonas - cada uma das unidades territoriais que compõe o zoneamento e para as quais são definidos os usos e as normas para se edificar no terreno urbano;
XXXI - Vegetação nativa - floresta ou outra formação florística com espécies predominantemente autóctones, em climax ou em processos de sucessão ecológica natural;



XXXII - **Zoneamento** - é a divisão da área urbana em zonas de uso e ocupação do solo.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL|2018
LEGISLAÇÃO

LEI nº. 2760/2018

EMENTA: Dispõe sobre o Parcelamento e o Remembramento do Solo para Fins Urbanos e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulga em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO a seguinte LEI:**

CAPÍTULO I
DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

Art. 1º. Esta Lei tem por finalidade:

- I.** orientar e disciplinar o projeto e a execução de qualquer serviço ou obra de parcelamento e remembramento do solo urbano no Município;
- II.** garantir a observância das normas Federais e Estaduais relativas à matéria;
- III.** assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade;
- IV.** prevenir assentamento ou expansão urbana em área imprópria para esse fim;
- V.** evitar a comercialização de lotes inadequados às atividades urbanas;
- VI.** assegurar a observância de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade no processo de parcelamento do solo para fins urbanos;
- VII.** ordenar a estrutura fundiária e garantir a expansão da malha urbana, evitando oclusão de infraestrutura;
- VIII.** prevalência do interesse Público sobre o interesse privado.

Art. 2º. Considera-se parcelamento do solo para fins urbanos toda subdivisão de gleba ou lote em 02 (dois) ou mais lotes destinados à edificação, sendo realizado através de loteamento, desmembramento ou desdobro.

Art. 3º. O disposto na presente Lei obriga não só os loteamentos, desmembramentos, desdobros e remembramentos realizados para a venda, ou melhor aproveitamento dos imóveis, como também os efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, para a extinção de comunhão de bens ou a qualquer outro título.

Art. 4º. Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

- I.** ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
 - II.** ÁREA OU ZONA URBANA - É a área de terra contida dentro do perímetro urbano, definido em Lei específica complementar ao Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;
 - III.** ZONA DE EXPANSÃO URBANA - É a área de terra contida ou não dentro do perímetro urbano e não parcelada para fins urbanos;
 - IV.** ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA - É a área de terra, delimitada na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo e destinado para fins urbanos específicos;
 - V.** ÁREAS PÚBLICAS - São as áreas de terras a serem doadas ao município para fins de uso público em atividades culturais, cívica, esportivas, de saúde, educação, administração, recreação, praças e jardins;
 - VI.** ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - É a área de terra a ser doada ao município a fim de proteger o meio ambiente natural, compreendendo, entre outras, a critério do Poder Executivo Municipal, os fundos de vales e as reservas florestais;
 - VII.** ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO - É a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e áreas de preservação e bosques. Estas áreas não poderão ter seu acesso restrito nem sua destinação alterada;
 - VIII.** ÁREA DE LAZER - É a área pertencente ao município destinada às praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;
 - IX.** ARRUAAMENTO - Considera-se como tal a abertura de qualquer via ou logradouro destinado à utilização pública para circulação de pedestres ou veículos;
 - X.** ÁREA NON AEDIFICANDI - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;
 - XI.** CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
 - XII.** CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
 - XIII.** DESDOBRAMENTO OU DESMEMBRAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de um lote em mais lotes destinados à edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias ou logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes;
 - XIV.** EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, esportes e lazer;
 - XV.** EQUIPAMENTOS URBANOS - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, arborização e pavimentação de vias urbanas;
 - XVI.** GLEBA - Área de terra que não foi ainda objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;
 - XVII.** LOTE - porção de terra parcelada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com testada para via pública oficial, servida de infraestrutura básica (Lei Federal nº. 6.766/79);
 - XVIII.** LOTEAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
 - XIX.** LOTEAMENTO FECHADO - É o parcelamento do solo efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, com fechamento de seu perímetro e controle de acesso de não moradores;
 - XX.** PERÍMETRO URBANO - É a linha de contorno que define a área ou a zona urbana, de expansão urbana e de urbanização específica;
 - XXI.** PLANO DE LOTEAMENTO - é o conjunto de documentos e projetos que indicam a forma pela qual será realizado o parcelamento do solo por loteamento;
 - XXII.** CONDOMÍNIO URBANÍSTICO - A divisão de glebas em unidades autônomas destinadas à edificação, as quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio próprio e vedada a de logradouros públicos dentro do perímetro do condomínio;
 - XXIII.** QUADRA - É a área de terras, subdividida em lotes, resultante do traçado do arruamento;
 - XXIV.** REFERÊNCIA DE NÍVEL - É a cota de altitude tomada como oficial pelo Município;
 - XXV.** REMEMBRAMENTO - É a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.
- Art. 5º.** Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos quando o imóvel a ser parcelado localizar-se na Zona Urbana do Município, de Expansão Urbana ou em Zona de Urbanização Específica assim definidas em Lei.
- Art. 6º.** O uso, o aproveitamento, as áreas e as dimensões mínimas e máximas dos lotes serão regulados pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo, cujas normas deverão ser observadas em todo parcelamento e remembramento do solo.
- Art. 7º.** Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos:
- I.** em terrenos alagadiços e sujeitos a inundação;
 - II.** em terrenos que tenham sido atingidos com material nocivo à saúde pública;
 - III.** em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes;
 - IV.** em terrenos onde as condições geológicas contraindiquem a edificação, ficando a critério do Município de Jaguaraiava exigir Laudo Técnico e sondagem sempre que necessário;
 - V.** em Áreas de Preservação Permanente, conforme delineado pela Lei Federal nº. 12.651/2012 e outras que a substituam ou complementem;
 - VI.** em áreas de riscos, assim definidas em Lei Municipal;
 - VII.** nas proximidades de nascentes, águas correntes e dormentes, sejam qual for a sua situação topográfica;
 - VIII.** em terrenos situados em fundos de vales, essenciais para o escoamento natural das águas;
 - IX.** em faixa de 15m (quinze metros) para cada lado das faixas de domínio ou segurança de redes de alta tensão, ferrovias, rodovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;
 - X.** em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias adequadas à vida humana;
 - XI.** em terrenos localizados a menos de 500m (quinhentos metros) do perímetro da área de Estação de Tratamento de ETE com sistema aberto ou a 100m (cem metros) do perímetro da área de uma ETE com sistema fechado;
 - XII.** em terrenos localizados em bacias hidrográficas de captação de água existente ou futuro para abastecimento público, a montante do ponto de captação, dentro dos

limites do divisor de água da bacia.

Parágrafo Único. As áreas de risco serão convertidas em unidade de conservação nas modalidades "parque" ou "reserva ecológica", evitando assim que famílias atualmente alojadas nessas localidades retornem ou indiquem pessoas para sua ocupação.

CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO POR LOTEAMENTO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. O loteamento deverá atender, no mínimo, aos seguintes

requisitos:

- I.** as áreas a serem doadas ao município, a título de Áreas Públicas, serão formadas, no mínimo, por:
 - a) área para equipamentos comunitários ou urbanos;
 - b) área de preservação ambiental, quando houver;
 - c) área de lazer;
 - d) área de arruamento;
 - e) área *non aedificandi*, quando houver.
- II.** o Município recusará as áreas destinadas aos fins previstos neste artigo caso elas tenham uma das seguintes características:
 - a) estrutura urbana que indique melhor aproveitamento da área a ser cedida em outras condições;
 - b) topografia inadequada;
 - c) presença de elementos naturais ou construídos que impossibilitem ou dificultem o uso da área;
 - d) morfologia que indique posterior apropriação particular da área;
 - e) não atendimento às indicações dos órgãos competentes;
 - f) restrições administrativas.
- III.** as áreas públicas não serão inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser parcelada e, em cada caso específico, serão fixadas pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal;
- IV.** o somatório das áreas de terras destinadas à preservação ambiental, à implantação de equipamentos comunitários e de lazer não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada, sendo que as áreas verdes deverão ser destinadas sempre em alinhamento a outras áreas verdes adjacentes, desde que existentes, de modo a formar corredores ecológicos para fluxos genéticos;
- V.** deverá ser executada via marginal de 15m (quinze metros) de largura, limitando-se a faixa de preservação de nascentes, fundos de vales, córregos, ao longo das faixas de segurança das linhas de transmissão de energia e das faixas de domínio das rodovias, salvo disposição decorrente de estudos específicos;
- VI.** o arruamento deverá observar as determinações da Lei Municipal do Sistema Viário, devendo articular-se com as vias adjacentes, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com o relevo do local;
- VII.** na zona urbana, salvo outra disposição do Plano Diretor Municipal - PDM ou em decorrência de estudos específicos sobre o lençol freático, as áreas de preservação ambiental ao longo dos cursos d'água e fundos de vales serão de, no mínimo, 30m (trinta metros) para cada lado das margens e, ao redor das nascentes de água, no mínimo, ratio de 50m (cinquenta metros), salvo as exceções previstas na Lei Federal nº. 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), sendo o somatório dessas áreas computado como área pública a ser doada ao município observado-se uma redução de 50% (cinquenta por cento) no seu total;
- VIII.** todo projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município de Jaguaraiava indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;
- IX.** os cursos d'água não poderão ser modificados ou canalizados sem o consentimento do órgão competente do Poder Executivo Municipal e Estadual;
- X.** todos os loteamentos deverão ser dotados, pelo loteador, no mínimo, de guias e sarjetas, rede de galerias de águas pluviais e obras complementares necessárias à contenção da erosão, pavimentação das vias, rede de abastecimento de água atendendo os dois lados da via, rede de coleta e tratamento de esgoto, de fornecimento de energia elétrica e de iluminação pública, arborização de vias e a marcação das quadras e lotes;
- XI.** todos os loteamentos deverão ser dotados, pelo loteador, das seguintes infraestruturas:
 - a) demarcação dos vértices dos lotes com marcos de madeira ou outro material com durabilidade razoável, que deverão ser mantidos pelo parcelador pelo prazo de 01 (um) ano após o registro do loteamento, conservando a integridade da área nos moldes como aprovado, sob pena de responder civil e criminalmente;
 - b) pavimentação asfáltica das pistas de rolamento das vias de circulação e de acesso ao loteamento, incluindo a construção de guias e sarjetas, de acordo com as normas do órgão municipal competente e o estabelecido na Lei do Sistema Viário Básico do Município;
 - c) rede de drenagem de águas pluviais, aprovada pelo órgão municipal competente, contendo poços de visita com fundo drenante;
 - d) rede de abastecimento de água potável de acordo com as normas do órgão competente;
 - e) sistema de coleta e tratamento de esgoto, aprovado pelo órgão competente;
 - f) acessibilidade;
 - g) sinalização vertical e horizontal dos logradouros públicos do loteamento;
 - h) rede compacta ou subterrânea de distribuição de energia elétrica executada de acordo com as normas do órgão competente;
 - i) rede rebassada de iluminação pública, de acordo com os padrões da Municipalidade;
 - j) arborização dos passeios e canteiros centrais que será regulamentada por Lei específica;
 - k) os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas de 30% (trinta por cento) em relação ao mínimo exigido para a sua respectiva zona. O mesmo ocorrerá com a testada mínima que terá sua dimensão acrescida do mesmo percentual;
 - l) o comprimento da quadra não poderá ser superior a 150m (cento e cinquenta metros), salvo casos especiais;
 - m) as áreas de terras localizadas sob linha de transmissão de energia elétrica serão computadas como área de arruamento.

§1º. Poderão ser loteados apenas as áreas com acesso direto à via pública, devendo o loteador manter em boas condições de trafegabilidade a critério do Município de Jaguaraiava.

§2º. No parcelamento em Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS poderá ser exigida somente a infraestrutura mínima, conforme previsto no artigo 6º da Lei Federal nº. 9785/99:

- a) vias de circulação;
- b) escoamento das águas pluviais;
- c) rede de abastecimento de água potável;
- d) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

§ 3º. Lei específica poderá estabelecer, em casos excepcionais de regularização de parcelamentos e após avaliação técnica do setor responsável do poder público municipal, a tolerância a lotes menores, desde que já existentes quando da publicação desta Lei.

§ 4º. O parcelamento do solo para fins de regularização fundiária nas áreas urbanas, deverão observar as diretrizes gerais da Lei Federal nº. 11.977/09 e suas alterações.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O LOTEAMENTO

- Art. 9º.** Para efetuar a proposta de parcelamento do solo mediante loteamento, o proprietário ou responsável legal do imóvel deverá solicitar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal, certificado de viabilidade, que defina as condições para o parcelamento do solo, assim como deve seguir o disposto nas Leis Federais nº. 6.766/79 e 9.785/99 e suas atualizações, apresentando para este fim, acompanhado de requerimento próprio, os seguintes elementos:
- I.** requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;
 - II.** laudo de Viabilidade Técnica do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;
 - III.** laudo de Viabilidade Técnica da COPEL;
 - IV.** licença do setor de Meio Ambiente Municipal;
 - V.** título de propriedade do imóvel;
 - VI.** certidão negativa da Fazenda Federal e Municipal, relativas ao imóvel;
 - VII.** certidão de ônus reais relativos ao imóvel;
 - VIII.** certidão negativa de ações referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;
 - IX.** sondagem e percolação de solo, apontando o nível do lençol freático;
 - X.** copia da planilha de cálculo analítico do levantamento topográfico do imóvel;
 - XI.** esquema preliminar do loteamento pretendido, indicando as vias de circulação, quadras e áreas públicas;
 - XII.** plantas do imóvel, na escala 1:1000 (um para mil), sendo uma cópia em mídia digital e duas cópias apresentadas em papel, sem rasuras ou emendas, e assinadas pelo proprietário do imóvel e pelo profissional responsável pelos serviços de levantamento topográfico, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) divisas do imóvel, com as respectivas definições e traçadas;
 - b) localização dos cursos d'água, lagos e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;

- c) curvas de nível de metro em metro;
- d) orientação magnética e verdadeira do Norte, mês e ano do levantamento topográfico;

- e) referência de nível;
- f) arruamento vizinho a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, bem como suas respectivas distâncias ao imóvel que se pretende parcelar;
- g) pontos onde foram realizados os testes de percolação do solo.

XIII. outras informações que possam interessar a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Sempre que necessário, o órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir a extensão do levantamento topográfico ao longo de uma ou mais divisas da gleba a ser loteada até o talvegue ou espigão mais próximo.

Art. 10. Após o recebimento da Certidão de Viabilidade de Viabilidade de loteamento, o interessado solicitará à Municipalidade a expedição das diretrizes de planejamento de município e demais legislações Estaduais e Federais, que após consultas aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

- I.** requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;
- II.** o traçado das vias existentes ou projetadas, definidas na Lei do Sistema Viário do Município, relacionadas com o loteamento e que deverão ter continuidade na gleba a lotear;
- III.** a fixação da zona ou zonas de uso predominantemente de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - Zoneamento;
- IV.** a localização das áreas destinadas aos equipamentos comunitários e urbanos, dos espaços livres de uso público e das áreas de interesse público que serão transferidas ao domínio público;
- V.** as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais, faixas não edificáveis, servidões e faixas de domínio de rodovias e ferrovias;
- VI.** relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado;
- VII.** se o imóvel é passível de ser parcelado ou aruado, em todo ou em partes;
- VIII.** as características gerais do loteamento em relação ao uso e ocupação do solo;
- IX.** as vias de circulação existentes ou previstas que compõem o sistema viário da cidade e do município que devem ser respeitadas pelo loteamento pretendido;
- X.** as áreas públicas a serem doadas ao município;
- XI.** os coletores principais de águas pluviais e esgotos quando eles existirem ou estiverem previstos;
- XII.** áreas *non aedificandi*, se houver;
- XIII.** o traçado e as respectivas dimensões do sistema viário principal do loteamento;
- XIV.** as áreas de preservação ambiental de rios e nascentes, as linhas de alta tensão e telefônicas, as faixas de domínio de rodovias;
- XV.** licença prévia ambiental válida;
- XVI.** as obras de infraestrutura que deverão ser executadas pelo interessado.

§ 1º. As diretrizes referidas neste artigo não implicarão na aprovação do projeto de loteamento pelo Poder Público.

§ 2º. O prazo máximo para o fornecimento das Diretrizes Gerais é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do protocolo de entrega de todos os documentos exigidos pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. As Diretrizes Gerais expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias ou 01 (um) ano, a contar do dia de sua expedição, após o que estarão automaticamente prescritas e o processo iniciado arquivado.

SEÇÃO III
DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 12. Após a expedição das diretrizes de consulta prévia e havendo viabilidade de implantação, o proprietário do imóvel, caso deseje dar prosseguimento ao loteamento, deverá apresentar requerimento solicitando análise do Plano de Loteamento para a gleba, anexando para esse fim:

- I.** PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO - apresentado através de desenhos em escala legível, em 02 (duas) vias de cópias em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) divisas do imóvel perfeitamente definidas e traçadas;
 - b) arruamento vizinho a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local;
 - c) vias de circulação existentes e projetadas, com as respectivas cotas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
 - d) perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, nas seguintes escalas:
 - 1) Longitudinal - escala legível.
 - 2) Escala vertical - escala legível.
 - 3) Transversal - escala legível.
 - e) localização dos cursos d'água, lagos e represas, canalizações especiais existentes e projetadas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;
 - f) curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1m (um metro);
 - g) orientação magnética e verdadeira do Norte, mês e ano do levantamento topográfico;
 - h) referência de nível;
 - i) indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
 - j) subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações, áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
 - k) indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento com as respectivas áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais.

II. QUADRA DE ABASTECIMENTO DE ÁREAS - em metros quadrados e percentuais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) área total do imóvel a ser loteado;
 - b) área total do arruamento;
 - c) área total dos lotes e quadras;
 - d) áreas destinadas a equipamentos públicos (praças, jardins, áreas de circulação, áreas verdes e áreas de equipamentos urbanos).
- III.** PROJETOS COMPLEMENTARES - apresentados em 02 (duas) cópias impressas em papel, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
- a) projeto urbanístico contendo a descrição sucinta do loteamento, com suas características e fixação das zonas de uso e ocupação do solo, com a descrição de cada lote com sua numeração e dimensões, indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento, arborização e enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos espaços livres de uso público;
 - b) o projeto de drenagem de água pluvial com indicação do local de lançamento e projeto das obras de sustentação e prevenção dos efeitos deletérios, elaborado por profissional capacitado com a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. O projeto de drenagem pluvial deverá ser concebido observando todas as normas técnicas da ABNT pertinentes ao tema. Deverá ser apresentado com o projeto o parecer de aprovação emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação - SMIH;
 - c) projeto de sistema de abastecimento de água elaborado por profissional capacitado com a correspondente ART ou RRT. O projeto de abastecimento de água deverá ser elaborado observando as diretrizes contidas no Atestado de Viabilidade Técnica Operacional - AVTO, bem como as previstas nos contratos de programas e planos de expansão destes serviços. Deverá ser apresentado com o projeto o parecer de aprovação emitido pelo SAMAE, com o projeto de captação, tratamento e reservação;
 - d) projeto de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública elaborado por profissional capacitado com a correspondente ART ou RRT, conforme diretrizes estabelecidas no AVTO, emitido pela companhia de energia elétrica, e parecer de aprovação do projeto emitido pela referida companhia;
 - e) projeto de arborização aprovado no órgão ambiental;
 - f) o projeto de esgotamento sanitário elaborado por profissional capacitado com a correspondente ART ou RRT. O projeto de esgotamento sanitário se referirá a interligação ao sistema coletivo existente no município, ou quando não for possível o loteador deverá apresentar solução alternativa composta por sistema independente observando as diretrizes contidas no AVTO, bem como as previstas nos contratos de programas e planos de expansão desses serviços. Poderá ser adotada solução individual (fossa séptica ou sumidouro) somente em áreas que não seja viável a interligação ao sistema já existente ou adoção de sistema independente. O projeto de solução individual deverá observar todos os itens da norma da ABNT NBR 7229 e NBR 13.969. Deverá ser apresentado com o projeto o parecer de aprovação emitido pelo SAMAE;
 - g) atestado de Viabilidade Técnica Operacional de Atendimento do loteamento, fornecida pelas concessionárias de energia elétrica e de abastecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários;
 - h) licença ambiental de instalação das obras de infraestrutura do loteamento;
 - i) laudo técnico referente as condições geológicas, declividades e ocorrência de inundações e estabilidade do terreno;
 - j) laudo de condições sanitárias e de adequabilidade à saúde pública, atestando que o terreno não foi alterado no presente ou no passado com material nocivo e a apresenta condições para a finalidade que se destina;
 - k) plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Construção Civil, conforme dispõe a Lei Municipal nº. 2439/2012;
 - l) projeto de pavimentação das vias.
 - m) cronograma Físico Financeiro.



IV. MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTEAMENTO - em 02 (duas) vias impressas em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) descrição do loteamento contendo suas características;
- b) condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas futuras edificações;
- c) descrição dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos já existentes e que serão implantados no loteamento e adjacências;
- d) memorial descritivo de cada lote, das vias urbanas projetadas e áreas públicas propostas, indicando a área total, as confrontações e os limites descritos em relação ao Norte verdadeiro.

V. MODELO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA - especificando, entre outras, as seguintes condições:

- a) os compromissos do loteador quanto à execução do Plano de Loteamento bem como os prazos previstos para sua execução;
- b) indicação da condição de que os lotes só poderão receber edificações após o Poder Executivo Municipal declarar aceite as obras de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação asfáltica, sinalização viária, acessibilidade, drenagem e rede de esgoto quando exigida;
- c) a possibilidade de suspensão, pelo adquirente, do pagamento das prestações uma vez não executadas as obras previstas no Plano de Loteamento, devendo passar a depositá-las em juízo, mensalmente;
- d) o uso do solo previsto para o lote, segundo previsto na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo Único. Todos os projetos, cronogramas, memoriais de cálculo e especificações técnicas para realização dos projetos complementares e do projeto de parcelamento do solo, devem obedecer às normas da ABNT e dos órgãos competentes de aprovação e estar assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico, devendo esse último indicar o número de seu registro profissional no CREA ou CAU.

**SEÇÃO IV
DA APROVAÇÃO DO PLANO DE LOTEAMENTO**

Art. 13. Recebidos todos os elementos do Plano de Loteamento, ouvidas as autoridades competentes, o órgão competente do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, procederá ao exame das peças apresentadas, manifestando sua avaliação técnica.

§ 1º. Havendo incorreções nos projetos técnicos apresentados, o responsável técnico e o proprietário do loteamento serão notificados a promover as mudanças necessárias.

§ 2º. O prazo máximo para apresentação das correções é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da notificação, após o que, não atendido, o processo iniciado será arquivado.

Art. 14. Uma vez considerado em acordo com as normas dos órgãos competentes, o Poder Executivo Municipal publicará, em jornais com circulação local e regional, as condições em que o Plano de Loteamento pretende ser efetuado.

Art. 15. Decorridos 15 (quinze) dias da publicação a que se refere o artigo anterior e estando o Plano de Loteamento de acordo com as exigências técnicas e legais, o proprietário loteador será notificado a apresentar 03 (três) cópias em papel e uma em mídia digital do referido Plano e a ART junto ao CREA e/ou RRT junto ao CAU dos profissionais responsáveis pelo Projeto de Loteamento e Projetos Complementares e a Licença Prévia emitida pelo órgão de meio ambiente.

Art. 16. Uma vez cumpridas as exigências contidas nos artigos anteriores, será assinado, entre o proprietário e o Poder Executivo Municipal, um termo de compromisso onde o proprietário se obriga a, no mínimo:

- I. transferir, mediante Escritura Pública de Doação, sem qualquer ônus para o município, a propriedade das Áreas Públicas e a propriedade do conjunto de obras realizadas de arborização, pavimentação das vias, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, abastecimento de energia elétrica e da rede de esgoto quando exigida, execução de passagens em acordo com a padronização da localidade, dispositivos de acessibilidade, sinalizações verticais e horizontal conforme normativas vigentes;
- II. facilitar a fiscalização permanente durante a execução das obras e serviços;
- III. executar, no prazo máximo de 02 (dois) anos, em acordo com o Cronograma Físico Financeiro, os projetos complementares;
- IV. caucionar, como garantia de execução dos projetos complementares, uma área de terreno cujo valor, a juízo do Poder Executivo Municipal, corresponda, à época da análise do processo a, pelo menos, uma vez e meia o custo dos serviços e obras a serem executadas;
- V. não transacionar, por qualquer instrumento, lotes caucionados;
- VI. utilizar modelo de contrato de compra e venda, conforme exigência dessa Lei;

§ 1º. A avaliação dos imóveis caucionados será realizada por comissão de peritos especialmente designados pelo Prefeito Municipal, sob a análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 2º. A área objeto da caução deverá situar-se dentro do território do município.

Art. 17. Assinado o Termo de Compromisso será aprovado o Plano de Loteamento, publicado o decreto de aprovação, expedido o respectivo Alvará de loteamento e publicado o Decreto de nomeação do responsável técnico do Poder Executivo Municipal para a fiscalização dos serviços e obras.

§ 1º. No Decreto de aprovação deverá constar as condições em que o loteamento é autorizado, as obras e serviços a serem realizados e o prazo de execução, a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de registro do loteamento e o responsável técnico do Poder Executivo Municipal designado para a fiscalização dos serviços e obras.

§ 2º. O responsável técnico pela fiscalização emitirá, mensalmente, um Relatório de Acompanhamento das Obras e Serviços indicando, no mínimo, sua evolução gradual, a observância dos projetos técnicos, as modificações introduzidas nos projetos complementares e a observância das normas de segurança.

Art. 18. Concluídas todas as obras e serviços e estando em perfeito estado de execução e funcionamento, o proprietário ou seu representante legal solicitará ao Poder Executivo Municipal a vistoria final do loteamento e a liberação da caução.

Art. 19. Mediante Laudo de vistoria favorável, elaborado pelo responsável técnico pela fiscalização, e atestado de pleno funcionamento das redes e serviços, fornecidos pelos órgãos concessionários de serviços e órgãos públicos responsáveis pela política de meio ambiente, o Executivo Municipal publicará o Decreto de recebimento do loteamento e liberará as áreas caucionadas.

§ 1º. Caso tenha havido necessidade de modificações na execução dos projetos complementares, o laudo de vistoria deverá ser acompanhado de desenhos e cálculos retilineares indicando as alterações realizadas.

§ 2º. A liberação das áreas caucionadas poderá ser proporcional ao conjunto de obras e serviços realizados e em funcionamento.

Art. 20. Findo o prazo estipulado no Cronograma Físico-Financeiro para a realização das obras e serviços, caso as mesmas não tenham sido executadas, o Poder Executivo Municipal executará os serviços, promovendo a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas caucionadas correspondentes.

**SEÇÃO V
DO LOTEAMENTO FECHADO**

Art. 21. Aplicam-se ao loteamento fechado os requisitos e procedimentos prescritos no Capítulo I, II, V e VI desta Lei, os índices urbanísticos definidos na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo e o disposto no Código de Obras e na Lei do Sistema Viário do Município.

Art. 22. O Município de Jaguaraiava poderá limitar a área contínua total do loteamento fechado, bem como a distância mínima entre eles com a finalidade de garantir a continuidade do sistema viário.

Art. 23. As áreas públicas totalizarão no mínimo, de 35% (trinta e cinco por cento), sendo que o somatório das áreas de terras destinadas à preservação ambiental e à implantação de equipamentos comunitários não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada.

Parágrafo Único. A totalidade da área destinada a preservação ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de equipamento comunitário deverá localizar-se externamente à área fechada do loteamento e com frente para via pública.

Art. 24. A implantação do loteamento fechado não poderá interromper o prolongamento das vias públicas consideradas pelo município como essenciais ao sistema viário, linhas de alta tensão e fundos de vales.

§ 1º. O loteamento fechado deverá ser contornado, em todo o seu perímetro, por via pública em dimensões adequadas a hierarquia das vias mais próximas, conforme a Lei do Sistema Viário Municipal, nunca sendo inferior ao mínimo de 15m (quinze metros), sendo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio em ambos os lados, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de área de estacionamento em ambos os lados e ainda 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de faixa de rolagem sendo via de sentido duplo.

§ 2º. As vias internas ao loteamento fechado deverão ter:

- a) passios de ambos os lados da via interna com dimensão mínima de 2m (dois metros), sendo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de passeio livre destinado a circulação e 80cm (oitenta centímetros) para a área técnica, ou seja, destinada à implantação de posteamento de iluminação pública, placas de sinalizações, lixeiras, etc. em acordo com as

normas de acessibilidade vigentes;

b) seção da via carroçável mínima, sendo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de área de estacionamento em ambos os lados e ainda 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de faixa de rolagem sendo via de sentido duplo.

Art. 25. O loteamento fechado deverá possuir, no mínimo, um controle de acesso de não-moradores através de guarda de segurança com área mínima de 30 m² (trinta metros quadrados).

Art. 26. As Áreas Públicas poderão ser objeto de concessão de Direito Real de Uso, mediante outorga a uma entidade jurídica organizada na forma de condomínio de proprietários-moradores.

§ 1º. Sob pena de nulidade, no prazo de 90 (noventa) dias, a concessão de Direito Real de Uso deverá constar do Registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º. A Área de Preservação Ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de Equipamento Comunitários, situada fora da área fechada do loteamento, não poderão, a qualquer pretexto, ser objeto de concessão de Direito Real de Uso.

Art. 27. O instrumento de concessão de direito real de uso deverá constar todos os encargos do condomínio de proprietários-moradores relativos os bens públicos em causa, devendo estas ser, no mínimo, a manutenção e conservação de:

- I. arborização de vias;
- II. vias de circulação, calçamento e sinalização de trânsito;
- III. coleta e remoção de lixo domiciliar e limpeza de vias, os quais deverão ser depositados em local próprio junto à portaria do loteamento;
- IV. prevenção de sinistros;
- V. iluminação de vias públicas;
- VI. drenagem de águas pluviais.

Art. 28. A concessão do Direito Real de Uso poderá ser rescindida unilateralmente pelo Poder Executivo Municipal nos casos:

- I. de dissolução da entidade beneficiária;
- II. de alteração, sem permissão do Poder concedente, da finalidade das Áreas Públicas;
- III. quando o condomínio de proprietários-moradores se omitir dos serviços de conservação e manutenção;
- IV. quando do descumprimento de quaisquer outras condições estatuídas no instrumento de concessão e nessa Lei.

§ 1º. Quando da rescisão da concessão, as Áreas Públicas bem como as benfeitorias nelas existentes, situadas dentro do perímetro do loteamento fechado serão reincorporadas ao patrimônio público, independentemente de qualquer pagamento ou indenização.

§ 2º. A perda da concessão do Direito Real de Uso implicará na perda do caráter de loteamento fechado e determina a demolição dos muros que envolvem a periferia do loteamento e a eliminação de todo e qualquer sistema de controle de acesso de não moradores.

Art. 29. Todo loteamento fechado deverá ser cercado por alambrado, cerca ou muro de alvenaria, com altura máxima de 3m (três metros).

§ 1º. O loteamento fechado em 25% (vinte e cinco por cento) de seu perímetro, será dotado de lotes diretamente voltados para via pública externa ao loteamento e de uso coletivo, com profundidade, no mínimo, de 25m (vinte e cinco metros).

§ 2º. Nos locais onde o fechamento do loteamento estiver diretamente voltado para via pública externa, o alambrado, muro ou cerca deverá estar recuado 2m (dois metros) do meio-fio da via pública, sendo 2m (dois metros) destinados a passeio público.

Art. 30. As obras, serviços e reparos das Áreas Públicas situadas dentro do perímetro do loteamento fechado somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo Municipal.

**SEÇÃO VI
DO LOTEAMENTO EM ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA**

Art. 31. O loteamento destinado a Urbanização Específica, em condomínio ou não, fechado ou aberto, só será aprovado quando atender ao disposto nos Capítulos I, II, V e VI desta Lei.

Art. 32. Os resultados de loteamento em Zona de Urbanização Específica não poderão ser subdivididos.

Parágrafo Único. O instrumento de concessão de uso ou a escritura de propriedade deverão constar, em destaque, cláusula da impossibilidade de desdobro dos lotes previstos no *caput* deste artigo.

**CAPÍTULO III
DO PARCELAMENTO DO SOLO POR DESMEMBRAMENTO OU DESDOBR**

Art. 33. O desmembramento ou desdobro só poderá ser aprovado quando:

- I. os lotes desmembrados ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo;
 - II. a parte remanescente da gleba ou lote, ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões e áreas mínimas previstas na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo.
- § 1º.** Excetuem-se os lotes ou glebas com dimensões e áreas inferiores ao previsto no *caput* desse artigo quando as partes resultantes sejam, em ato contínuo, objeto de remembramento ao lote vizinho.
- § 2º.** Em casos de terrenos edificados anterior à data de publicação dessa Lei, o desdobro somente poderá ser aprovado quando observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- a) as partes resultantes da subdivisão da edificação constituírem construções independentes umas das outras, observados os requisitos do Código de Obras;
 - b) cada um dos lotes resultantes do desdobro estiver reconhecido no cadastro imobiliário.

Art. 34. Para obter o parcelamento do solo, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do projeto de desmembramento ou desdobro respectivo, anexando em seu requerimento os seguintes documentos:

- I. título de propriedade do imóvel, sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidão do Registro de Imóveis;
- II. certidão negativa da Fazenda Municipal ou Federal referente ao Imóvel;
- III. 04 (quatro) cópias do projeto apresentadas em papel e 01 (uma) cópia em meio digital georreferenciadas, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, assinadas pelo proprietário e pelo profissional responsável, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) as divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;
 - b) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;
 - c) orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;
 - d) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;
 - e) planta de situação anterior e posterior ao parcelamento do solo que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;
 - f) quadro estatístico de áreas;
 - g) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal;
 - h) ART perante o CREA e RRT perante o CAU;
 - i) memoriais descritivos de cada lote ou via pública.

Art. 35. Aplicam-se ao desmembramento, no que couberem, as mesmas disposições e exigências desta Lei para o loteamento, em especial quanto à doação de áreas para o município, necessárias para a continuidade ou alargamento de vias e ou para a implantação de equipamentos urbanos ou comunitários.

**CAPÍTULO IV
DO REMEMBRO**

Art. 36. Nos casos de remembramento, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do respectivo projeto, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

- I. título de propriedade do imóvel, sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;
- II. certidão negativa da Fazenda Municipal referente ao Imóvel;
- III. 04 (quatro) cópias do projeto de remembramento apresentadas em papel e 01 (uma) cópia em meio digital georreferenciadas, sem rasuras, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, constando a assinatura do proprietário e do profissional responsável pelo projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) as divisas do imóvel perfeitamente definidas e traçadas;
- b) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;
- c) orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;
- d) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;
- e) planta de situação anterior e posterior do remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;
- f) quadro estatístico de áreas;
- g) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal;
- IV. ART perante o CREA e RRT perante o CAU;
- V. memoriais descritivos de cada lote.

Parágrafo Único. Em áreas não edificadas só será permitido remembrar para implantar áreas de lazer sem acréscimo de área construída, não sendo tolerado qualquer tipo de pavimentação que venha a impermeabilizar o solo.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES PENAS**

Art. 37. Fica sujeito à cassação de alvará, embargo administrativo de obras e serviços e à aplicação de multa pecuniária todo aquele que, a qualquer tempo e modo, der início, efetuar loteamento, desmembramento ou desdobro do solo para fins urbanos sem autorização do Poder Executivo Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda, das normas de âmbito Federal e Estadual pertinentes.

§ 1º. A multa a que se refere este artigo será arbitrada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, de acordo com a gravidade da infração a ser regulamentada por Lei específica.

§ 2º. O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de cumprimento no disposto nesta Lei.

Art. 38. São passíveis de punição, a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos, e que ainda desconsiderem os trâmites necessários para análise e aprovação.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 39. O Poder Executivo Municipal poderá implementar, por Decreto, normas ou especificações técnicas adicionais referentes à apresentação de peças gráficas e as obras ou serviços de infraestruturas exigidas por esta Lei.

Art. 40. Os conjuntos habitacionais promovidos pela iniciativa privada ou pública estão sujeitos à aplicação integral desta Lei.

Parágrafo Único. Para a aprovação de qualquer alteração ou cancelamento de parcelamento do solo para fins urbanos registrados em cartório, deverão ser atendidas as disposições contidas nesta Lei, na Lei Federal nº. 6766/79 ou outra que a substitua.

Art. 41. Não será concedido Alvará para edificação, reforma, ampliação ou demolição, em lotes resultantes de parcelamento do solo ou remembramento não regularmente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com esta Lei.

Art. 42. A aprovação de projeto de loteamento, desmembramento, desdobro ou remembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Poder Executivo Municipal, quanto a eventuais divergências referentes às dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação a área loteada, desmembrada, desdobrada ou remembrada.

Art. 43. O prazo máximo para a aprovação ou rejeição do projeto de remembramento, desmembramento ou desdobro será de 30 (trinta) dias após o proprietário ter cumprido todas as exigências do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 44. A partir do Exercício seguinte à publicação do Decreto de Recebimento do Loteamento e da aprovação dos Projetos de desmembramento, remembramento ou desdobro será lançado, sobre os imóveis resultantes, o correspondente Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, ou imediatamente após, caso seja de interesse dos proprietários, que deverão se manifestar por escrito.

Art. 45. Os casos omissos e as dúvidas de interpretações decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e órgão competente do Poder Executivo Municipal ao qual fica atribuída também a competência para estudar e definir elementos técnicos necessários a toda atividade normativa decorrente da presente Lei.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 1822/2008.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2761/2018

EMENTA: Dispõe sobre o Perímetro Urbano do Município de Jaguaraiava.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, SANCIONO a seguinte LEI:

**CAPÍTULO ÚNICO
DO PERÍMETRO URBANO**

Art. 1º O território municipal é dividido em zona urbana e zona rural, para fins urbanísticos e tributários.

§ 1º As zonas urbanas no Município, para efeito desta Lei, serão as constantes do ANEXO I desta Lei ou outras definidas em lei própria.

§ 2º A zona rural é constituída pelo restante do território do Município.

Art. 2º A representação do perímetro da zona urbana e o cálculo analítico de área constam dos seguintes anexos, partes integrantes da presente Lei:

- I. ANEXO I - Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal e Distrito Industrial III;
- II. ANEXO II - Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas - Sede Municipal;
- III. ANEXO III - Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas - Distrito Industrial III.

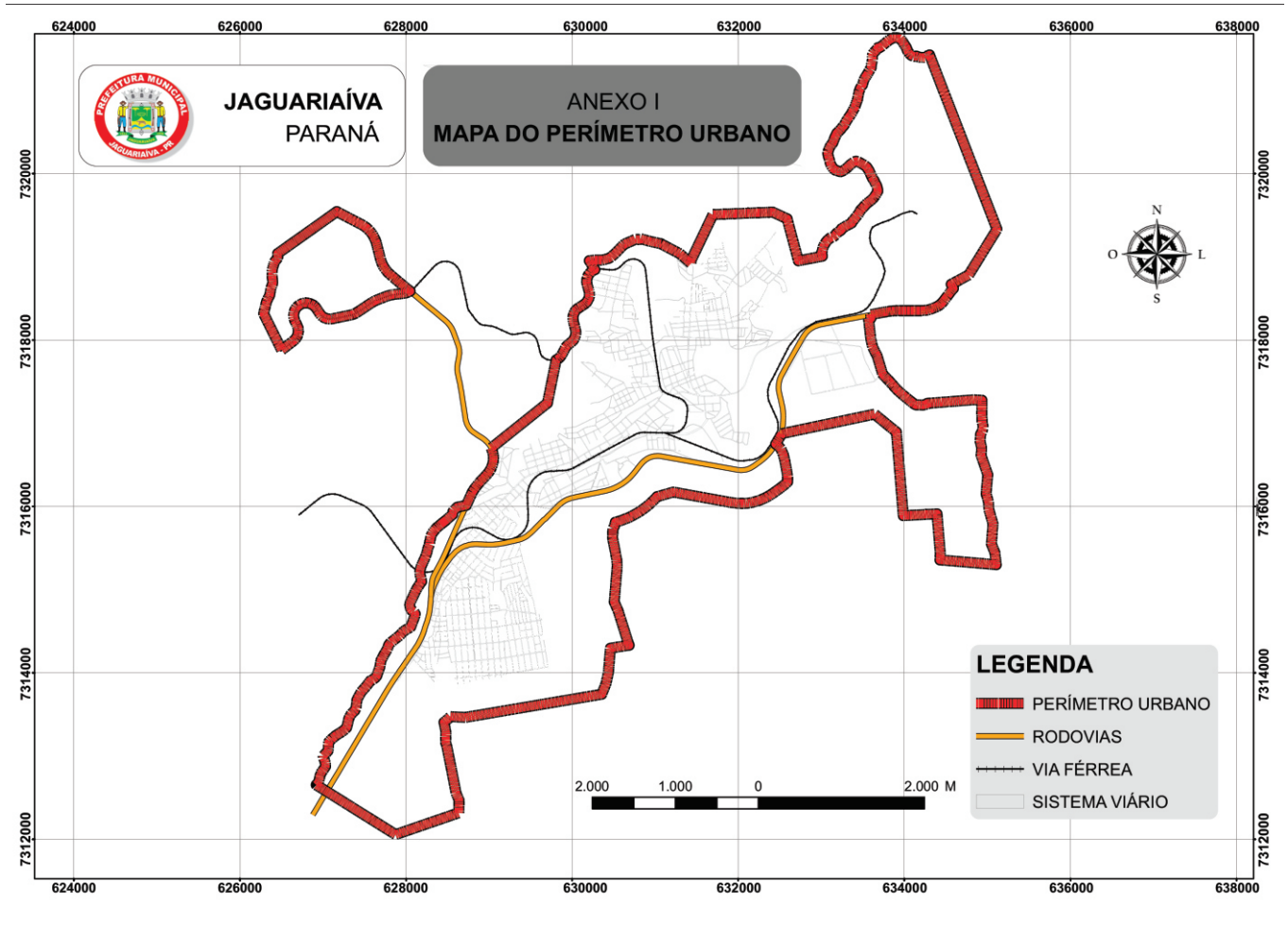
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito



ANEXO I
MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA E
DISTRITO INDUSTRIAL III



ANEXO II
Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes,
Lados e Coordenadas Geográficas.
MEMORIAL DESCRITIVO

Fica compreendido PERÍMETRO URBANO da sede do Município de Jaguariáva, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se se no marco denominado PMJ-M-0001, georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: N 7.321.469,80m e E 634.353,45m; Deste segue com azimute de 158°49'00" e distância de 2.245,69m até o vértice PMJ-M-0002, de coordenadas N 7.319.375,73m e E 635.164,63m; Deste segue com azimute de 211°43'08" e distância de 640,51m até o vértice PMJ-M-0003, de coordenadas N 7.318.830,89m e E 634.827,89m; Deste segue com azimute de 176°33'21" e distância de 2.851,31m até o vértice PMJ-M-0004, de coordenadas N 7.315.984,72m e E 634.999,04m; Deste segue com azimute de 266°55'53" e distância de 963,65m até o vértice PMJ-M-0005, de coordenadas N 7.315.933,05m e E 634.036,77m; Deste segue com azimute de 355°15'04" e distância de 1.008,53m até o vértice PMJ-M-0006, de coordenadas N 7.316.938,12m e E 633.953,28m; Deste segue com azimute de 245°22'32" e distância de 1.431,94m até o vértice PMJ-M-0007, de coordenadas N 7.316.341,48m e E 632.651,57m; Deste segue com azimute de 233°13'37" e distância de 266,71m até o vértice PMJ-M-0008, de coordenadas N 7.316.181,82m e E 632.437,93m; Deste segue com azimute de 244°01'13" e distância de 147,23m até o vértice PMJ-M-0009, de coordenadas N 7.316.117,32m e E 632.305,58m; Deste segue com azimute de 259°10'16" e distância de 201,45m até o vértice PMJ-M-0010, de coordenadas N 7.316.079,47m e E 632.107,72m; Deste segue com azimute de 279°24'28" e distância de 846,01m até o vértice PMJ-M-0011, de coordenadas N 7.316.217,86m e E 631.272,50m; Deste segue com azimute de 254°02'48" e distância de 208,16m até o vértice PMJ-M-0012, de coordenadas N 7.316.160,65m e E 631.072,35m; Deste segue com azimute de 229°04'59" e distância de 257,92m até o vértice PMJ-M-0013, de coordenadas N 7.315.991,72m e E 630.877,46m; Deste segue com azimute de 246°16'40" e distância de 351,60m até o vértice PMJ-M-0014, de coordenadas N 7.315.802,27m e E 630.555,57m; Deste segue com azimute de 199°50'45" e distância de 104,04m até o vértice PMJ-M-0015, de coordenadas N 7.315.752,41m e E 630.520,25m; Deste segue com azimute de 170°20'57" e distância de 429,34m até o vértice PMJ-M-0016, de coordenadas N 7.315.329,15m e E 630.592,22m; Deste segue com azimute de 184°43'37" e distância de 1.285,21m até o vértice PMJ-M-0017, de coordenadas N 7.314.048,31m e E 630.486,31m; Deste segue com azimute de 197°00'38" e distância de 237,67m até o vértice PMJ-M-0018, de coordenadas N 7.313.786,62m e E 630.406,25m; Deste segue com azimute de 260°22'32" e distância de 1.665,87m até o vértice PMJ-M-0019, de coordenadas N 7.313.508,50m e E 628.763,76m; Deste segue com azimute de 272°44'33" e distância de 179,44m até o vértice PMJ-M-0020, de coordenadas N 7.313.517,10m e E 628.584,53m; Deste segue com azimute de 229°12'27" e distância de 115,56m até o vértice PMJ-M-0021, de coordenadas N 7.313.441,60m e E 628.497,04m; Deste segue com azimute de 270°27'14" e distância de 122,65m até o vértice PMJ-M-0022, de coordenadas N 7.313.442,56m e E 628.374,40m; Deste segue com azimute de 260°22'32" e distância de 950,65m até o vértice PMJ-M-0023, de coordenadas N 7.313.283,87m e E 627.437,09m, onde encontra a PR - 151. Deste segue pela PR - 151 até encontrar a PR - 092. Deste segue pela PR - 092 até o vértice PMJ-M-0024, de coordenadas N 7.316.745,92m e E 629.075,05m; Deste segue com azimute de 36°27'04" e distância de 1.315,79m até o vértice PMJ-M-0025, de coordenadas N 7.317.804,30m e E 629.857,25m, onde encontra a Linha Férrea; Deste segue pela Linha Férrea até o vértice PMJ-M-0026, de coordenadas N 7.318.889,21m e E 630.323,23m; Deste segue com azimute de 328°35'40" e distância de 115,60m até o vértice PMJ-M-0027, de coordenadas N 7.318.995,83m e E 630.263,00m, onde encontra a Estrada Municipal; Deste segue pela Estrada Municipal até o vértice PMJ-M-0028, de coordenadas N 7.319.000,00m e E 631.483,58m; Deste segue com azimute de 78°04'53" e distância de 547,87m até o vértice PMJ-M-0029, de coordenadas N 7.319.113,15m e E 632.019,63m; Deste segue com azimute de 43°44'17" e distância de 646,65m até o vértice PMJ-M-0030, de coordenadas N 7.319.580,36m e E 632.453,67m; Deste segue com azimute de 115°20'46" e distância de 186,93m até o vértice PMJ-M-0031, de coordenadas N 7.319.500,34m e E 632.635,64m; Deste segue com azimute de 164°40'37" e distância de 523,10m até o vértice PMJ-M-0032, de coordenadas N 7.318.995,83m e E 632.718,88m; Deste segue com azimute de 77°51'38" e distância de 293,73m até o vértice PMJ-M-0033, de coordenadas N 7.319.057,60m e E 633.061,04m, onde encontra o Rio Jaguariáva; Deste segue a montante até o vértice PMJ-M-0001, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 2437,7516 ha.

CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA - AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS
GEOGRÁFICAS

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° Wgr

Estação Vértice (PMJ)	Coord. Norte (m)	Coord. East (m)	Azimute (m)	Distância Reduzida	Fator Escala	Latitude	Longitude
M-0001	7319375,730	635144,634	158°49'30"	2245,692	0,99982563	24°13'57,88255" S	49°40'07,58673" W
M-0002	7318830,890	634827,887	211°43'08"	640,509	0,99982453	24°14'48,749" S	49°40'19,34018" W
M-0003	7315984,724	634999,041	176°33'21"	2851,310	0,99982509	24°15'47,30287" S	49°40'21,31069" W
M-0004	7315933,052	634036,774	266°55'53"	963,653	0,99982190	24°15'59,33984" S	49°40'46,41265" W
M-0005	7316084,122	633951,281	359°13'28"	1068,532	0,99982162	24°15'56,64875" S	49°40'49,71037" W
M-0006	7316041,479	632801,567	245°22'32"	1431,939	0,99981733	24°15'56,48761" S	49°41'35,66443" W
M-0007	7316181,816	632437,932	233°13'37"	266,707	0,99981663	24°15'41,74274" S	49°41'43,18624" W
M-0008	7316117,320	632265,571	244°01'13"	147,233	0,99981620	24°15'43,97657" S	49°41'47,95778" W
M-0009	7316079,473	632107,719	259°10'16"	201,445	0,99981558	24°15'43,14699" S	49°41'54,86076" W
M-0010	7316217,859	631272,580	279°24'28"	846,006	0,99981284	24°15'40,92407" S	49°42'24,52101" W
M-0011	7316160,645	631072,353	254°02'48"	208,164	0,99981219	24°15'42,84421" S	49°42'31,29887" W
M-0012	7315991,719	630877,456	229°04'59"	257,916	0,99981158	24°15'48,38408" S	49°42'38,45401" W
M-0013	7315802,272	630552,560	246°16'40"	351,595	0,99981052	24°15'53,08872" S	49°42'49,82115" W
M-0014	7315752,409	630302,348	199°50'45"	104,042	0,99981004	24°15'56,28052" S	49°42'51,04156" W
M-0015	7315804,310	630406,314	184°43'37"	128,511	0,99981030	24°16'01,68407" S	49°42'51,08733" W
M-0016	7313786,617	630406,254	197°00'38"	273,668	0,99981004	24°17'00,21619" S	49°42'54,40888" W
M-0017	7313808,584	628760,781	260°22'32"	166,871	0,99980475	24°17'09,74617" S	49°42'52,59964" W
M-0018	7313517,099	628584,528	272°44'33"	179,439	0,99980421	24°17'09,51980" S	49°42'55,05880" W
M-0019	7313441,601	628497,040	229°12'27"	115,556	0,99980393	24°17'11,09981" S	49°42'59,70707" W
M-0020	7313442,575	628574,396	270°27'14"	122,651	0,99980354	24°17'12,08447" S	49°42'59,70707" W
M-0021	7313283,867	627437,092	260°22'32"	950,645	0,99980058	24°17'17,92926" S	49°42'58,57422" W
M-0022	7313675,524	629677,499			0,99980577	24°17'24,15157" S	49°42'54,59158" W
M-0023	7317804,296	629857,254	362°70'4"	1315,786	0,99980822	24°14'49,77357" S	49°43'12,31773" W
M-0024	7318892,212	630223,233			0,99980977	24°14'41,71197" S	49°43'29,05107" W
M-0025	7318807,876	630262,966	328°35'40"	115,600	0,99980958	24°14'11,18207" S	49°43'30,21870" W
M-0026	7318900,000	631483,575			0,99981352	24°14'10,42210" S	49°43'27,05276" W
M-0027	7319113,147	632019,633	78°04'53"	547,869	0,99981522	24°14'06,52307" S	49°43'18,98681" W
M-0028	7319598,338	632406,706	43°44'17"	646,653	0,99981073	24°13'52,28999" S	49°42'59,70707" W
M-0029	7319590,336	632633,639	115°20'46"	186,928	0,99981728	24°13'53,88883" S	49°42'57,27801" W
M-0030	7319005,830	632737,875	164°40'37"	523,102	0,99981775	24°14'10,16651" S	49°43'12,31015" W
M-0031	7319057,600	633601,460	77°51'38"	293,733	0,99981868	24°14'09,07107" S	49°43'22,05073" W
M-0032	7319074,907	634353,452			0,99982295	24°12'49,26259" S	49°40'37,04549" W

Perímetro Total: 21.354,37 m
Área Total: 2437,7516 m²

ANEXO III
Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas -
Distrito Industrial III

MEMORIAL DESCRITIVO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO INDUSTRIAL III

PROPRIEDADE: Novo Perímetro Urbano Parque Industrial III
PROPRIETÁRIO: Prefeitura de Jaguariáva
MUNICÍPIO: Jaguariáva

COMARCA: Jaguariáva
ESTADO: Paraná
ÁREA: 14.485,739.02 m² - 14.487,47 ha
PERÍMETRO (m): 6.532,98 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado "P-PP", georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E = 627.215,07 m e N = 731.958,696 m dividindo-o com o Espólio de Josino Vargas; Dai segue confrontando com Espólio de Josino Vargas com o azimute de 243°41'43" e a distância de 871,51 m até o marco C11M M0011 (E = 624.504,280 m e N = 731.908,332 m); Dai segue com o azimute de 177°53'36" e a distância de 44,51 m até o marco "I" (E = 626.505,916 m e N = 731.908,851 m); Dai segue com o azimute de 197°50'43" e a distância de 6,09 m até o marco "2" (E = 626.504,050 m e N = 731.903,056 m); Dai segue com o azimute de 210°09'24" e

a distância de 15,28 m até o marco "3" (E = 626.496,375 m e N = 731.901,946 m); Dai segue com o azimute de 228°14'43" e a distância de 9,65 m até o marco "4" (E = 626.489,611 m e N = 731.901,970 m); Dai segue com o azimute de 216°3'105" e a distância de 16,45 m até o marco "5" (E = 626.479,820 m e N = 731.899,747 m); Dai segue com o azimute de 219°29'25" e a distância de 16,68 m até o marco "6" (E = 626.469,215 m e N = 731.898,877 m); Dai segue com o azimute de 210°20'29" e a distância de 8,89 m até o marco "7" (E = 626.464,723 m e N = 731.897,202 m); Dai segue com o azimute de 190°05'33" e a distância de 16,24 m até o marco "8" (E = 626.460,215 m e N = 731.893,601 m); Dai segue com o azimute de 196°23'16" e a distância de 17,60 m até o marco "9" (E = 626.455,249 m e N = 731.894,714 m); Dai segue com o azimute de 196°27'23" e a distância de 54,57 m até o marco "10" (E = 626.439,790 m e N = 731.889,379 m); Dai segue com o azimute de 189°17'49" e a distância de 10,24 m até o marco "11" (E = 626.438,136 m e N = 731.888,272 m); Dai segue com o azimute de 181°45'05" e a distância de 21,05 m até o marco "12" (E = 626.437,492 m e N = 731.883,227 m); Dai segue com o azimute de 174°46'05" e a distância de 10,64 m até o marco "13" (E = 626.438,463 m e N = 731.882,628 m); Dai segue com o azimute de 174°04'07" e a distância de 10,37 m até o marco "14" (E = 626.439,535 m e N = 731.884,310 m); Dai segue com o azimute de 181°51'43" e a distância de 10,41 m até o marco "15" (E = 626.439,197 m e N = 731.883,910 m); Dai segue com o azimute de 180°55'44" e a distância de 21,32 m até o marco "16" (E = 626.438,851 m e N = 731.881,593 m); Dai segue com o azimute de 184°36'14" e a distância de 10,36 m até o marco "17" (E = 626.438,019 m e N = 731.880,262 m); Dai segue com o azimute de 176°51'51" e a distância de 10,03 m até o marco "18" (E = 626.438,568 m e N = 731.879,249 m); Dai segue com o azimute de 169°08'10" e a distância de 11,29 m até o marco "19" (E = 626.440,695 m e N = 731.879,165 m); Dai segue com o azimute de 172°45'32" e a distância de 10,41 m até o marco "20" (E = 626.442,007 m e N = 731.878,841 m); Dai segue com o azimute de 175°28'10" e a distância de 11,44 m até o marco "21" (E = 626.442,911 m e N = 731.875,438 m); Dai segue com o azimute de 177°57'07" e a distância de 23,19 m até o marco "22" (E = 626.443,888 m e N = 731.874,264 m); Dai segue com o azimute de 187°38'07" e a distância de 15,98 m até o marco "23" (E = 626.444,764 m e N = 731.871,842 m); Dai segue com o azimute de 197°48'03" e a distância de 15,88 m até o marco "24" (E = 626.436,910 m e N = 731.870,306 m); Dai segue com o azimute de 202°51'17" e a distância de 15,44 m até o marco "25" (E = 626.430,911 m e N = 731.868,074 m); Dai segue com o azimute de 199°24'56" e a distância de 14,81 m até o marco "26" (E = 626.425,980 m e N = 731.867,108 m); Dai segue com o azimute de 197°10'46" e a distância de 14,06 m até o marco "27" (E = 626.421,836 m e N = 731.861,676 m); Dai segue com o azimute de 189°41'37" e a distância de 30,82 m até o marco "28" (E = 626.416,646 m e N = 731.863,129 m); Dai segue com o azimute de 189°57'33" e a distância de 33,02 m até o marco "29" (E = 626.410,935 m e N = 731.858,769 m); Dai segue com o azimute de 192°59'46" e a distância de 15,72 m até o marco "30" (E = 626.407,399 m e N = 731.853,448 m); Dai segue com o azimute de 204°44'00" e a distância de 15,58 m até o marco "31" (E = 626.400,882 m e N = 731.856,300 m); Dai segue com o azimute de 208°51'56" e a distância de 11,69 m até o marco "32" (E = 626.435,238 m e N = 731.859,062 m); Dai segue com o azimute de 206°00'22" e a distância de 17,24 m até o marco "33" (E = 626.387,681 m e N = 731.853,571 m); Dai segue com o azimute de 208°50'40" e a distância de 13,36 m até o marco "34" (E = 626.381,234 m e N = 731.853,186 m); Dai segue com o azimute de 202°35'55" e a distância de 11,83 m até o marco "35" (E = 626.376,686 m e N = 731.850,940 m); Dai segue com o azimute de 199°26'32" e a distância de 14,71 m até o marco "36" (E = 626.371,790 m e N = 731.850,067 m); Dai segue com o azimute de 197°17'00" e a distância de 14,56 m até o marco "37" (E = 626.367,449 m e N = 731.849,375 m); Dai segue com o azimute de 194°14'18" e a distância de 61,36 m até o marco "38" (E = 626.352,358 m e N = 731.843,696 m); Dai segue com o azimute de 193°45'59" e a distância de 74,15 m até o marco "39" (E = 626.334,754 m e N = 731.841,670 m); Dai segue confrontando com propriedade do Sr. Orlando Martins com o azimute de 153°36'45" e a distância de 11,99 m até o marco C11M M0011 (E = 626.340,085 m e N = 731.850,925 m); Dai segue com o azimute de 153°36'40" e a distância de 475,73 m até o marco "40" (E = 626.551,281 m e N = 731.924,641 m); Dai segue com o azimute de 52°37'27" e a distância de 152,59 m até o marco "41" (E = 626.672,538 m e N = 731.810,726 m); Dai segue com o azimute de 52°20'15" e a distância de 19,14 m até o marco "42" (E = 626.687,690 m e N = 731.808,963 m); Dai segue confrontando com RFP S/A, com o azimute de 51°37'52" e a distância de 15,93 m até o marco "43" (E = 626.700,182 m e N = 731.810,853 m); Dai segue com o azimute de 46°28'49" e a distância de 12,75 m até o marco "44" (E = 626.709,431 m e N = 731.804,736 m); Dai segue com o azimute de 40°35'53" e a distância de 24,36 m até o marco "45" (E = 626.725,282 m e N = 731.806,131 m); Dai segue com o azimute de 33°38'32" e a distância de 10,93 m até o marco "46" (E = 626.731,337 m e N = 731.807,520 m); Dai segue com o azimute de 29°07'14" e a distância de 13,26 m até o marco "47" (E = 626.737,790 m e N = 731.806,814 m); Dai segue com o azimute de 23°15'47" e a distância de 14,13 m até o marco "48" (E = 626.743,317 m e N = 731.809,796 m); Dai segue com o azimute de 18°21'31" e a distância de 14,97 m até o



marco 49' (E=626748.087 m e N=7318114.007 m); Dai segue com o azimute de 12°25'33" e a distância de 15.40 m até o marco 50' (E=626751.400 m e N=7318129.043 m); Dai segue com o azimute de 5°49'07" e a distância de 13.76 m até o marco 51' (E=626752.795 m e N=7318142.732 m); Dai segue com o azimute de 359°55'20" e a distância de 15.44 m até o marco 52' (E=626752.774 m e N=7318158.175 m); Dai segue com o azimute de 35°42'23" e a distância de 14.31 m até o marco 53' (E=626751.700 m e N=7318172.480 m); Dai segue com o azimute de 356°16'09" e a distância de 14.51 m até o marco 54' (E=626750.756 m e N=7318186.957 m); Dai segue com o azimute de 335°36'50" e a distância de 15.90 m até o marco 55' (E=626744.190 m e N=7318201.441 m); Dai segue com o azimute de 337°09'26" e a distância de 13.07 m até o marco 56' (E=626739.117 m e N=7318213.484 m); Dai segue com o azimute de 338°03'21" e a distância de 21.32 m até o marco 57' (E=626731.151 m e N=7318233.256 m); Dai segue com o azimute de 333°48'52" e a distância de 40.04 m até o marco 58' (E=626713.482 m e N=7318269.187 m); Dai segue com o azimute de 334°51'21" e a distância de 14.18 m até o marco 59' (E=626707.459 m e N=7318282.019 m); Dai segue com o azimute de 343°53'35" e a distância de 17.44 m até o marco 60' (E=626702.621 m e N=7318298.773 m); Dai segue com o azimute de 346°08'33" e a distância de 14.39 m até o marco 61' (E=626699.175 m e N=7318312.742 m); Dai segue com o azimute de 350°20'56" e a distância de 14.72 m até o marco 62' (E=626696.707 m e N=7318327.255 m); Dai segue com o azimute de 358°14'01" e a distância de 14.53 m até o marco 63' (E=626696.259 m e N=7318341.782 m); Dai segue com o azimute de 5°51'22" e a distância de 17.29 m até o marco 64' (E=626698.023 m e N=7318358.981 m); Dai segue com o azimute de 7°57'39" e a distância de 14.65 m até o marco 65' (E=626700.052 m e N=7318373.490 m); Dai segue com o azimute de 17°28'14" e a distância de 16.35 m até o marco 66' (E=626704.960 m e N=7318389.084 m); Dai segue com o azimute de 21°12'34" e a distância de 15.95 m até o marco 67' (E=626710.729 m e N=7318403.950 m); Dai segue com o azimute de 28°37'01" e a distância de 16.77 m até o marco 68' (E=626718.763 m e N=7318418.675 m); Dai segue com o azimute de 34°31'58" e a distância de 15.82 m até o marco 69' (E=626727.732 m e N=7318431.709 m); Dai segue com o azimute de 41°47'21" e a distância de 16.73 m até o marco 70' (E=626738.879 m e N=7318444.181 m); Dai segue com o azimute de 48°59'27" e a distância de 16.72 m até o marco 71' (E=626751.537 m e N=7318455.188 m); Dai segue com o azimute de 56°23'31" e a distância de 25.58 m até o marco 72' (E=626772.837 m e N=7318469.344 m); Dai segue com o azimute de 62°32'14" e a distância de 10.71 m até o marco 73' (E=626782.336 m e N=7318474.281 m); Dai segue com o azimute de 65°58'12" e a distância de 15.92 m até o marco 74' (E=626796.872 m e N=7318480.762 m); Dai segue com o azimute de 72°09'49" e a distância de 14.95 m até o marco 75' (E=626811.106 m e N=7318485.342 m); Dai segue com o azimute de 80°44'47" e a distância de 18.55 m até o marco 76' (E=626829.415 m e N=7318488.325 m); Dai segue com o azimute de 88°38'52" e a distância de 16.91 m até o marco 77' (E=626846.318 m e N=7318488.724 m); Dai segue com o azimute de 90°01'23" e a distância de 17.30 m até o marco 78' (E=626863.620 m e N=7318488.717 m); Dai segue com o azimute de 99°52'54" e a distância de 15.52 m até o marco 79' (E=626878.913 m e N=7318486.053 m); Dai segue com o azimute de 107°42'28" e a distância de 16.15 m até o marco 80' (E=626894.297 m e N=7318481.141 m); Dai segue com o azimute de 111°20'39" e a distância de 16.77 m até o marco 81' (E=626890.920 m e N=7318475.036 m); Dai segue com o azimute de 115°46'23" e a distância de 17.44 m até o marco 82' (E=626925.625 m e N=7318467.453 m); Dai segue com o azimute de 120°53'07" e a distância de 12.03 m até o marco 83' (E=626935.952 m e N=7318461.276 m); Dai segue com o azimute de 133°51'05" e a distância de 17.64 m até o marco 84' (E=626948.672 m e N=7318449.056 m); Dai segue com o azimute de 138°00'23" e a distância de 16.72 m até o marco 85' (E=626959.857 m e N=7318436.631 m); Dai segue com o azimute de 142°02'42" e a distância de 17.58 m até o marco 86' (E=626970.672 m e N=7318422.766 m); Dai segue com o azimute de 146°12'53" e a distância de 61.22 m até o marco 87' (E=627004.715 m e N=7318371.885 m); Dai segue com o azimute de 148°13'26" e a distância de 17.82 m até o marco 88' (E=627014.099 m e N=7318356.736 m); Dai segue com o azimute de 142°23'33" e a distância de 22.62 m até o marco 89' (E=627027.903 m e N=7318383.816 m); Dai segue com o azimute de 128°05'11" e a distância de 27.98 m até o marco 90' (E=627049.925 m e N=7318321.557 m); Dai segue com o azimute de 122°41'25" e a distância de 17.03 m até o marco 91' (E=627063.167 m e N=7318313.059 m); Dai segue com o azimute de 114°11'26" e a distância de 17.41 m até o marco 92' (E=627079.050 m e N=7318305.924 m); Dai segue com o azimute de 107°55'22" e a distância de 16.88 m até o marco 93' (E=627095.109 m e N=7318300.730 m); Dai segue com o azimute de 101°01'59" e a distância de 17.62 m até o marco 94' (E=627112.403 m e N=7318297.358 m); Dai segue com o azimute de 94°35'11" e a distância de 19.23 m até o marco 95' (E=627131.575 m e N=7318295.820 m); Dai segue com o azimute de 84°56'44" e a distância de 17.90 m até o marco 96' (E=627149.405 m e N=7318297.397 m); Dai segue com o azimute de 81°40'14" e a distância de 17.88 m até o marco 97' (E=627167.095 m e N=7318299.987 m); Dai segue com o azimute de 78°19'47" e a distância de 22.05 m até o marco 98' (E=627183.729 m e N=7318344.640 m); Dai segue com o azimute de 75°22'12" e a distância de 17.27 m até o marco 99' (E=627199.993 m e N=7318349.003 m); Dai segue com o azimute de 71°39'23" e a distância de 17.68 m até o marco 100' (E=627184.774 m e N=7318354.567 m); Dai segue com o azimute de 67°23'49" e a distância de 18.42 m até o marco 101' (E=627433.780 m e N=7318361.647 m); Dai segue com o azimute de 63°33'07" e a distância de 15.55 m até o marco 102' (E=627447.705 m e N=7318388.574 m); Dai segue com o azimute de 58°51'16" e a distância de 18.55 m até o marco 103' (E=627463.531 m e N=7318378.358 m); Dai segue com o azimute de 54°25'25" e a distância de 19.91 m até o marco 104' (E=627629.359 m e N=7318488.444 m); Dai segue com o azimute de 57°50'34" e a distância de 22.11 m até o marco 105' (E=627648.074 m e N=7318500.210 m); Dai segue com o azimute de 60°53'14" e a distância de 13.37 m até o marco 106' (E=627659.755 m e N=7318506.715 m); Dai segue com o azimute de 61°19'17" e a distância de 16.59 m até o marco 107' (E=627747.309 m e N=7318514.676 m); Dai segue com o azimute de 64°58'18" e a distância de 15.36 m até o marco 108' (E=627688.226 m e N=7318521.174 m); Dai segue com o azimute de 68°59'49" e a distância de 19.14 m até o marco 109' (E=627818.122 m e N=7318511.044 m); Dai segue com o azimute de 72°16'55" e a distância de 32.00 m até o marco 110' (E=627848.605 m e N=7318580.783 m); Dai segue com o azimute de 74°07'14" e a distância de 14.79 m até o marco 111' (E=627862.830 m e N=7318584.830 m); Dai segue com o azimute de 78°59'01" e a distância de 18.78 m até o marco 112' (E=627881.267 m e N=7318588.414 m); Dai segue com o azimute de 81°36'34" e a distância de 20.15 m até o marco 113' (E=627901.199 m e N=7318591.358 m); Dai segue com o azimute de 83°47'15" e a distância de 107.83 m até o marco 114' (E=628008.396 m e N=7318603.027 m); Dai segue com o azimute de 81°30'03" e a distância de 34.39 m até o marco 115' (E=628042.410 m e N=7318608.110 m); Dai segue com o azimute de 73°36'33" e a distância de 17.85 m até o marco 116' (E=628059.531 m e N=7318613.146 m); Dai segue com o azimute de 66°09'01" e a distância de 43.20 m até o marco 117' (E=628099.041 m e N=7318630.611 m); Dai segue confrontando com Eixo da PR 092 com o azimute de 310°16'22" e a distância de 14.66 m até o marco 118' (E=628087.859 m e N=7318640.086 m); Dai segue com o azimute de 308°28'20" e a distância de 47.67 m até o marco 119' (E=628050.535 m e N=7318669.745 m); Dai segue com o azimute de 309°45'28" e a distância de 95.33 m até o marco 120' (E=627977.250 m e N=7318730.712 m); Dai segue com o azimute de 309°37'18" e a distância de 104.92 m até o marco 121' (E=627896.432 m e N=7318797.623 m); Dai segue com o azimute de 312°15'38" e a distância de 88.06 m até o marco 122' (E=627831.259 m e N=7318856.843 m); Dai segue com o azimute de 320°22'04" e a distância de 58.20 m até o marco 123' (E=627794.137 m e N=7318901.665 m); Dai segue com o azimute de 327°37'34" e a distância de 25.96 m até o marco 124' (E=627780.235 m e N=7318923.593 m); Dai segue com o azimute de 331°11'42" e a distância de 25.98 m até o marco 125' (E=627677.719 m e N=7318946.351 m); Dai segue com o azimute de 334°14'44" e a distância de 25.38 m até o marco 126' (E=627757.497 m e N=7318969.581 m); Dai segue com o azimute de 340°36'55" e a distância de 25.18 m até o marco 127' (E=627749.138 m e N=7318993.337 m); Dai segue com o azimute de 343°37'56" e a distância de 25.43 m até o marco 128' (E=627741.972 m e N=7319017.736 m); Dai segue com o azimute de 345°29'36" e a distância de 210.37 m até o marco 129' (E=627689.275 m e N=7319221.401 m); Dai segue com o azimute de 337°38'36" e a distância de 25.41 m até o marco 130' (E=627679.610 m e N=7319244.902 m); Dai segue com o azimute de 335°39'06" e a distância de 46.64 m até o marco 131' (E=627660.381 m e N=7319287.394 m); Dai segue com o azimute de 331°45'17" e a distância de 23.02 m até o marco 132' (E=627649.484 m e N=7319307.677 m); Dai segue com o azimute de 325°14'48" e a distância de 22.76 m até o marco 133' (E=627636.508 m e N=7319326.380 m); Dai segue com o azimute de 319°22'37" e a distância de 45.00 m até o marco 134' (E=627607.207 m e N=7319360.537 m); Dai segue com o azimute de 313°30'07" e a distância de 45.75 m até o marco 135' (E=627574.023 m e N=7319392.031 m); Dai segue com o azimute de 308°41'56" e a distância de 23.06 m até o marco 136' (E=627556.027 m e N=7319406.448 m); Dai segue com o azimute de 305°46'40" e a distância de 23.35 m até o marco 137' (E=627537.083 m e N=7319420.099 m); Dai segue com o azimute de 297°25'45" e a distância de 362.31 m até o marco 0=PP (E=627215.507 m e N=7319586.996 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.448.739,02 m², ou sejam 144.874 ha.

CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA - AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEográficas

IMÓVEL: Perímetro Urbano Parque Industrial III

MUNICÍPIO: Jaguariá/ Paraná

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGR

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimuth	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
0=PP	CIH M0031	7310586.906	627215.507	234°41'43"	871.51	0,96970877	24°13'52.80666" S	49°44'40.44475" W
1	1	7310083.332	626504.280	177°53'36"	44.51	0,96970666	24°14'00.18643" S	49°45'14.40796" W
2	2	7310038.851	626505.016	107°50'43"	6.00	0,96970566	24°14'10.63192" S	49°45'14.42588" W
3	3	7310033.056	626504.050	210°09'24"	15.29	0,96970666	24°14'10.52084" S	49°45'14.46020" W
4	4	7310019.846	626496.375	224°14'43"	9.65	0,96970663	24°14'11.25249" S	49°45'14.75810" W
5	5	7310012.970	626489.611	218°31'05"	16.45	0,96970661	24°14'11.47797" S	49°45'14.96952" W
6	6	7310009.747	626479.620	210°20'25"	16.68	0,96970646	24°14'11.91066" S	49°45'15.38663" W
7	7	7310006.877	626466.215	210°20'29"	8.89	0,96970645	24°14'12.33211" S	49°45'15.71052" W
8	8	7310079.202	626464.723	106°06'53"	16.24	0,96970643	24°14'12.58200" S	49°45'15.80733" W
9	9	7310063.601	626460.215	306°23'16"	17.60	0,96970632	24°14'13.29136" S	49°45'16.02221" W
10	10	7310046.714	626455.349	196°27'23"	54.57	0,96970640	24°14'13.64175" S	49°45'16.19202" W
11	11	7310044.379	626436.790	189°17'49"	10.24	0,96970638	24°14'15.34751" S	49°45'16.72440" W
12	12	7310034.272	626438.136	180°56'44"	21.32	0,96970636	24°14'15.67965" S	49°45'16.77044" W
13	13	7310033.227	626437.492	174°40'05"	10.64	0,96970635	24°14'16.36085" S	49°45'16.79601" W
14	14	7310032.628	626438.463	174°04'07"	10.37	0,96970635	24°14'16.70811" S	49°45'16.75823" W
15	15	7310032.331	626438.535	181°51'43"	10.41	0,96970636	24°14'17.04021" S	49°45'16.71696" W
16	16	7310031.910	626438.107	180°56'44"	21.32	0,96970635	24°14'17.37830" S	49°45'16.72566" W
17	17	7310030.593	626438.851	184°36'14"	10.36	0,96970635	24°14'18.07145" S	49°45'16.73118" W
18	18	7310030.262	626438.019	176°51'51"	11.03	0,96970635	24°14'18.40793" S	49°45'16.78741" W
19	19	7310030.249	626438.366	168°08'15"	10.36	0,96970635	24°14'18.73266" S	49°45'16.73477" W
20	20	7310029.185	626440.695	172°45'23"	10.41	0,96970636	24°14'19.09256" S	49°45'16.85556" W
21	21	7310028.841	626442.007	175°28'10"	11.44	0,96970636	24°14'19.42778" S	49°45'16.86008" W
22	22	7310027.438	626442.911	177°36'07"	23.19	0,96970637	24°14'19.76820" S	49°45'16.87043" W
23	23	7310027.264	626443.888	187°38'07"	15.98	0,96970637	24°14'20.55125" S	49°45'16.82846" W
24	24	7310027.425	626441.764	187°48'03"	15.68	0,96970638	24°14'21.06875" S	49°45'16.85875" W
25	25	7310023.306	626436.999	173°56'51"	16.35	0,96970639	24°14'22.01720" S	49°45'16.76065" W
26	26	7310023.011	626430.911	199°24'56"	14.81	0,96970633	24°14'22.02402" S	49°45'16.87422" W
27	27	7310022.108	626428.969	197°10'46"	14.06	0,96970631	24°14'22.47495" S	49°45'16.74429" W
28	28	7310021.679	626427.990	191°57'52"	16.92	0,96970631	24°14'22.91730" S	49°45'16.72827" W
29	29	7310021.202	626416.646	189°57'33"	33.02	0,96970628	24°14'23.30660" S	49°45'16.71461" W
30	30	7310018.769	626410.035	192°56'49"	15.72	0,96970627	24°14'24.06539" S	49°45'16.65383" W
31	31	7310018.448	626407.399	204°44'00"	15.58	0,96970626	24°14'25.04647" S	49°45'16.77345" W
32	32	7310018.300	626409.202	192°56'49"	11.69	0,96970627	24°14'25.62037" S	49°45'16.80091" W
33	33	7310018.052	626395.238	208°00'22"	17.24	0,96970622	24°14'26.26072" S	49°45'16.81077" W
34	34	7310018.011	626387.681	208°50'46"	13.36	0,96970619	24°14'26.76848" S	49°45'16.84078" W
35	35	7310018.087	626387.681	191°57'52"	15.83	0,96970619	24°14'27.14892" S	49°45'16.86656" W
36	36	7310020.940	626376.686	196°26'32"	14.71	0,96970616	24°14'27.50535" S	49°45'16.84341" W
37	37	7310020.069	626371.790	197°21'00"	14.58	0,96970614	24°14'27.95758" S	49°45'16.81200" W
38	38	7310019.175	626367.449	194°14'15"	11.29	0,96970613	24°14'28.41059" S	49°45'16.82100" W
39	39	7310018.630	626352.356	193°45'59"	74.15	0,96970608	24°14'30.34848" S	49°45'16.87838" W
40	40	7310018.070	626334.754	193°36'45"	11.99	0,96970603	24°14'32.60496" S	49°45'16.27964" W
41	41	7310017.925	626340.055	193°35'45"	47.73	0,96970605	24°14'33.04707" S	49°45'16.16210" W
42	42	7310024.641	626551.281	52°37'27"	152.59	0,96970670	24°14'46.53878" S	49°45'16.46476" W
43	43	7310017.268	626272.538	52°20'16"	19.14	0,96970708	24°14'43.76248" S	49°45'16.96131" W
44	44	7310028.963	626267.690	51°17'52"	16.73	0,96970712	24°14'43.98912" S	49°45'16.96575" W
45	45	7310038.853	626700.182	46°28'49"	12.75	0,96970717	24°14'43.08278" S	49°45'17.22190" W
46	46	7310047.636	626709.431	40°35'53"	24.36	0,96970719	24°14'42.79457" S	49°45'16.82697" W
47	47	7310066.131	626709.431	33°52'28"	10.72	0,96970720	24°14'43.05912" S	49°45'16.90370" W
48	48	7310075.230	626731.337	29°07'14"	13.26	0,96970725	24°14'41.89120" S	49°45'16.89879" W
49	49	7310086.814	626737.700	23°15'47"	14.93	0,96970728	24°14'41.51275" S	49°45'16.90703" W
50	50	7310096.796	626743.371	18°21'31"	14.97	0,96970730	24°14'42.05912" S	49°45'16.93047" W
51	51	7310114.007	626743.371	12°37'43"	16.40	0,96970732	24°14'42.39391" S	49°45'16.93950" W
52	52	7310129.043	626751.400	5°49'07"	13.76	0,96970732	24°14'40.13804" S	49°45'16.94367" W
53	53	7310142.732	626752.795	360°56'20"	15.44	0,96970733	24°14'39.86084" S	49°45'16.96555" W
54	54	7310158.176	626752.795	337°56'27"	15.44	0,96970733	24°14'39.86084" S	49°45'16.96555" W
55	55	7310172.480	626751.700	360°16'00"	14.51	0,96970733	24°14'38.72303" S	49°45'16.93781" W
56	56	7310186.957	626700.756	335°36'50"	15.90	0,96970732	24°14'38.25380" S	49°45'16.87587" W
57	57	7310201.441	626700.756	337°56'27"	13.03	0,96970732	24°14'38.25380" S	49°45'16.87587" W
58	58	7310213.484	626736.117	338°03'21"	21.32	0,96970729	24°14'37.39466" S	49°45'16.86656" W
59	59	7310233.256	626731.151	333°48'52"	40.04	0,96970726	24°14'36.75425" S	49°45'16.85822" W
60	60	7310269.187	626731.151	337°56'27"	14.71	0,96970726	24°14'36.75425" S	49°45'16.85822" W
61	61	7310282.019	626707.459	343°53'35"	17.44	0,96970719	24°14'36.15706" S	49°45'16.84103" W
62	62	7310298.773	626702.621	348°08'33"	14.39	0,96970717	24°14'34.63278" S	49°45'16.71860" W
63	63	7310312.742	626697.175	350°56'17"	14.71	0,96970717	24°14'34.63278" S	49°45'16.71860" W
64	64	7310327.255	626696.707	358°14'01"	14.53	0,96970715	24°14'33.70860" S	49°45'16.43656" W
65	65	7310341.782	626696.259	5°51'22"	17.29	0,96970715	24°14'33.23650" S	49°45'16.45705" W
66	66	7310358.061	626696.259	7°50'52"	14.76	0,96970715	24°14'33.23650" S	49°45'16.45705" W
67	67	7310373.490	626700.052	17°28'14"	16.35	0,96970717	24°14'32.20486" S	49°45'16.33263" W
68	68	7310386.084	626704.060	21°12'34"	15.95	0,96970718	24°14'31.69631" S	49°45'16.16388" W
69	69	7310403.860	626710.729	28°37'01"	16.77	0,96970720	24°14'31.21138" S	49°45'16.03377" W
70	70	7310418.075	626710.729	32°58'22"	16.82	0,96970722	24°14'30.80400" S	49°45'15.91266" W
71	71	7310431.790	626727.732	41°47'21"	16.73	0,96970725	24°14'30.30406" S	49°45'15.86978" W
72	72	7310444.181	626738.879	48°59'27"	16.77	0,96970729	24°14'29.89539" S	49°45'15.97854" W
73	73	7310465.188	626738.879	48°59'27"	16.77	0,96970729	24°14'29.89539" S	49°45'15.97854" W
74	74	7310469.344	626727.837	62°32'14"	10.71	0,96970739	24°14'28.06753" S	49°45'16.78284" W
75	75	7310474.281	626762.396	65°58'12"	15.62	0,96970742	24°14'28.04248" S	49°45'16.44744" W
76	76	7310480.762	626762.396	72°19'06" S	15.47	0,96970742	24°14'28.04248" S	49°45'16.44744" W
77	77	7310485.342	626811.106	84°04'47"	18.55	0,96970751	24°14'28.53634" S	49°45'16.43099" W
78	78	7310488.322	626826.415	88°38'52"	16.91	0,96970757	24°14'28.43404" S	49°45'16.72835" W
79	79	7310488.724	626826.415	88°38'52"	16.91	0,96970757	24°14'28.43404" S	49°45'16.72835" W
80	80	7310488.717	626863.020	90°52'54"	15.52	0,96970767	24°14'28.41134" S	49°45'16.57033" W
81	81	7310486.053	626878.013	107°42'28"	16.15	0,96970772	24°14'28.49349" S	49°45'16.02731" W
82	82	7310481.141	626878.013	115°11'29"	16.15	0,96970772	24°14'28.49349" S	49°45'16.02731" W
83	83	7310475.306	626900.920	110°46'23"	17.44	0,96970782	24°14'28.84259" S	49°45'15.92455" W
84	84	7310467.453	626925.625	120°53'07"	12.03	0,96970787	24°14'28.08462" S	49°45'15.96366" W
85	85	7310461.276	626935.051	130°50'23"	17.00	0,96970794	24°14'28.58199" S	49°45'15.91945" W
86	86	7310449.056	626948.672	138°00'23"	16.72	0,96970794	24°14'28.67585" S	49°45'15.84245" W
87	87	7310436.631	626959.857	142°02'42"	17.58	0,96970707	24°14'30.07649" S	49°45'15.81977" W
88	88	7310422.786	626970.673	142°02'42"	17.58	0,96970707	24°14'30.07649" S	49°45'15.81977" W
89	89	7310413.885	626970.673	142°02'42"	17.58	0,96970707	24°14'30.07649" S	49°45'15.81977" W
90	90	7310396.736	627014.096	142°23'33"	22.62	0,96970814	24°14'32.65786" S	49°45'15.16956" W
91	91	7310383.517	627049.625	122°41'25"	15.73	0,96970826	24°14'33.70909" S	49°45'15.91226" W
92	92	7310313.059	627063.167	114°11'26"	17.41	0,96970830	24°14'34.20637" S	49°45'15.44009" W
93	93	7310305.422	627079.050	107°56'58"	16.68	0,96970838	24°14'34.58386" S	49°45'15.87473" W
94	94	7310300.730	627079.050	107°56'58"	16.68	0,96970838	24°14'34.58386" S	49°45'15.87473" W
95								



LEI nº. 2762/2018

EMENTA: Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Jaguaraiava.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica reconhecida a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, para fins de contratação de pessoal.

Art. 2º. Malha Viária é o conjunto de vias do município, classificadas e hierarquizadas segundo critérios funcionais e estruturais, observados os padrões urbanísticos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º. A função da via é determinada pelo seu desempenho de mobilidade, considerados os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modos de transporte e do tráfego veicular.

§ 2º. Aplica-se à Malha Viária a Legislação Federal e Estadual, obedecendo ao que prescreve o Código de Trânsito Brasileiro e Legislação complementar.

Art. 3º. Integram a Malha Viária do município o Sistema Viário Municipal e o Sistema Viário Urbano, descritos e representados nos mapas ANEXOS I e II da presente Lei.

Art. 4º. É considerado Sistema Viário Urbano, para fins desta Lei, o conjunto de vias e logradouros públicos definidos no Mapa do Sistema Viário Urbano, ANEXO II da presente Lei.

Art. 5º. É considerado Sistema Viário Municipal, para fins desta Lei, as rodovias existentes no município definidas no Mapa do Sistema Viário Municipal, ANEXO I da presente Lei.

Art. 6º. São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- I. ANEXO I – Mapa do Sistema Viário Municipal;
- II. ANEXO II – Mapa do Sistema Viário Urbano;
- III. ANEXO III – Modelo das vias.

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 7º. Esta Lei dispõe sobre a regulação do Sistema Viário do Município de Jaguaraiava, visando os seguintes objetivos:

- I. induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
- II. adaptar a Malha Viária existente às melhorias das condições de circulação;
- III. hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- IV. eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- V. adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências;
- VI. atualização permanente das informações relativas a circulação urbana e à rede viária, em função dos objetivos e da evolução das atividades urbanas, compatibilizando e atualizando a hierarquização das vias de acordo com o Uso e a Ocupação do Solo observado o Plano de Mobilidade Urbana Municipal;
- VII. promover o uso compartilhado das vias, integrando a circulação de pedestres e ciclistas na rede viária, a fim de facilitar o deslocamento com segurança, autonomia e conforto;
- VIII. estabelecer o padrão das calçadas, juntas rebaixadas, rampas de acessibilidade a portadores de necessidades especiais, lombadas e travessias elevadas;
- IX. promover políticas públicas de educação no trânsito em escolas e outras instituições públicas e privadas;
- X. assegurar a faixa *non aedificandi* ao longo das estradas municipais, rodovias e ferrovias.

Parágrafo Único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, e estudos sujeitos a análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal e órgãos estaduais competentes.

SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 8º. Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

- I. **ACESSO** - é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:
 - a) logradouro público e propriedade privada;
 - b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
 - c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.
- II. **ACOSTAMENTO** - é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando:
 - a) permitir que veículos em início de processo de desgovorno retornem a direção correta;
 - b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos;
 - c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.
- III. **ALINHAMENTO** - é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- IV. **CAIXA CARROÇÁVEL** - é a faixa da via destinada a circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V. **CALÇADA OU PASSEIO** - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas quando este for dotado de ciclovia, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VI. **CANTEIRO CENTRAL** - é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separar-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- VII. **CICLOVIA** - é a via destinada, única e exclusivamente, à circulação de bicicletas ou seus equivalentes, não motorizados;
- VIII. **ESTACIONAMENTO** - é o espaço público ou privado destinado a guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- IX. **FAIXA DE DOMÍNIO DE VIAS** - é a porção do solo, de utilização pública, medida a partir do centro da pista para cada uma de suas laterais;
- X. **GREIDE** - é a linha reguladora de uma via, composta de uma sequência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno;
- XI. **LARGURA DE UMA VIA** - é a distância entre os alinhamentos da via;
- XII. **LOGRADOURO PÚBLICO** - é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, etc.);
- XIII. **MEIO-FIO** - é a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da pista de rolamento ou do acostamento;
- XIV. **PISTA DE ROLAMENTO** - é o espaço organizado para a circulação de veículos motorizados;
- XV. **CICLO FAIXA** - parte da pista de rolamento ou do passeio, destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;
- XVI. **FAIXA ELEVADA** - travessia elevada de pedestres onde o pavimento é elevado ao nível da calçada devendo possuir dispositivos de drenagem e sinalização específica;
- XVII. **LOMBADA** - ondulação transversal com diferença de nível do seu pavimento adjacente, destinada a reduzir a velocidade de veículos;
- XVIII. **ROTATÓRIA** - tratamento viário que organiza a trajetória dos veículos e que induz a diminuição da velocidade em cruzamentos;
- XIX. **RAMPAS** - inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento;
- XX. **USO COMPARTILHADO** - uso compartilhado da via pública por todos os sistemas de transportes especificados nesta Lei;
- XXI. **TRINCHIEIRA** - obra de construção civil destinada a transportar uma depressão de terreno ou servir de passagem superior;
- XXII. **PASSARELA** - elemento em desnível aéreo destinada à transposição de vias e ao uso de pedestre;
- XXIII. **CUL-DE-SAC** - espaço para o retorno de veículos ao final de uma rua sem saída;
- XXIV. **ESTRADA VICINAL** - estrada pavimentada ou não que atende principalmente ao tráfego local do Município;

XXV. PASSAGEM DE NÍVEL - cruzamento ao mesmo nível entre uma ferrovia e um caminho ou estrada; ao modo ferroviário, é dada prioridade de passagem nestes cruzamentos;

XXVI. VIADUTO - obra de construção civil destinada a transportar uma depressão de terreno ou servir de passagem superior;

XXVII. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - conjunto de elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;

XXVIII. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;

XXIX. SINALIZAÇÃO VERTICAL - representada por painéis e placas implantados ao longo das vias públicas;

XXX. TRÁFEGO - fluxo de veículos que percorre uma via em determinado período de tempo;

XXXI. TRÁFEGO LEVE - fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;

XXXII. TRÁFEGO MÉDIO - fluxo compreendido entre 50 (cinquenta) e 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXXIII. TRÁFEGO PESADO - fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;

XXXIV. VIAS ARTERIAIS OU DE ESTRUTURAÇÃO URBANA - são vias que tem a finalidade de canalizar o tráfego de um ponto a outro dentro da área urbana, ligando dois ou mais distritos ou bairros, e constituem-se como vias estruturais da área urbana, e tais vias alimentam e coletam o tráfego das vias coletoras e locais;

XXXV. VIA COLETORA - que promove a ligação dos bairros com as vias arteriais;

XXXVI. VIA LOCAL - destinada exclusivamente a dar acesso às moradias;

XXXVII. VIA FÉRREA - sistema de transporte sobre trilhos que atravessa certa extensão territorial e por onde circulam trens que conduzem passageiros ou cargas;

XXXVIII. VIA PERIMETRAL - são vias, rodovias e anel viário inseridos na malha urbana para fins de circulação de veículos de carga pesada;

XXXIX. TESTADA - porção de via pública que fica à frente de um lote.

CAPÍTULO II DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 9º. Considera-se sistema viário do Município de Jaguaraiava o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas, sendo consubstanciados nos ANEXOS I e II desta Lei.

SEÇÃO I DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 10. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

- I. Vias Urbanas:
 - a) Vias de Trânsito Rápido (Rodovias);
 - b) Vias Arteriais ou de Estruturação Urbana;
 - c) Vias Coletoras;
 - d) Vias Locais;
 - e) Vias Férreas.
- II. Vias Rurais:
 - a) Rodovias de Ligação Regional;
 - b) Estradas Principais;
 - c) Estradas Vicinais.

Art. 11. A hierarquização das vias que compõem o sistema viário básico do Município de Jaguaraiava obedece aos seguintes critérios:

- I. a Via de Trânsito rápido (rodovias) é preferencial sobre a Via Arterial;
- II. a Via Arterial ou de Estruturação Urbana é preferencial sobre a Via Coletora e Via Local;
- III. a Via Coletora é preferencial sobre a Via Local.

§1º. No cruzamento de vias da via da mesma hierarquia a preferência será estabelecida por sinalização de trânsito, atendidas as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais Legislações pertinentes.

§2º. No cruzamento entre vias de mesma hierarquia, quando não sinalizado, a preferência de passagem atenderá o disposto na legislação pertinente.

Art. 12. Vias de Trânsito Rápido (rodovias) constituem as rodovias federais e estaduais nos trechos em que cortam o perímetro urbano do Município, nas quais serão garantidas as seguintes condições:

- a) fluxo de veículos ininterrupto;
- b) poderão receber interseções em nível e/ou desnível quando consideradas imprescindíveis ao desenvolvimento do Município, devidamente licenciadas junto ao órgão que detém a circunscrição sobre a via, bem como do Município de Jaguaraiava;
- c) travessias de pedestres, atendendo as normas de segurança e acessibilidade;
- d) sem acesso aos lotes lindeiros.

Parágrafo Único. Em situações especiais, poderá haver transporte coletivo nestas vias, tomados cuidados especiais quanto à segurança e manutenção do fluxo da via.

SEÇÃO II DO DIMENSIONAMENTO PARA ABERTURA DE VIAS

Art. 13. Para efeito de subsidiar a elaboração de projetos de pavimentação, as vias públicas de circulação no Município, segundo a hierarquia estabelecida no artigo 10 desta Lei, obedecerão aos seguintes parâmetros:

- I. pista de rolamento para veículos;
- II. pista de estacionamento para veículos de, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
- III. ciclovia/ciclofaixa com, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) quando for unidirecional e 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) quando for bidirecional;
- IV. passeio para pedestre.

Art. 14. As Vias Arteriais ou de Estruturação Urbana deverão comportar no mínimo 18,40m (dezoito metros e quarenta centímetros), contendo sinalização de velocidade máxima de até 60Km/h (sessenta quilômetros por hora), sendo:

- I. a Via de Trânsito Rápido (rodovias) é preferencial sobre a Via Arterial;
- II. 02 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
- III. 02 (duas) pistas para estacionamento de veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- IV. 02 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 2m (dois metros) cada;
- V. 01 (uma) ciclovia/ciclofaixa bidirecional de, no mínimo, 2,40m (dois metros e quarenta centímetros), cada;

Art. 15. As Vias Coletoras deverão comportar, no mínimo 15m (quinze metros), contendo sinalização de velocidade máxima de até 40Km/h (quarenta quilômetros por hora), sendo:

- I. 02 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3m (três metros) cada;
- II. 02 (duas) pistas de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- III. 02 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 2m (dois metros) cada.

Art. 16. As Vias Locais deverão possuir, no mínimo, 10,20m (dez metros e vinte centímetros), contendo sinalização de velocidade máxima de até 30Km/h (trinta quilômetros por hora), sendo:

- I. 02 (duas) pistas de rolamento 2,70m (dois metros e setenta centímetros) cada;
- II. 01 (uma) pista para estacionamento de veículos de, no mínimo 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);
- III. 02 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) cada.

Art. 17. As caixas de ruas dos novos loteamentos deverão observar as diretrizes viárias e continuidade das vias existentes, devendo ter dimensionamento adequado às funções a que se destinam.

SEÇÃO III DAS VIAS EXISTENTES

Art. 18. A hierarquização das vias urbanas existentes foi definida através do Anexo II da presente Lei, e de acordo com a função que desempenha no sistema viário atual, permanecendo as dimensões existentes em cada caso.

Art. 19. A abertura ou intervenção de qualquer via ou logradouro será regida pelas disposições desta Lei e anexos integrantes.

Parágrafo Único. Ficará a cargo do interessado solicitar ao órgão competente as informações de obras e melhorias a serem executadas para adequação e contemplação em seu projeto.

SEÇÃO IV DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Art. 20. A determinação das vias preferenciais, no sentido dos fluxos da organização e das limitações de tráfego, deverá obedecer às normativas vigentes e diretrizes estabelecidas na presente Lei, consubstanciadas em seu ANEXO II, cabendo ao Executivo Municipal a elaboração de projetos definindo as diretrizes viárias e as readequações geométricas necessárias.

Art. 21. Caberá ao Poder Público Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

- I. ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;
- II. ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga e de produtos perigosos;
- III. a adequação dos passeios para pedestres onde estão localizados os serviços públicos como escolas, terminal rodoviário, casa da cultura e outros, de acordo com as normas de acessibilidade universal;
- IV. priorizar acessos de ligação entre os bairros, onde a topografia permitir, visando proporcionar qualidade na mobilidade urbana;
- V. adequar o sentido de fluxos nas vias existentes, demarcação de espaços para estacionamentos considerando o porte das vias, afim de ordenar e organizar o trânsito;
- VI. na Zona Rural do Município, onde houver concentração de pessoas, seja em frente a equipamentos públicos ou vilas, implantar dispositivos disciplinadores de velocidades, sinalização vertical e ainda sinalização orientativa nos cruzamentos, com a nomenclatura dos bairros.

Parágrafo Único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo poderão ser realizadas em conjunto com órgãos de outras esferas governamentais.

Art. 22. O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às Normas Técnicas especificadas pela ABNT.

Art. 23. O Município de Jaguaraiava deverá elaborar/contratar um estudo de viabilidade visando a implantação de autarquia para a municipalização do trânsito no prazo máximo de 03 (três) anos.

SEÇÃO V DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO

SUBSEÇÃO I PASSEIOS

Art. 24. Os passeios a serem construídos e/ou reformados devem estar de acordo com as normativas vigentes, serem contínuos, não possuírem degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos que prejudiquem o fluxo de pedestres na faixa livre de circulação, sendo definida pela NBR 9050/2015.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do Poder Público, através do órgão competente, intensificar a fiscalização no que tange ao cumprimento das normativas vigentes quanto às diretrizes de reforma e/ou implantação dos passeios.

Art. 25. Passeios existentes – o interessado em realizar a reforma e/ou manutenção do passeio em sua testada deverá protocolar no órgão competente uma solicitação de autorização de reforma do passeio, bem como solicitar a padronização para o referido endereço.

Art. 26. Passeios em loteamentos e parcelamentos – deverão ser executados pelos parceladores, ser previamente submetido a análise e aprovação do órgão competente e estar de acordo com a padronização municipal.

Art. 27. Manutenção dos passeios – é de inteira responsabilidade dos proprietários em sua extensão de testada, cabendo ao órgão competente fazer a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

SUBSEÇÃO II ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 28. A arborização urbana será regulamentada por Lei específica e contemplará os seguintes parâmetros:

- I. quanto às espécies;
- II. dimensionamentos;
- III. distância/porte/qualidade mínima exigida para mudas, plantio e locais de implantação.

Art. 29. O corte de árvores públicas somente poderá ocorrer na modalidade de substituição, ou seja, uma outra árvore deverá ser plantada na mesma quadrada ou em local determinado pelo órgão ambiental municipal, sob as seguintes condições:

- I. construção ou reforma de edificações;
- II. árvores que colocam em risco a vida ou o patrimônio;
- III. árvores consideradas espécies invasoras, determinadas através de portaria ou legislação específica;
- IV. obras de utilidade pública ou relevante interesse social.

Art. 30. Para solicitar autorização de substituição de árvores públicas, o interessado deverá protocolar junto ao órgão municipal competente, os seguintes documentos:

- I. cópia do RG e CPF de todos os proprietários do imóvel ou do contrato social quando for pessoa jurídica;
- II. comprovante de pagamento do último Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
- III. transcrição ou matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada, no máximo 90 (noventa) dias; ou prova de justa posse, com anuidade dos confrontantes, no caso de o requerente não possuir documentação legal do imóvel;
- IV. projeto de reforma e ampliação, com carimbo de aprovação do Município de Jaguaraiava quando se tratar de pedidos de corte de porte e/ou fême;
- V. conclusivo da Defesa Civil Municipal ou Estadual, quando se tratar de pedido de corte de árvores que colocam em risco a vida ou o patrimônio;
- VI. ofício de solicitação e Decreto de Utilidade Pública quando de obras de interesse do município.

Art. 31. Em hipótese alguma poderá se deixar de plantar árvores em substituição às removidas, cabendo ao Executivo Municipal a fiscalização.

Art. 32. Os passeios sem arborização receberão novas mudas de acordo com as espécies definidas por Lei específica.

Art. 33. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção implicará em multa a ser regulamentada por Lei específica.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 35. A presente Lei, que regulamenta o aspecto físico do Sistema Viário, é complementada com o Plano de Mobilidade Urbana de Jaguaraiava.

Art. 36. As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona, podendo ser efetuadas pelo Poder Executivo Municipal, através da supervisão do órgão responsável pelo trânsito.

Art. 37. Os casos omissos da presente Lei serão dirimidos pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 1824/2008.

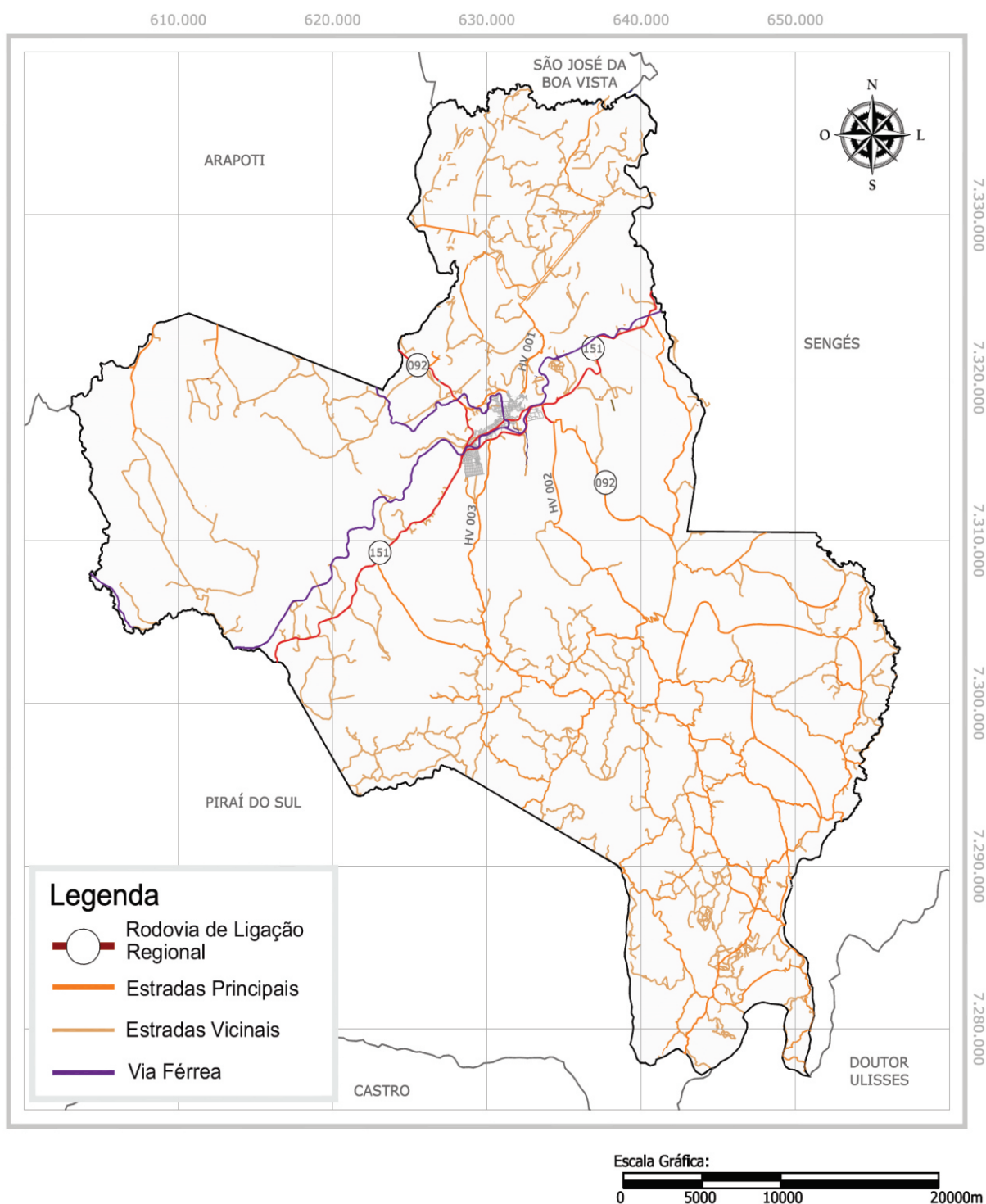
Pago Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

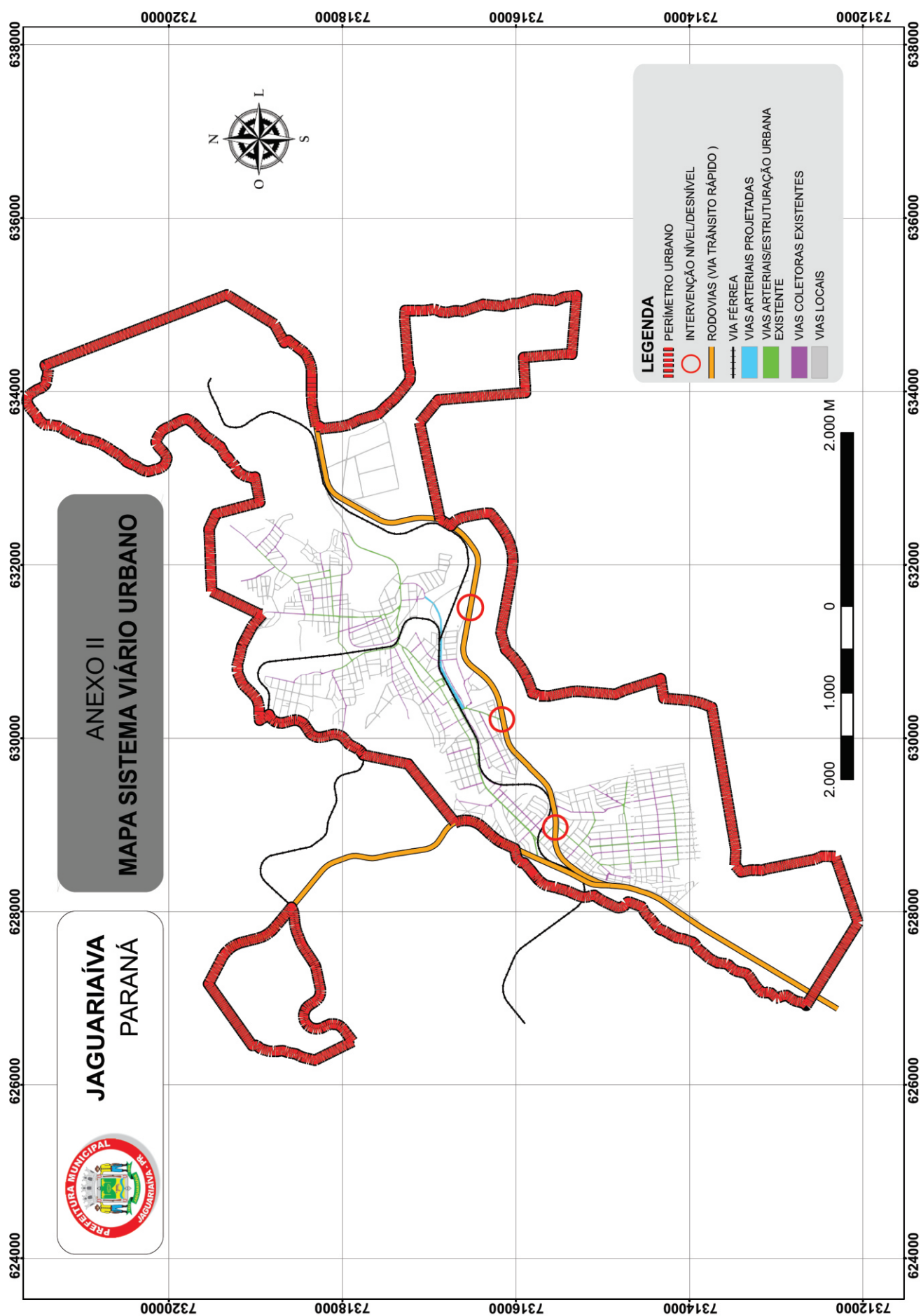


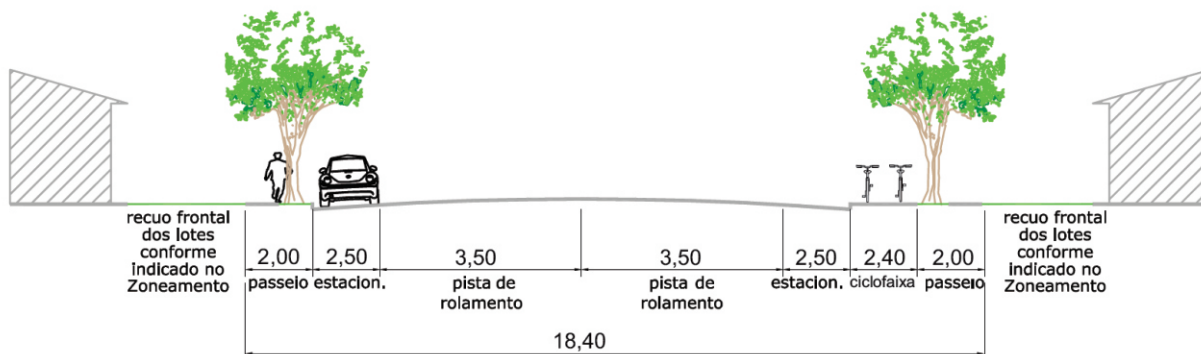
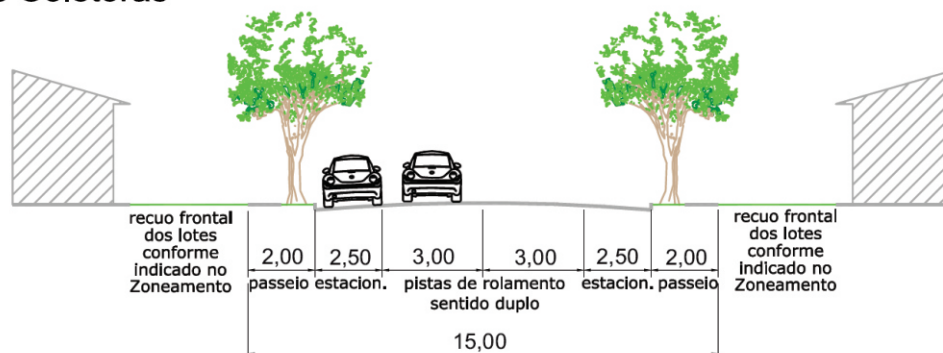
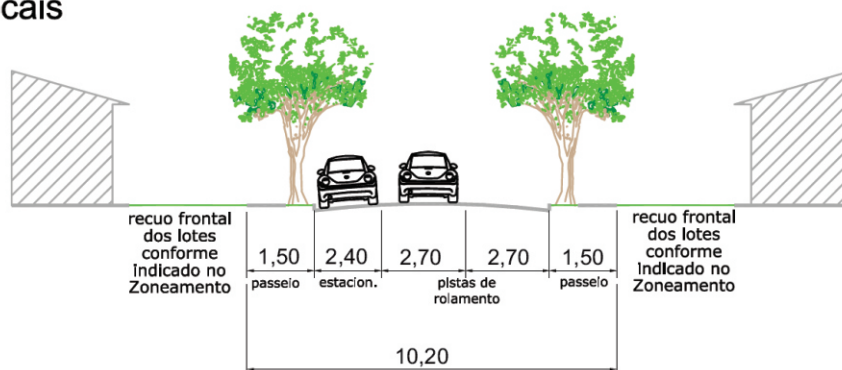
JAGUARIAÍVA PARANÁ

ANEXO I MAPA SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL



PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018
LEGISLAÇÃO



**JAGUARIAÍVA**
PARANÁ**ANEXO III**
MODELO DE VIAS**Vias Arteriais ou de Estruturação Urbana****Vias Coletoras****Vias Locais****PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018**
LEGISLAÇÃO



LEI nº. 2763/2018

EMENTA: Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Jaguaraiava e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei, denominada Código de Obras do Município de Jaguaraiava, estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Parágrafo Único. Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com esta Lei, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor do Município, em conformidade com o §1º do artigo 182 da Constituição Federal.

Art. 2º. As obras realizadas no município serão identificadas de acordo com a seguinte classificação:

I. construção: obra de edificação nova, autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações porventura existentes no lote;

II. reforma sem modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, não modificando sua área, forma ou altura;

III. reforma com modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, que altere sua área, forma ou altura, quer por acréscimo ou decréscimo.

Parágrafo Único. As obras de reforma, modificação ou acréscimo deverão atender às disposições deste Código e da legislação mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. As disposições contidas nesse Código visam:

I. a subordinação do interesse particular ao interesse coletivo;

II. a promoção e garantia, em condições de igualdade, dos direitos da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida à acessibilidade nas edificações em geral e nos espaços públicos e à mobilidade, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

III. a promoção da eficiência energética, da racionalidade no consumo dos recursos naturais e do conforto ambiental nas edificações, mediante adequados níveis de iluminação ou ventilação, dimensionamento de componentes, orientação solar na construção ajuste físico-climático, instalação de sistemas de aquecimento e energia solar, aproveitamento de águas de chuva, utilização de telhados verdes, reutilização e separação dos resíduos operacionais e demais fatores de sustentabilidade;

IV. a integração arquitetônica, urbanística e paisagística dos projetos, das iniciativas de uso às realidades e condições ambientais e culturais do Município;

V. a promoção do desenvolvimento humano com qualidade de vida como fator relevante à produção e aos usos dos espaços construídos;

VI. o respeito aos espaços ambientais protegidos.

Art. 4º. As obras de construção ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão do alvará pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas nesta Lei e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

§1º. As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

§2º. O Município de Jaguaraiava deverá responder o protocolo em até 30 (trinta) dias e, sendo aprovado o requerimento, deverá à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação - SMIH nomear um fiscal para acompanhamento da obra.

Art. 5º. Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, obedecendo a NBR 9050 da ABNT, 2015.

Art. 6º. Para construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida a critério do Município, Licença Prévia ambiental dos órgãos estadual e/ou municipal de controle ambiental, para a aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

§ 1º. Toda reforma, manutenção ou construção de passeio deverá ser protocolado à SMIH solicitando a padronização da localidade. A SMIH deverá visitar e aprovar a obra afim de garantir o atendimento as normativas vigentes de acessibilidade.

§2º. Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação, ventilação e acústica das edificações e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano.

§ 3º. O interessado deverá protocolar o projeto da obra ao setor responsável para análise, parecer e posterior fiscalização dos serviços. Todo o custo com material e mão de obra será de responsabilidade do proprietário da obra.

Art. 7º. Para efeito da presente Lei são adotadas as definições constantes no ANEXO V, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I DO MUNICÍPIO

Art. 8º. Cabe ao Município de Jaguaraiava a aprovação do projeto arquitetônico, observando as disposições desta Lei, bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

Art. 9º. O Município licenciara e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

Parágrafo Único. Compete ao município fiscalizar a manutenção das condições de estabilidade, segurança, salubridade das obras e edificações.

Art. 10. Ficam reservados à autoridade municipal competente, independente da exigência de projeto previamente aprovado, os direitos de:

I. indeferir, postergar ou suspender a expedição de licença, nos casos em que a obra ou construção não atenda exigência prévia ou notificação de âmbito municipal, estadual ou federal de seu conhecimento;

II. embargar a obra, indeferir a expedição do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras e/ou do Alvará de Construção e Funcionamento, quando do não atendimento às normas e legislações pertinentes ou a inadequação dos espaços construídos quanto às orientações do município ou disposições legais e normas técnicas;

III. aplicar sanções administrativas, mediante competente processo e comunicar o órgão fiscalizador da atividade profissional para que tome as providências cabíveis em relação ao profissional que não observar as disposições deste Código e demais normas e legislações pertinentes.

Art. 11. O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos municípios a todas as informações contidas na legislação relativa ao PDM – Plano Diretor Municipal, Código de Posturas, Perímetro Urbano, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, pertinente ao imóvel a ser construído.

SEÇÃO II DO PROPRIETÁRIO

Art. 12. O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do município, em reconhecimento do direito de propriedade.

Art. 13. O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições desta Lei e das Leis municipais pertinentes.

SEÇÃO III DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 14. O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com esta Lei.

Art. 15. Para efeito desta Lei somente profissionais habilitados poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Art. 16. É de inteira responsabilidade do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra o cumprimento de toda e qualquer legislação ou norma técnica vigente, inclusive as relacionadas à acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ficando os mesmos sujeitos às sanções legais, entre elas aquelas

previstas no Código Civil Brasileiro, Código Penal, Leis Federais nº 5.194/1966, 6.496/1977 e 12.378/2010, ou outras que as substituam, no caso de descumprimento de qualquer item.

Art. 17. É obrigação do responsável técnico a colocação de placa da obra em local de boa visibilidade, contendo as seguintes informações:

I. se pessoa jurídica, nome do proprietário, com endereço da sua sede;

II. se pessoa física, nome e telefone do autor do projeto, com número de registro no respectivo conselho;

III. eventuais instituições responsáveis pelas instalações prediais complementares, à critério.

Art. 18. São poderão ser inscritos no Município de Jaguaraiava os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Art. 19. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar a baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá apresentar comunicação escrita ao Município de Jaguaraiava, a qual só será concedida após vistoria procedida pelo órgão competente, acompanhada da anuência do interessado na obra e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º. O proprietário deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município, a comunicação juntamente com a nova Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, de substituição, sob pena de paralisação da execução da obra, podendo ser notificado e embargado até ser cumprido as exigências legais.

§ 2º. Os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume, poderão fazer sua comunicação que contenha a assinatura de ambos e do proprietário, mediante protocolo ao setor responsável.

§ 3º. A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada e datada no Alvará de Construção.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

Art. 20. O Município de Jaguaraiava, mediante requerimento, fornecerá uma Ficha Técnica contendo informações sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras.

SEÇÃO I DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 21. Dependendo, obrigatoriamente, de Alvará de Construção as seguintes obras:

I. construção de novas edificações;

II. reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III. reformas e reparos em telhados;

IV. implantação e utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

V. implantação de *containers* seja para uso doméstico ou comercial;

VI. implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele em que se desenvolve a obra;

VII. piscinas descobertas e/ou cobertas.

Parágrafo Único. A licença para implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra terá caráter provisório.

Art. 22. Estão isentas de Alvará de Construção as seguintes obras:

I. limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andimes ou telas de proteção;

II. reforma nos passeios dos logradouros públicos em geral, respeitando a padronização de pavimentação do passeio que deverá ser solicitado ao Município de Jaguaraiava;

III. construção de muros divisorios laterais e de fundos com até 2 m (dois metros) de altura;

IV. construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;

V. reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções e que não comprometam a segurança das edificações do entorno;

VI. obras abertas como jardins, fontes decorativas e instalações subterrâneas tais como cisternas ou tubulações, desde que não comprometam a taxa mínima de Uso e Ocupação do Solo e a segurança das edificações do entorno;

VII. substituição de pisos e revestimentos, forros, desde que não implique em acréscimo de área, alteração de uso ou estrutura da edificação;

VIII. reformas comerciais ou de vitrines que não alterem dimensões na edificação, a posição do estabelecimento no logradouro ou causem qualquer dano de poluição visual na paisagem e que não alterem as dimensões da edificação nem elementos estruturais de sua fachada;

IX. grades, cercas e telas de vedação do lote;

X. serviços em edificações em situação de risco eminente com comprovação de Laudo Técnico da Defesa Civil.

Parágrafo Único. Em caso de reformas que produzam resíduos, estes deverão ser devidamente destinados sob orientação do responsável técnico, recaiando a responsabilidade em caso de descumprimento, ao proprietário ou possuidor legal do imóvel, conforme legislação específica.

Art. 23. O Alvará de Construção será concedido mediante requerimento dirigido ao órgão municipal competente, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado, composto e acompanhado dos seguintes documentos:

I. requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo e a liberação do Alvará de Construção ou Demolição, assinado pelo proprietário ou representante legal;

II. ficha técnica devidamente preenchida pelo órgão municipal competente, quando exigida;

III. planta de situação e estatística na escala legível conforme modelo definido pelo órgão municipal competente;

IV. planta baixa de cada pavimento não repetido na escala 1:50 (um para cinquenta), 1:75 (um para setenta e cinco) ou 1:100 (um para cem) contendo:

a) área total do pavimento;

b) as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;

c) dimensões das vias de iluminação e ventilação;

d) finalidade de cada compartimento;

e) especificação dos materiais de revestimento utilizados;

f) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;

g) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais.

V. cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação de:

a) pés direitos;

b) altura das janelas e peitoris;

c) perfil do telhado;

d) indicação dos materiais.

VI. planta de cobertura com indicação dos calamentos na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos);

VII. planta de implantação na escala 1:100 (um para cem), 1:200 (um para duzentos) ou 1:500 (um para quinhentos) contendo:

a) projeto da edificação ou das edificações dentro do lote, configurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;

b) demarcação planialimétrica do lote e quadra a que pertence;

c) as dimensões das divisas do lote e os afastamentos da edificação em relação às divisas;

d) orientação do Norte;

e) indicação do lote a ser construído, dos lotes confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima;

f) solução de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;

g) posição do meio-fio, largura do passeio, postes, tirantes, árvores no passeio, hidrantes e bocas de lobo;

h) localização das árvores existentes no lote (se espécie de preservação);

i) indicação dos acessos.

VIII. perfil longitudinal e transversal do terreno, tomando-se como referência de nível - RN o nível do eixo da rua;

IX. elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

X. ART de projeto e execução;

XI. registro de Imóveis atualizado, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias antes da requisição da Licença para Construção e Demolição ou contrato de compra e venda;

XII. certidão negativa de débitos municipais;

XIII. termo de responsabilidade do responsável técnico, proprietário ou seu representante, de observância às normas legais para edificação ou demolição.

§ 1º. Nos casos de projetos para construção de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente do Município de Jaguaraiava.

§ 2º. As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público quando for o caso.

§ 3º. O prazo máximo para aprovação do projeto é de 30 (trinta) dias a partir da data de entrada do projeto definitivo corrigido pelo órgão municipal competente.

Art. 24. No ato da aprovação do projeto será outorgado o Alvará de Construção, que terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado pelo mesmo prazo mediante solicitação do interessado.

§ 1º. Decorrido o prazo definido no *caput* sem que a construção tenha sido iniciada, considerará-se automaticamente revogado o Alvará, bem como a aprovação do projeto.

§ 2º. Para efeitos do presente artigo uma obra será considerada iniciada quando começarem os processos de preparo do terreno, abertura de cavas para fundações e execução de fundações superficiais.

§ 3º. A revalidação do Alvará mencionada no *caput* deste artigo só será concedida caso os trabalhos de fundação e baldrames estejam concluídos.

§ 4º. Se o prazo inicial de validade do Alvará se encerrar durante a construção, este só terá prosseguimento se o profissional responsável ou o proprietário enviar solicitação de prorrogação por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo de vigência do Alvará.

§ 5º. O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas devidamente avaliados pelo órgão municipal competente.

Art. 25. Em caso de paralisação da obra o responsável deverá

§ 1º. Para o caso descrito no *caput* deste artigo, mantêm-se o prazo inicial de validade do Alvará de Construção.

§ 2º. A revalidação do Alvará de Construção poderá ser concedida, desde que a obra seja reiniciada pelo menos 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência do Alvará e estejam concluídos os trabalhos de fundação e baldrames.

§ 3º. A obra paralisada, cujo prazo do Alvará de Construção tenha expirado sem que esta tenha sido reiniciada, dependerá de nova aprovação de projeto.

Art. 26. É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura após sua aprovação sem o prévio consentimento do Município, sob pena de cancelamento de seu Alvará.

Parágrafo Único. A execução de modificações em projetos de arquitetura aprovados com Alvará ainda em vigor, que envolva partes da construção ou acréscimo de área ou altura construída, somente poderá ser iniciada após a sua aprovação.

Art. 27. Os documentos previstos em regulamento deverão ser mantidos na obra durante sua construção, permitindo-se o fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

Art. 28. A demolição de edificação somente poderá ser efetuada mediante comunicação prévia ao órgão competente do município, que expedirá, após vistoria, o Alvará para Demolição.

§ 1º. Quando se tratar de edificação construída no alinhamento predial ou a juízo do Município de Jaguaraiava de mais de 8m (oito metros) de altura, após vistoria, deverá o proprietário apresentar profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços, que assinará o requerimento juntamente com o proprietário.

§ 2º. Qualquer edificação que esteja, a juízo do departamento competente do Município de Jaguaraiava, ameaçada de desabamento deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação pelo proprietário e, este se recusando a fazê-la, o Município providenciará a execução da demolição, cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. O Alvará para Demolição será expedido juntamente com o Alvará de Construção, quando for o caso.

§ 4º. Quando da opção de implantação de *container*, seja destinado a espaços comerciais ou residenciais, o proprietário deverá apresentar:

I. implantação do *container* no lote, com medidas, orientação solar, marcação de acesso, nível de implantação, solução de acesso acessível, entrada de energia, água e projeto de esgoto;

II. deve apresentar a solução de aterramento;

III. isolamento térmico, ao mesmo no teto;

IV. deve possuir ao menos 01 (uma) instalação sanitária para pessoas portadoras de necessidades especiais.

§ 5º. As apresentações das documentações devem ser assinadas pelo responsável técnico habilitado e deverá ser analisado e passado pelos trâmites normais, com emissão de Alvará de Construção e vistoria do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária bem como o recolhimento dos tributos aplicados às demais construções.

SEÇÃO II DO CERTIFICADO DE ALTERAÇÃO DE USO

Art. 29. Será objeto de pedido de certificado de alteração de uso qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel, desde que verificada a sua conformidade com a legislação referente ao Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo Único. Deverão ser anexados à solicitação de certificado de alteração de uso os documentos previstos nesta Lei.

SEÇÃO III DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA OU HABITE-SE

Art. 30. Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade e funcionalidade.

§ 1º. Será considerada condições de habitabilidade ou funcionalidade a edificação que:

a) garantir segurança a seus usuários e a população diretamente a ela afetada;

b) estar com todas as instalações previstas em projeto, funcionando a contento;

c) for capaz de garantir aos seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;

d) não estiver em desacordo com as disposições desta Lei;

e) atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;

f) tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado pelo órgão competente.

§ 2º. Quando se tratar de edificações de interesse social, na forma prevista no § 1º do artigo 4º desta Lei, será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

a) garantir segurança a seus usuários e a população diretamente a ela afetada;

b) estiver de acordo com os parâmetros específicos para a zona onde estiver inserida, definida na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo.

Art. 31. Concluída a obra, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar ao Município o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra, em documento assinado por ambos (anexo VI), que deverá ser precedido da vistoria efetuada pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas em regulamento.

§ 1º. O pedido deverá ser efetuado, acompanhado dos seguintes documentos:

I. original ou cópia do Alvará de Licença em vigência;

II. original ou cópia impressa do projeto aprovado que originou o Alvará;

III. comprovante de pagamento da taxa de vistoria;

IV. declaração de conclusão de obras assinada pelos responsáveis técnicos ou pelo titular do Alvará de Construção;

V. cópia da ART ou RRT dos projetos complementares quando for o caso;

VI. laudo de vistoria de ligação de água e esgoto, emitido pelo SAMAE; acima de 500 (quinhentos) metros;

VII. carta de aprovação e liberação da ligação da energia elétrica emitido pela COPEL; acima de 500 (quinhentos) metros.

VIII. apresentar comprovante de recolhimento de taxa de ISS, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;

IX. projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

X. e demais documentos condicionados para emissão do Alvará de Construção.

Art. 32. Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliado, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico será notificado, de acordo com as disposições desta Lei, e obrigado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

Art. 33. A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento, e o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra concedido ou recusado dentro de outros 15 (quinze) dias.

I. a vistoria deverá verificar:

a) obra executada e plenamente concluída conforme projeto aprovado;

b) ligações definitivas e obrigatórias da obra às redes existentes de energia elétrica, abastecimento e saneamento público, quando houver;

c) calçadas executadas de acordo com a padronização municipal e projeto aprovados.

Art. 34. Será concedido o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra – Habite-se parcial de uma edificação nos seguintes casos:

I. prédio composto de parte comercial e parte residencial utilizadas de forma independente e sem conflito na conclusão da obra;

II. programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de "mutirão";



III. unidades residenciais ou comerciais de edificações, isoladas ou com mais de uma unidade, desde que, as partes comuns necessárias estejam concluídas.

§ 1º. O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial não substitui o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra que deve ser concedido no final da obra.

§ 2º. Para a concessão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se parcial fica o Município de Jaguariáiva sujeita aos prazos e condições estabelecidas no artigo 33 desta Lei.

SEÇÃO IV DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 35. Os projetos de arquitetura para efeito de aprovação e outorga do Alvará de Construção somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas de desenho arquitetônico.

§ 1º. As folhas do projeto deverão seguir as normas da NBR 10068 da ABNT, quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tamanho A4 da ABNT.

§ 2º. No canto inferior direito da(s) folha(s) de projeto será desenhado um quadro legenda com 17 cm (dezessete centímetros) de largura e 27 cm (vinte e sete centímetros) de altura - tamanho A4, reduzidas às margens, onde constará:

I. carimbo ocupando o extremo inferior do quadro legenda, com altura máxima de 9 cm (nove centímetros), especificando:

a) a natureza e o destino da obra;

b) referência à folha - conteúdo: plantas, cortes, elevações, etc.;

c) tipo de projeto - arquitetônico - nas construções acima de 100 m² (cem metros quadrados) serão exigidos projetos complementares - estrutural, elétrico, hidrossanitário e outros;

d) espaço reservado para nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra, sendo estes últimos com indicação dos números dos registros no CREA e/ou CAU;

e) no caso de vários desenhos de um projeto que não caibam em uma única folha, serão necessários numerá-las em ordem crescente;

II. espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;

III. espaço reservado para a declaração: "Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte do Município de Jaguariáiva, do direito de propriedade ou de posse do lote";

IV. espaço reservado ao Município de Jaguariáiva e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com altura de 6 cm (seis centímetros).

§ 3º. Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com convenções especificadas na legenda.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. A execução das obras somente poderá ser iniciada depois de concedido o Alvará de Construção.

Parágrafo Único. São atividades que caracterizam um projeto de uma construção:

- o preparo do terreno com corte de vegetação e movimentação de solo;
- a abertura de cavas para fundações;
- o início de execução de fundações superficiais.

SEÇÃO II DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 37. A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão competente do Município, mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal pré-existente à instalação do canteiro de obras.

Art. 38. É proibida a permanência de qualquer material de construção na via ou logradouro público, bem como sua utilização como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

I. a limpeza do logradouro público deverá ser permanentemente mantida pelo responsável técnico da obra, enquanto durar a obra e em toda a extensão do logradouro;

II. fica vedado o descarte de resíduos líquidos, tais como tintas e solventes, em galeria de águas pluviais, devendo o responsável pela obra e o proprietário dar a correta destinação de acordo com o PGRSCC (Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos da Construção Civil);

Parágrafo Único. A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza ao Município de Jaguariáiva fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

SEÇÃO III DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Art. 39. Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção e na Seção II deste Capítulo, bem como os dispositivos estabelecidos na Norma de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - NR-18 do Ministério do Trabalho e suas alterações.

Art. 40. Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres, cidadãos, propriedades vizinhas, particulares e públicas.

§ 1º. Nos prédios a serem construídos ou reformados com 3 (três) ou mais pavimentos será obrigatória a colocação de andaimes de proteção e telas em toda a extensão da fachada.

§ 2º. O Responsável Técnico pela execução da obra, juntamente com o titular da licença, responde pela segurança geral das construções em sua estabilidade, salubridade e demais aspectos referentes à fase de execução da obra.

§ 3º. Os tapumes somente poderão ser colocados após a expedição, pelo órgão competente do município, do Alvará de Construção ou Demolição.

Art. 41. Tapumes e andaimes poderão ocupar qualquer largura do passeio, desde que, garanta no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) livre para o fluxo de pedestres e seja devidamente aprovado pelo órgão competente.

Parágrafo Único. Caso essa medida seja inviável devido à dimensão existente do passeio ser reduzida, o mesmo deverá garantir no logradouro adjacente a faixa de 1,20m (um metro e vinte centímetros) livre de interferências e desníveis e devidamente sinalizada. Os tapumes deverão ter, no mínimo, 2m (dois metros) de altura.

Art. 42. Nenhum elemento do canteiro de obras, seja ele transitório ou permanente, poderá prejudicar ou diminuir a acessibilidade, visibilidade em vias e logradouros públicos, arborização da rua, iluminação pública, placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de uso coletivo e/ou interesse público.

Art. 43. Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja-salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais, observando também os dispositivos estabelecidos na norma NR 18 do Ministério do Trabalho.

Art. 44. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em todos os lados livres.

Art. 45. Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 03 (três) meses, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retratados.

Art. 46. Após o término das obras os tapumes deverão ser retirados, devendo ainda ser realizado a limpeza e os reparos necessários no espaço público.

I. no caso de paralisação por prazo superior a 3 (três) meses, os tapumes e andaimes deverão ser retratados e providenciado um fechamento permanente até o limite do lote (mantido em bom estado) com altura mínima de 2 (dois) metros;

II. para as obras que necessitem do fechamento da via temporariamente para colocação ou instalação de equipamento, ou quaisquer atividades que demandem o espaço do logradouro público, deverá ser solicitada a autorização da Secretaria de Infraestrutura e Habitação mediante o protocolo de pedido.

CAPÍTULO V DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I DAS ESCAVAÇÕES E ATERRÇOS

Art. 47. Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 48. No caso de escavações e aterros de caráter permanente que modifiquem o perfil do lote, os responsáveis legais e/ou titular do Alvará são obrigados a proteger as edificações lindéiras e o logradouro público com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Parágrafo Único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico indicando as curvas de nível original e a proposta.

Art. 49. A execução de movimento de terra, arrimo, talude, drenagens e outros processos de preparação e contenção do solo somente poderão ter início após a expedição do Alvará de Construção e deverá ser precedida de autorização do órgão ambiental municipal nas seguintes situações:

I. movimentação de terra com mais de 100 m³ (cem metros cúbicos) de material nos terrenos localizados nas zonas onde a Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo estabelece essa atividade como permissível, desde que não esteja situada em áreas de preservação permanente e Reserva Legal, áreas úmidas e outros espaços ambientalmente protegidos;

II. movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindéiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos hidromórficos ou alagadiços somente em casos de interesse público ou de utilidade pública, conforme o Código Florestal;

III. movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeita à erosão;

IV. alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1.000 m² (mil metros quadrados).

Parágrafo Único. Qualquer escavação em divisas de lotes construídos, independentemente de sua profundidade, somente poderá ser iniciada após aprovação do projeto de contenção adequado para o porte da obra. A implantação da contenção deverá ser efetuada antes do início das escavações.

Art. 50. O requerimento para solicitar a autorização referida no artigo anterior deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

I. certidão de registro do imóvel;

II. levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;

III. memorial descritivo informando:

a) descrição da tipologia do solo;

b) volume do corte e/ou aterro;

c) volume do empréstimo ou retirada;

d) medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;

e) local para empréstimo ou bota-fora;

IV. (duas) vias dos projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;

V. Art(s) ou RRT (s) da obra.

Parágrafo Único. As disposições deste artigo deverão ser igualmente aplicadas no caso de construção de subsolos.

Art. 51. Antes do início das escavações ou movimentos de terra deverá ser verificada a existência de tubulações e demais instalações sob a calçada do logradouro que possam vir a ser comprometidas pelos trabalhos executados.

Art. 52. As calçadas dos logradouros públicos e as eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escoradas e protegidas.

SEÇÃO II DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES

Art. 53. Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do lote.

Parágrafo Único. Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados através de laudos técnicos que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para sua ocupação.

Art. 54. As fundações deverão ser executadas dentro dos limites do terreno, de modo a não prejudicar os imóveis vizinhos e não invadir o leito da via pública.

SEÇÃO III DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS

Art. 55. Os elementos estruturais, paredes divisórias e pisos devem garantir:

- resistência ao fogo;
- impermeabilidade;
- estabilidade da construção;
- bom desempenho térmico e acústico das unidades;
- acessibilidade.

Art. 56. Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações ou distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 20cm (vinte centímetros).

SEÇÃO IV DAS COBERTURAS

Art. 57. Nas coberturas deverão ser empregados materiais impermeáveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

SEÇÃO V DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES

Art. 58. As características técnicas dos elementos construídos nas edificações devem levar em consideração a qualidade dos materiais ou conjunto de materiais, a integração de seus componentes, suas condições de utilização, respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, quanto a:

- resistência ao fogo;
- impermeabilidade e estanqueidade;
- estabilidade da construção e integridade construtiva;
- bom desempenho térmico e acústico das unidades;
- acessibilidade e mobilidade;
- iluminação;
- segurança estrutural.

Art. 59. Paredes de áreas molhadas deverão possuir revestimento impermeável até altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

SEÇÃO VI DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 60. As escadas de uso comum deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

I. a largura mínima das escadas de uso privativo em residências será de 90cm (noventa centímetros);

II. as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);

III. só serão permitidas escadas em leques ou caracol e do tipo marinho quando interligar dois compartimentos de uma mesma habitação;

IV. as escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 10cm (dez centímetros), devendo a 90cm (cinquenta centímetros) do bordo interno o degrau apresentar a largura mínima do piso de 28cm (vinte e oito centímetros);

V. as escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de 42 (dois) pavimentos, excetuando-se habitação unifamiliar;

VI. ter um patamar intermediário, de profundidade igual a dimensão da largura, quando o desnível vençido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura ou 15 (quinze) degraus;

VII. os degraus das escadas deverão seguir as normativas vigentes;

VIII. as escadas terão obrigatoriamente corrimão de acordo com as normativas vigentes.

Art. 61. As escadas em edificações comerciais deverão seguir as normativas vigentes.

Art. 62. No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as exigências definidas pelas normativas vigentes.

§ 1º. As rampas utilizadas por pedestres e cadeirantes deverão apresentar dimensões, inclinação e revestimento definidos de acordo com a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015.

§ 2º. As rampas de acesso para veículos deverão ter seu início, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) do alinhamento predial no caso de habitação coletiva ou comercial e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no caso de habitação unifamiliar e possuir inclinação não superior a 20% (vinte por cento).

§ 3º. A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015.

§ 4º. As escadas e rampas deverão observar todas as exigências da legislação pertinente do Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

SEÇÃO VII DAS MARQUESAS E SALIÊNCIAS

Art. 63. Os edifícios deverão ser dotados de marquises quando construídos no alinhamento predial obedecendo às seguintes condições:

- serão sempre em balanço;

II. terão a altura mínima de 3,00m (três metros);

III. a projeção da face externa do balanço deverá ser no máximo igual a 50% (cinquenta por cento) da largura do passeio e nunca superior a 1,00m (um metro);

IV. nas ruas de circulação exclusiva para pedestres as projeções máximas e mínimas das marquises poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pelo Município de Jaguariáiva.

Art. 64. As fachadas dos edifícios quando no alinhamento predial poderão ter floreiras, caixas para ar condicionado e *brises* somente acima de 3,00m (três metros) do nível do passeio, respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, tendo em vista as peculiaridades de cada.

§ 1º. Os elementos mencionados no *caput* deste artigo poderão projetar-se sobre o recuo frontal a uma distância máxima de 1m (um metro) ou recuos laterais e de fundos a uma distância máxima de 60cm (sessenta centímetros).

§ 2º. Os beirais com até 1m (um metro) de largura não serão considerados como área construída, desde que não tenham utilização na parte superior.

SEÇÃO VIII DOS RECUSOS

Art. 65. As edificações, inclusive muros, situados nos cruzamentos dos logradouros públicos serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo.

Art. 66. Os demais recuos das edificações construídas no município deverão estar de acordo com o disposto na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO IX DOS COMPARTIMENTOS

Art. 67. As características mínimas dos compartimentos das edificações residenciais e comerciais estarão definidas nos ANEXOS II, III e IV, partes integrantes e complementares desta Lei.

SEÇÃO X DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 68. Os espaços destinados a estacionamento ou garagens de veículos podem ser:

- privativos - quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependências para uso exclusivo da edificação;
- coletivos - quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 69. É obrigatória a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de ocupação do imóvel, à exceção de outras determinações da Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo, conforme o disposto no ANEXO I desta Lei.

§ 1º. Para cada vaga será estimada uma área de 25 m² (vinte e cinco metros quadrados), destinada à guarda do veículo, circulação e manobra.

§ 2º. As vagas para estacionamento poderão ser cobertas ou descobertas.

§ 3º. Deverão ser reservadas vagas de estacionamento para deficientes físicos, identificadas para este fim, próximas da entrada da edificação nos edifícios de uso público, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e acrescida de espaço de circulação de 1,20m (um metro e vinte centímetros), demarcada com linha contínua, e em percentuais atendendo o estabelecido na Norma Brasileira NBR 9050 da ABNT, 2015.

§ 4º. As atividades novas, desenvolvidas em edificações já existentes com uso diferente do pretendido, estão dispensadas, desde que não seja ampliada a área construída.

Art. 70. As dimensões das vagas e os corredores de circulação, deverão atender os seguintes padrões:

I. cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de largura e 5m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo;

II. os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas;

III. em paralelo igual a 3m (três metros);

IV. ângulo até 30° (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

V. ângulo entre 31° (trinta e um graus) e 45° (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

VI. ângulos entre 46° (quarenta e seis graus) e 90° (noventa graus) igual a 5m (cinco metros).

Parágrafo Único. Nos estacionamentos com vagas em paralelo ou inclinadas com corredores de circulação bloqueados deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos.

Art. 71. Estacionamentos em áreas descobertas sobre o solo deverão ser arborizados de acordo com a Lei Específica de Arborização Urbana.

Art. 72. Os acessos aos estacionamentos deverão atender às seguintes exigências:

I. circulação independente para veículos e pedestres;

II. largura mínima de 3m (três metros) para acessos em mão única e 5m (cinco metros) em mão dupla até o máximo de 7m (sete metros) de largura. O rebaixamento ao longo do meio-fio para a entrada e saída de veículos poderá ter o comprimento do acesso mais 25% (vinte e cinco por cento) até o máximo de 7m (sete metros);

III. para testada com mais de um acesso, o intervalo entre guias rebaixadas não poderá ser menor que 5m (cinco metros);

IV. ter uma distância mínima de 10m (dez metros) do encontro dos alinhamentos prediais na esquina, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2.000m² (dois mil metros quadrados), quando esta distância mínima passa a ser de 25m (vinte e cinco metros).

Art. 73. Não será permitido o rebaixamento das guias em toda a extensão que corresponder a testada do imóvel, ainda que o mesmo se situe em qualquer via quando autorizado pelo Município de Jaguariáiva.

Art. 74. Garagem ou estacionamento com capacidade superior a 30 (trinta) vagas deverá ter acesso e saída independentes ou em mão dupla, exceto quando destinado exclusivamente ao uso residencial.

Art. 75. Os acessos a garagens ou estacionamentos coletivos e a edifícios-garagem deverão dispor de uma área de acumulação - caleta de espera junto à sua entrada ou ao nível do logradouro - calculada de acordo com a tabela abaixo:

ÁREA DE ESTACIONAMENTO	COMPRIMENTO DA ÁREA DE ACUMULAÇÃO (m)	NÚMERO MÍNIMO DE CALETAS
ATE 1000	20	1
DE 1000 A 2000	25	2
DE 2000 A 5000	30	3
ACIMA DE 5000	25	2

§ 1º. A largura mínima da área de acumulação - caleta de espera deverá ser de 3m (três metros) para acessos em mão única e de 5m (cinco metros) para os de mão dupla.

§ 2º. A guarita de controle deverá localizar-se ao final da caleta de espera.

§ 3º. A área de acumulação dos veículos não será computada como área de estacionamento.

§ 4º. Os acessos de veículos deverão ter sinalização de advertência para transeuntes de acordo com as normativas vigentes.

Art. 76. Para análise do espaço destinado ao estacionamento ou garagem deverá ser apresentada planta da área ou pavimento com a demarcação das guias rebaixadas, acessos, corredores de circulação, espaços de manobra, arborização e vagas individualizadas, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 77. Nos casos em que o piso do estacionamento descoberto receber revestimento impermeável deverá ser adotado um sistema de drenagem, acumulação e descarga.

Art. 78. As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender às seguintes exigências, além das relacionadas anteriormente:

- ter pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- ter sistema de ventilação permanente;
- ter vagas para estacionamento para cada veículo locadas e numeradas em planta;
- ter demarcada área de manobra, em planta.

SEÇÃO XI DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO

Art. 79. As áreas de recreação em edificações construídas no Município deverão obedecer aos seguintes requisitos:



I. em todas as edificações com mais de 04 (quatro) unidades residenciais será exigida uma área de recreação coletiva, equipada, aberta ou coberta, com pelo menos 3m² (nove metros quadrados) por unidade habitacional ou 10% (dez por cento) da área total do terreno, localizada em área de preferência isolada, com acesso independente ao de veículos, sobre os terraços ou no terreno;

II. no dimensionamento da área de recreação, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, terá que constituir área contínua, não podendo ser calculada a partir da adição de áreas isoladas;

III. não será computada como área de recreação coletiva a faixa correspondente ao recuo obrigatório do alinhamento predial, porém poderá ocupar os recuos laterais e de fundos, desde que sejam no terreno ou sobre a laje da garagem e obedeçam a um círculo inscrito mínimo de 3m (três metros) de diâmetro.

DOS PASSEIOS E MUROS

Art. 80. Os proprietários de imóveis que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjetas, são obrigados a implantar passeios, de acordo com o projeto estabelecido para a rua pelo Município de Jaguaraiava, bem como conservar os passeios à frente de seus lotes.

§ 1º. É vedado o uso de material contínuo voltado para a área pública.

§ 2º. Para a construção de muros de arrimo deverão ser apresentadas a ART, junto ao CREA ou RRT, junto ao CAU.

§ 3º. Todas as calçadas deverão ser executadas em conformidade com a Norma Brasileira NBR 9050 da ABNT - 2015, em especial no que se refere à declividade, acessibilidade, continuidade sem barreiras ou saliências no seu trajeto.

§ 4º. No caso de não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo ou quando os passeios se acharem em mau estado, caberá ao Município de Jaguaraiava intimar o proprietário para que providencie a execução dos serviços necessários conforme o caso e, não o fazendo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ao Município de Jaguaraiava poderá fazer, cobrando do proprietário as despesas totais, acrescido do valor da correspondente multa.

Art. 81. Os lotes baldios, decorridos 03 (três) anos da aceitação do loteamento, ou, antes disso, se estiver mais de 60% (sessenta por cento) dos lotes já edificados, devem ter calçada e muro com altura mínima de forma conter a o avanço da terra sobre o passeio público.

Art. 82. O infrator será intimado a construir o muro dentro de 30 (trinta) dias. Findo este prazo, não sendo atendida a intimação, ao Município de Jaguaraiava cobrará a correspondente multa.

Art. 83. As multas mencionadas nos artigos desta seção serão regulamentadas em Lei específica.

DIA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 84. Todos os compartimentos, de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação, terão abertura em qualquer plano, abrindo diretamente para o logradouro público ou espaço livre e aberto do próprio imóvel.

§ 1º. As edificações deverão atender os parâmetros de recuo dispostos na Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º. As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede à extremidade mais próxima da divisa.

Art. 85. A área necessária para a insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos está indicada nos ANEXOS II, III e IV, parte integrante desta Lei.

Art. 86. Os compartimentos destinados a lavabos, ante-salas, corredores e *Kit*, poderão ser ventilados indiretamente por meio de forro falso (dutos horizontais) através de compartimento contínuo com a observância das seguintes condições:

- larga mínima equivalente à do compartimento a ser ventilado;
- altura mínima livre de 20cm (vinte centímetros);
- comprimento máximo de 6m (seis metros), exceto no caso de serem abertos nas duas extremidades, quando não haverá limitação àquela medida;
- comunicação direta com espaços livres;
- a boca voltada para o exterior deverá ter tela metálica e proteção contra água da chuva.

Art. 87. Os compartimentos de lavabos, ante-salas, corredores e *kit* poderão ter ventilação forçada feita por chaminé de tiragem observadas as seguintes condições:

- serem visitáveis na base;
- permitirem a inspeção de um círculo de 50cm (cinquenta centímetros) de diâmetro;
- terem revestimento interno liso.

Art. 88. Os compartimentos sanitários, vestíbulos, corredores, sótãos, lavanderia e depósitos, poderão ter iluminação e ventilação zenital.

Art. 89. Quando os compartimentos tiverem aberturas para insolação, ventilação e iluminação sob alpendre, terraço ou qualquer cobertura a área do vão para iluminação natural deverá ser acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), além do mínimo exigido nos ANEXOS II, III e IV, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO VI DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 90. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio, sem causar desnível no mesmo.

§ 1º. Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas às sarjetas, será permitida o lançamento dessas águas nas galerias de águas pluviais, após aprovação pelo órgão municipal competente.

§ 2º. Em qualquer sistema de captação pluvial que por ventura for instalado no interior dos lotes, deverá-se respeitar a taxa de permeabilidade do solo;

§ 3º. As despesas com a execução da ligação junto às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado.

§ 4º. A ligação será concedida a título precário, cancelável a qualquer momento pelo Município de Jaguaraiava caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

Art. 91. As águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas e conduzidas para uma estrutura de destinação de energia.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas laterais à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível do passeio.

Art. 92. Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

SEÇÃO II DA IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS

Art. 93. O controle de cheias e alargamentos consistirá em acumular o máximo possível os excedentes hídricos a montante, possibilitando assim o retardamento do pico das enchentes para as chuvas de curta duração e maior intensidade.

Art. 94. Para aplicação do referido controle, os mecanismos de contenção de cheias ficam assim definidos:

I. bacias ou reservatórios de retenção - são dispositivos capazes de reter e acumular parte das águas pluviais de chuvas intensas de modo a retardar o pico de cheias, aliviando assim os canais ou galerias de jusante responsáveis pela macrodrenagem;

II. cisternas ou reservatórios de acumulação - são dispositivos com objetivo de reter os excedentes hídricos localizados, resultantes da microdrenagem, podendo se constituir de sumidouros com dispositivos que permitam a infiltração para o aquífero ou impermeáveis de modo a acumular as águas pluviais e possibilitar o seu aproveitamento para fins de irrigação, limpeza e outros fins que não constituam abastecimento para o uso na alimentação e higiene.

Art. 95. Será obrigatória a implantação de cisternas ou reservatórios de acumulação ou retenção:

I. nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas situados em Zona Central Comercial, Zona Comercial e Zona de Incentivo Reformas;

II. nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas independentes do uso e localização que impeçam a área superior a 2.000m² (dois mil metros quadrados).

Parágrafo Único. O dimensionamento da cisterna ou reservatório de retenção será regulamentado pelo setor competente de Obras e Urbanismo.

SEÇÃO III DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Art. 96. Todas as edificações em lotes com frente para logradouros públicos que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§ 1º. Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§ 2º. As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da ABNT.

Art. 97. Quando a rua não tiver rede de água, a edificação poderá possuir poço artesiano adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas superficiais.

Parágrafo Único. A instalação de poços artesanais depende da apresentação de Outorga de Direito emitida pelo Instituto das Águas do Paraná para obtenção de licença do Município de Jaguaraiava.

Art. 98. Quando a rua não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro ou poço anasorbico), conforme normas da ABNT.

Art. 99. Toda unidade residencial deverá possuir no mínimo um reservatório, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica.

§ 1º. Os vasos sanitários e micrômetros serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

§ 2º. As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública, passar por caixa de gordura localizada internamente ao lote.

Art.100. O reservatório de água deverá possuir:

- cobertura que não permita a poluição da água;
- torneira de boa que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório;
- extravasar - ladrão, com diâmetro superior ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de água;
- canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório;
- volume de reserva compatível com o tipo de ocupação e uso de acordo com as prescrições da Norma Brasileira - NBR 5626 da ABNT.

Art. 101. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento).

Art. 102. Não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de águas servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais.

Art. 103. Todas as instalações hidrossanitárias deverão ser executadas conforme especificações da ABNT.

SEÇÃO IV DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 104. As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela concessionária local.

Art. 105. Os diâmetros dos condutores de distribuição interna serão calculados de conformidade com a carga máxima dos circuitos e voltagem de rede.

Art. 106. O diâmetro dos eletrodutos será calculado em função do número e diâmetro dos condutores, conforme as especificações da ABNT.

SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 107. As instalações de gás nas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas da ABNT.

SEÇÃO VI DAS INSTALAÇÕES DE PÁRA-RAIOS

Art. 108. Será obrigatória a instalação de pára-raios, de acordo com as normas da ABNT nas edificações em que se reúna grande número de pessoas, bem como em torres e chaminés elevadas e em construções isoladas e muito expostas.

SEÇÃO VII DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Art. 109. As edificações construídas, reconstruídas, reformadas ou ampliadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio e pânico, de acordo com as prescrições das normas da ABNT e da legislação específica do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 110. Todas as edificações deverão ser providas de tubulação para rede telefônica de acordo com as normas técnicas exigidas pela empresa concessionária.

SEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

Art. 111. Será obrigatória a instalação de, no mínimo, 01 (um) elevador nas edificações com mais de 04 (quatro) pavimentos e 02 (dois) elevadores nas edificações com 06 (seis) pavimentos.

§ 1º. O térreo conta como um pavimento, bem como cada pavimento abaixo do nível do meio-fio.

§ 2º. No caso de existência da sobreleia, a mesma contará como um pavimento.

§ 3º. Se o pé-direito do pavimento térreo for igual ou superior a 5m (cinco metros) contará como 02 (dois) pavimentos e, por conseguinte, a cada 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acrescido a este pé-direito, corresponderá a 01 (um) pavimento a mais.

§ 4º. Os espaços de acesso ou circulação às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), medida perpendicularmente às portas dos elevadores.

§ 5º. Os elevadores não poderão ser os únicos modos de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edificação.

§ 6º. O sistema mecânico de circulação vertical (número de elevadores, cálculo de tráfego e demais características) estão sujeitos às normas técnicas da ABNT, sempre que for instalado, e devem ter um responsável legalmente habilitado.

§ 7º. Não será considerado para efeito da aplicação deste artigo o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo ou destinado a servir de moradia do zelador.

SEÇÃO X DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 112. As edificações deverão prever local para armazenagem de lixo, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta.

Art. 113. Nas edificações com mais de 02 (dois) pavimentos deverá haver, local para armazenagem de lixo.

Art. 114. Em todas as edificações, exceto aquelas de uso para habitação de caráter permanente unifamiliar, voltadas à via pública deverá ser reservado área do terreno voltada e aberta para o passeio público para o depósito de lixo a ser coletado pelo serviço público.

CAPÍTULO VII DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 115. Para cada compartimento das edificações residenciais são definidos, de acordo com o ANEXO II:

I	O DIÂMETRO MÍNIMO DO CÍRCULO INSCRITO
II	A ÁREA MÍNIMA
III	A SUPRIMENTAÇÃO MÍNIMA
IV	A VENTILAÇÃO MÍNIMA
V	O REQUISITO MÍNIMO
VI	OS REVESTIMENTOS DE SUAS PAREDES E PISOS
VII	A VENTILAÇÃO

Parágrafo Único. As edificações residenciais multifamiliares - edifícios de apartamentos - deverão observar, além de todas as exigências cabíveis especificadas nesta Lei, as exigências do ANEXO III, no que couber, para as áreas comuns.

Art. 116. As residências poderão ter 02 (dois) compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 117. Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujo diâmetro do círculo inscrito deve atender à soma dos recuos mínimos exigidos por Lei.

SEÇÃO I DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 118. Consideram-se residências geminadas duas unidades de moradias contíguas que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6m (seis metros) para cada unidade.

Parágrafo Único. O lote das residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo e quando as moradias, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei.

Art. 119. A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

SEÇÃO II DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 120. Consideram-se as residências em série, paralelas ao alinhamento predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.

Art. 121. As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

- a testada da área do lote de uso exclusivo de cada unidade, no mínimo 6m (seis metros);
- a área mínima do terreno de uso privativo da unidade de moradia não será inferior a 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);
- afastamento da divisa de fundo ter, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único. A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

SEÇÃO III DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 122. Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de faixa de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.

Art. 123. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

- até 04 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 4m (quatro metros), sendo no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de passeio;
- com mais de 04 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo:
 - 8m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em só lado da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio;
 - ou 10m (dez metros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.
- quando houver mais de 04 (quatro) moradias no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos;
- possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo 6m (seis metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situada e nunca inferior a 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);
- a Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Recuos são definidos pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

Art. 124. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com dimensões estabelecidas na Lei Municipal que dispõe sobre o Sistema Viário Urbano.

SEÇÃO IV DAS RESIDÊNCIAS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL

Art. 125. Consideram-se residências em condomínio horizontal aquelas cuja disposição exija a abertura de via (s) interna (s) de acesso, não podendo ser superior a 30 (trinta) o número de unidades.

Art. 126. As residências em condomínio horizontal deverão obedecer às seguintes condições, além do previsto na Lei Federal nº 4.591/1964 e suas alterações:

- as vias internas de acesso deverão ter no mínimo 8m (oito metros) de largura e 2m (dois metros) de passeio;
- a área de passeio deverá ter uma faixa pavimentada de no máximo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- cada unidade de moradia possuirá uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 12m (doze metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situada e nunca inferior a 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);
- a Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Recuos são definidas pela Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia;
- as unidades deverão ter afastamento mínimo das laterais de 2m (dois metros) e de 4m (quatro metros) do fundo do lote;
- Deverá ser mantida uma taxa de permeabilidade de no mínimo 15% (quinze por cento) do lote.

Art. 127. O condomínio horizontal somente poderá ter vedações, nas faces voltadas às vias públicas, por meio de gradil com altura máxima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e com recuo de 50cm (cinquenta centímetros) do alinhamento predial, devendo ser previsto paisagismo nesta área.

Art. 128. As residências em condomínio horizontal somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com largura igual ou superior a 12m (doze metros).

CAPÍTULO VIII DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL

Art. 129. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos:

- ter pé-direito mínimo de:
 - a) 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), quando a área de compartimento não exceder a 100m² (cent metros quadrados);
 - b) 3m (três metros) quando a área do compartimento estiver acima de 100m² (cent metros quadrados).
- ter as portas gerais de acesso ao público com largura que esteja na proporção de 1m (um metro) para cada 300m² (trezentos metros quadrados) da área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- o *hall* de edificações comerciais observará, além das exigências contidas no ANEXO IV:
 - a) quando houver só um elevador, terá no mínimo 12m² (doze metros quadrados) e diâmetro mínimo de 3m (três metros);
 - b) a área do *hall* será aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;
 - c) quando os elevadores se situarem no mesmo lado do *hall* este poderá ter diâmetro mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).
- ter dispositivo de prevenção contra incêndio e pânico de conformidade com as determinações desta Lei e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;
- todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitários que contenham cada um, no mínimo, 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) lavatório, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica, observando que:
 - a) acima de 100m² (cent metros quadrados) de área útil é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, mais 01 (uma) instalação sanitária acessível;
 - b) nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável;
 - c) nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviação de receitas, curativos e aplicações de injeções, deverão atender às mesmas exigências da área anterior e obedecer às normas dos órgãos competentes;
 - d) os açouques, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de 01 (um) sanitário contendo no mínimo 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório, na proporção de um sanitário para cada 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área útil, além das exigências específicas dos órgãos competentes.
- Os supermercados, mercados e lojas de departamento deverão atender às exigências específicas estabelecidas nesta Lei para cada uma de suas seções.

Art. 130. As galerias comerciais, além das disposições da presente Lei que lhes forem aplicáveis, deverão:



- I.** ter pé-direito mínimo de 3m (três metros);
II. ter largura não inferior a 1/12 (um doze avos) de seu maior percurso e no mínimo de 3m (três metros);
III. o átio de elevadores que se ligar às galerias deverá:
a) formar um remanso;
b) não interferir na circulação das galerias.

Art. 131. Será permitida a construção de jiras ou mezaninos, obedecendo às seguintes condições:
I. não deverão prejudicar as condições de ventilação e iluminação dos compartimentos;
II. sua área não deverá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior;
III. o pé-direito deverá ser, tanto na parte superior quando na parte inferior, igual ao estabelecido no inciso I, do artigo 130, desta Lei.

SEÇÃO II **DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E CONGÊNERES**

Art. 132. As edificações deverão observar às disposições desta Lei, em especial àquelas contidas na Seção I deste Capítulo.

Art. 133. As cozinhas, copas, despensas e locais de consumo não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários ou destinados à habitação.

Art. 134. Nos estabelecimentos com área acima de 40 m² (quarenta metros quadrados), e nos restaurantes, independente da área construída, serão necessários compartimentos sanitários públicos distintos para cada sexo, que deverão obedecer às seguintes condições:
I. para o sexo feminino, no mínimo, 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório para cada 40m² (quarenta metros quadrados) de área útil;
II. para o sexo masculino, no mínimo 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório para cada 40m² (quarenta metros quadrados) de área útil;
III. para pessoas portadoras de necessidades especiais, no mínimo 02 (duas) instalações sanitárias, uma cada sexo, de acordo com as normativas de acessibilidade vigente.

CAPÍTULO IX **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS**

Art. 135. As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas e oficinas, além das disposições constantes na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT deverão:

- I.** ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;
II. ter os dispositivos de prevenção contra incêndio e pânico de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;
III. os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados), deverão ter pé-direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros);
IV. quando os compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes e, em especial, o Corpo de Bombeiros do Paraná.

Art. 136. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, admitindo-se:
I. uma distância mínima de 1m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), pelo menos, quando houver pavimento superior oposto;
II. uma distância mínima de 1m (um metro) das paredes das divisas com lotes vizinhos.

CAPÍTULO X **DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS**

SEÇÃO I **DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES**

Art. 137. As edificações destinadas a escolas e estabelecimentos congêneres deverão obedecer às normas da Secretaria da Educação do Estado e do Departamento Municipal de Educação, além das disposições desta Lei no que lhes couber.

SEÇÃO II **DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES**

Art. 138. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres deverão estar de acordo com o Código Sanitário do Estado e demais Normas Técnicas Especiais, além das demais disposições legais vigentes no município.

SEÇÃO III **DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 139. As edificações destinadas a hotéis e congêneres deverão obedecer às seguintes disposições:
I. ter instalações sanitárias, na proporção de 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) chuveiro e 01 (um) lavatório, no mínimo, para cada grupo de 04 (quatro) quartos, por pavimento, devidamente separados por sexo, mais 01 (uma) instalação sanitária acessível;
II. ter, além dos apartamentos ou quartos, dependências para vestíbulo e local para instalação de portaria e sala de estar;
III. ter pisos e paredes de copas, cozinhas, despensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 2m (dois metros), revestido com material lavável e impermeável;
IV. ter vestiário e instalação sanitária privativos para o pessoal de serviço;
V. todas as demais exigências contidas no Código Sanitário do Estado;
VI. ter os dispositivos de prevenção contra incêndio e pânico, de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;
VII. cumprir as exigências estabelecidas pelas normativas de acessibilidade vigentes;
VIII. obedecer às demais exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo Único. Os quartos que não tiverem instalações sanitárias privativas deverão possuir lavatório com água corrente.

SEÇÃO IV **DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS**

Art. 140. As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros, salões de baile, ginásios de esportes, templos religiosos e similares deverão atender às seguintes disposições:
I. ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas:
a) para o sanitário masculino, 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) lavatório e 01 (um) micróio para cada 100 (cem) lugares;
b) para o sanitário feminino, 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares;
c) para pessoas portadoras de necessidades especiais, no mínimo 02 (duas) instalações sanitárias, uma cada sexo, de acordo com as normativas de acessibilidade vigente.
II. para efeito de cálculo do número de pessoas será considerado, quando não houver lugares fixos, a proporção de 1m² (um metro quadrado) por pessoa, referente à área efetivamente destinada às mesmas;
III. as portas deverão ter a mesma largura dos corredores sendo as de saída das edificações deverão ter a largura correspondente a 1 cm (um centímetro) por lugar, não podendo ser inferior a 2m (dois metros) e deverão abrir de dentro para fora;
IV. os corredores de acesso e escoamentos, cobertos ou descobertos, terão largura mínima de 2m (dois metros), o qual terá acréscimo de 1cm (um centímetro) a cada grupo de 10 (dez) pessoas excedentes à lotação de 150 (cento e cinquenta) lugares;
V. as circulações internas à sala de espetáculos terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), e serão acrescidas de 1cm (um centímetro) por lugar excedente a 100 (cem) lugares;
VI. quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo, serão necessárias 2 (duas) escadas, no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:
a) as escadas deverão ter largura mínima de 2m (dois metros), e ser acrescidas de 1 cm (um centímetro) por lugar excedente superior a 100 (cem) lugares;
b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol.
VII. haverá obrigatoriamente sala de espera, cuja área mínima, deverá ser de 200m² (vinte centímetros quadrados) / pessoa, considerando a lotação máxima;
VIII. as escadas poderão ser substituídas por rampas, com declividade em acordo com as normativas de acessibilidade;
IX. as escadas e rampas deverão cumprir, no que couber, o estabelecido na Seção VI, do Capítulo V, desta Lei;
X. ter os dispositivos de prevenção contra incêndio e pânico de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;
XI. com a finalidade de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de necessidades especiais, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015.

SEÇÃO V **DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS**

Art. 141. Será permitida a instalação de postos de abastecimento, serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos nos locais definidos pela Lei Municipal do Uso do Solo do Município, observado o que dispõe a legislação Federal e Estadual.

Art. 142. A autorização para construção de postos de abastecimento de veículos e serviços será concedida com observância das seguintes condições:

- I.** para a obtenção dos Alvarás de Construção ou de Localização e Funcionamento dos postos de abastecimento junto ao Município de Jaguariáiva será necessária a análise de projetos e apresentação de respectivas licenças do órgão ambiental estadual;
II. deverão ser instalados em terrenos com área igual ou superior a 900 m² (novecentos metros quadrados) e testada mínima de 25m (vinte e cinco metros);
III. somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
a) 300m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
b) 400m (quatrocentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
c) 300m (trezentos metros) de áreas militares;
d) 100m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
e) 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento;
IV. só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim;

V. serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviços, somente quando localizadas no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;

VI. as instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis deverão distar, no mínimo, 8m (oito metros) do alinhamento predial e 5m (cinco metros) de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote;

VII. no alinhamento do lote deverá haver um jardim ou obstáculo para evitar a passagem de veículo sobre os passeios;

VIII. a entrada e saída de veículos serão feitas com largura mínima de 4m (quatro metros) e máxima de 8m (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2m (dois metros) das laterais do terreno. Não poderá ser rebaixado o meio-fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas, e no mínimo a 5m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais;

IX. para testadas com mais de 01 (um) acesso, a distância mínima entre eles é de 5m (cinco metros);

X. a projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação da Zona, estabelecida pela Lei Municipal do Uso do Solo, não podendo avançar sobre o recuo do alinhamento predial;

XI. os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo (ANP);

XII. deverão ainda atender às exigências legais do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, da ANP e demais Leis pertinentes;

XIII. a construção de postos que já possuam Alvará de Construção, emitido antes da aprovação desta Lei, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, devendo ser concluída no prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de multa ser definida em Lei específica;

XIV. para a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras será necessária a vistoria das edificações quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelo órgão municipal competente;

XV. todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da ABNT e de ANP, e aprovado pelo órgão ambiental competente;

XVI. para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 03 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático;

XVII. o monitoramento da qualidade da água do lençol freático será realizado pelos órgãos ambientais competentes;

XVIII. deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão municipal competente;

XIX. nos postos localizados nas avenidas perimetrais de contorno da cidade ou saída para outras localidades, a construção deverá estar, pelo menos, 15m (quinze metros) do alinhamento, com uma pista anterior de desaceleração, no total de 50m (cinquenta metros) entre o eixo da pista e a construção.

§ 1º. Para fins de liberação do Alvará de Construção de postos de serviço e abastecimento de combustível, a preferência será dada ao processo com número de protocolo mais antigo.

§ 2º. As medidas de proteção ambiental para armazenagem de combustíveis estabelecidas nesta Lei, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

Art. 143. As edificações destinadas a abrigar postos de abastecimento e prestação de serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos deverão obedecer às seguintes condições:

- I.** ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo ou manutenção;
II. ter pé-direito mínimo de 3m (três metros), inclusive nas partes inferiores e superiores dos jiras ou mezaninos ou de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo;
III. ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei;
IV. ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a frequências lavagens, com sistema de drenagem independente do sistema de drenagem pluvial e de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas de ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsáveis pelo licenciamento ambiental;
V. a área a ser pavimentada, atendendo a taxa de permeabilidade definida na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3% (três por cento), com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 144. As instalações para lavagem de veículos e lava-rápidos deverão:

- I.** estar localizadas em compartimentos cobertos e fechados em 2 (dois) de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em toda a altura ou ter cortinéis fixos sem aberturas;
II. ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequências lavagens até a altura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo;
III. ter as aberturas de acesso distantes 8m (oito metros) no mínimo do alinhamento predial e 5m (cinco metros) das divisas laterais e de fundos do lote;
IV. ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a frequências lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsáveis pelo licenciamento ambiental.

SEÇÃO VI **DAS EDIFICAÇÕES DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA E ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA**

Art. 145. A edificação de antenas de transmissão de rádio, televisão, telefonia e antenas de transmissão eletromagnética deverão atender às exigências das Leis específicas.

CAPÍTULO XI **DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

SEÇÃO I **DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 146. A fiscalização das obras será exercida pelo Município através de servidores autorizados.

Parágrafo Único. O servidor responsável pela fiscalização, antes de iniciar qualquer procedimento, deverá identificar-se perante o proprietário da obra, responsável técnico ou seus prepostos.

SEÇÃO II **DAS INFRAÇÕES**

Art. 147. Constitui infração toda ação ou omissão que contrariar as disposições desta Lei e de outras leis ou atos expedidos pelo Município no exercício regular de sua poder de polícia.

§ 1º. Dará motivo à lavatura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada a conhecimento de qualquer autoridade municipal, por qualquer servidor ou pessoa física que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º. A comunicação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita por escrito, devidamente assinada e contendo o nome, a profissão e o endereço de seu autor.

§ 3º. Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a veracidade da infração e poderá, conforme couber, notificar preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivar a comunicação.

SUBSEÇÃO I **DO AUTO DE INFRAÇÃO**

Art. 148. Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denota ter a pessoa física ou jurídica contra a qual é lavrado o auto infringido os dispositivos desta Lei.

Art. 149. O Auto de infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as informações previstas em regulamento.
Parágrafo Único. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando constatarem do processo elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 150. A notificação deverá ser feita pessoalmente, podendo com aviso de recebimento, ou por edital.
§ 1º. A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem, tampouco, a aceitação de seus termos.

§ 2º. A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem, tampouco, impedirá a tramitação normal do processo.

SUBSEÇÃO II **DA DEFESA DO AUTUADO**

Art. 151. O autuado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.
§ 1º. A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária.

§ 2º. A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 152. Na ausência de defesa ou sendo esta julgada improcedente serão impostas as penalidades pelo órgão competente do Município.

SEÇÃO III **DAS SANÇÕES**

Art. 153. As infrações aos dispositivos desta Lei serão aplicadas as seguintes sanções:

- I.** embargo da obra;
II. multas;
III. interdição da edificação ou dependências;
IV. demolição.

§ 1º. A imposição das sanções não está sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.

§ 2º. A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.

§ 3º. A aplicação de sanção de qualquer natureza não exonera o infrator do cumprimento da obrigação a que esteja sujeito, nos termos desta Lei.

SUBSEÇÃO I **DAS MULTAS**

Art. 154. Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda ao pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.
§ 1º. A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.

§ 2º. A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa.

§ 3º. Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no município, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Município de Jaguariáiva participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

§ 4º. As reincidências terão valor da multa multiplicada progressivamente de acordo com o número de vezes em que for verificada a infração.

Art. 155. O valor das multas de que trata esta Seção será definida em Lei específica.

Art. 156. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I.** a maior ou menor gravidade da infração;
II. as suas circunstâncias;
III. os antecedentes do infrator;
IV. as condições econômicas do infrator.

SUBSEÇÃO II **DO EMBARGO DA OBRA**

Art. 157. A obra em andamento será embargada se:
I. estiver sendo executada sem o alvará, quando este for necessário;
II. for construída, reconstruída ou acrescida, em desacordo com os termos do alvará;
III. não for observado o alinhamento;
IV. estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal que a constrói.

§ 1º. A verificação da infração será feita mediante vistoria realizada pelo órgão competente do município, que emitirá notificação ao responsável pela obra e fixará o prazo para sua regularização, sob pena de embargo.

§ 2º. Feito o embargo e lavrado o respectivo auto, o responsável pela obra poderá apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, e só após o processo será julgado pela autoridade competente para aplicação das penalidades correspondentes.

§ 3º. O embargo só será suspenso quando forem suspensas as causas que o determinaram.

Art. 158. Se o infrator desobedecer ao embargo, ser-lhe-á aplicada multa, conforme disposto na Subseção I desta Seção.
Parágrafo Único. Será cobrado o valor da multa a cada reincidência das infrações cometidas previstas nos artigos anteriores, sem prejuízo a outras penalidades legais cabíveis.

Art. 159. Se o embargo for procedente seguir-se-á à demolição total ou parcial da obra.

Parágrafo Único. Se, após a vistoria administrativa, constatar-se que a obra, embora licenciada, oferece risco, esta será embargada.

Art. 160. O embargo só será levantado depois de cumpridas as exigências constantes dos autos.

SUBSEÇÃO III **DA INTERDIÇÃO**

Art. 161. Uma obra concluída, seja ela de reforma ou construção, deverá ser interdiçada mediante intimação quando:
I. a edificação for ocupada sem o Certificado de Conclusão e Vistoria da obra;
II. utilização da edificação para fim diverso do declarado no projeto de arquitetura.

III. constituírem danos causados à coletividade ou ao interesse público provocados por má conservação de fachada, murais ou corpos em balanço.

§ 1º. Tratando-se de edificação habitada ou com qualquer outro uso, o órgão competente do município deverá notificar a irregularidade aos ocupantes e, se necessário, interdiará sua utilização, através do Auto de Interdição.

§ 2º. O Município deverá promover a desocupação compulsória da edificação, se houver insegurança manifesta, com risco de vida ou de saúde para os usuários.

§ 3º. A interdição só será suspensa quando forem eliminadas as causas que a determinaram.

SEÇÃO IV **DA DEMOLIÇÃO**

Art. 162. A demolição total ou parcial das construções será imposta pelo Município de Jaguariáiva, mediante intimação quando:

- I.** clandestina, ou seja, a que for feita sem a prévia aprovação do projeto ou sem Alvará de Construção;
II. for feita sem observância do alinhamento ou em desacordo ao projeto aprovado;
III. constituírem ameaça de ruína, com perigo para os transeuntes.

Parágrafo Único. A demolição será imediata se for julgado risco iminente de caráter público.

§ 1º. A demolição, no todo ou em parte, será feita pelo proprietário.

Art. 164. O proprietário poderá, às suas expensas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à intimação, pleitear seus direitos, requerendo vistoria

na construção, a qual deverá ser feita por 02 (dois) peritos habilitados, sendo um obrigatoriamente indicado pelo Município de Jaguariáiva.

Art. 165. Intimado o proprietário do resultado da vistoria, seguir-se-á o processo administrativo, passando-se à ação demolitória se não forem cumpridas as decisões do laudo.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 166. Os casos omissos, bem como as edificações que contrariarem as disposições desta Lei serão avaliados pelo Município de Jaguariáiva em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 167. As exigências contidas nesta Lei deverão ser acrescidas das imposições específicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Vigilância Sanitária, bem como das normas da ABNT no que diz respeito ao atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 168. Não serão autorizadas reformas em barracões agrícolas localizados em zona residencial.

Art. 169. São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- I. ANEXO I - Vagas para Estacionamento;
- II. ANEXO II - Edificações Residenciais;
- III. ANEXO III - Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares;
- IV. ANEXO IV - Edifícios Comércio/Serviço;
- V. ANEXO V - Definições;
- VI. ANEXO VI - Declaração de Conclusão de Obra.

Art. 170. O Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância desta Lei.

Art. 171. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1825/2008.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ANEXO I - TABELA DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	NO MÍNIMO 1 VAGA	(2,50 X 5,00) M²
RESIDÊNCIA GEMINADA	NO MÍNIMO 1 VAGA	(2,50 X 5,00) M²
RESIDÊNCIA EM SÉRIE OU HABITAÇÃO COLETIVA	1 VAGA POR UNIDADE RESIDENCIAL	(2,50 X 5,00) M²
COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1 VAGA PARA CADA 50M² DE ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO	DISPENSAO PARA EDIFICAÇÕES TERREAS DE ATÉ 120M²
SUPERMERCADOS E SIMILARES	1 VAGA PARA CADA 250M² DE ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇOS
COMÉRCIO ATACADISTA E EMPRESA DE TRANSPORTE	1 VAGA CADA 150M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA RESERVADA PARA DESCARGA
ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES ATÉ 50 LEITOS	1 VAGA PARA CADA 3 LEITOS	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA DE ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇO
ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES ACIMA DE 50 LEITOS	1 VAGA PARA CADA 6 LEITOS	INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA DE ESTACIONAMENTO PARA SERVIÇO
EDIFICAÇÕES RESERVADAS PARA TEATROS, CULTOS E CINEMAS	1 VAGA PARA CADA 30M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X
ESTABELECIMENTO DE ENSINO E CONGÊNERES	1 VAGA PARA CADA 75M² CONSTRUÍDOS	X
HOTEL E PENSÕES	1 VAGA PARA CADA 3 UNIDADES DE ALOJAMENTO	X
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	1 VAGA PARA CADA 50M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X
OFICINA MECÂNICA E FUNELARIA	1 VAGA PARA CADA 40M² QUE EXCEDER 100M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X
CLUBE RECREATIVO, ESPORTIVO E ASSOCIAÇÕES	1 VAGA PARA CADA 50M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	X

PLANO DIRETOR MUNICIPAL| 2018
LEGISLAÇÃO

ANEXO II – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

CÔMODO	CÍRCULO INSCRITO – DIÂMETRO (M)	ÁREA MÍNIMA (M²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ-DIREITO MÍNIMO (M)	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
SALAS	2,40	8,00	1/6	1/12	2,50		
QUARTO PRINCIPAL (PELO MENOS UM NA EDIFICAÇÃO)	2,40	9,00	1/6	1/12	2,50	X	X
DEMAIS QUARTOS	2,40	8,00	1/6	1/12	2,50	X	X
COPA	2,00	4,00	1/6	1/12	2,50		
COZINHA	1,50	4,00	1/6	1/12	2,30	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	IMPERMEÁVEL
BANHEIRO	1,00	1,80	1/7	1/14	2,30	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	IMPERMEÁVEL
LAVANDERIA	1,20	2,00	1/6	1/12	2,30	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	IMPERMEÁVEL
DEPÓSITO	1,00	1,80	1/5	1/30	2,30	X	X
QUARTO DE EMPREGADA	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	X	X
CORREDOR	0,90	-	-	-	2,50	X	X
ATELIER	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	X	X
SÓTÃO	2,00	6,00	1/10	1/20	2,00	X	X
PORTÃO	1,50	4,00	1/10	1/20	2,00	X	X
ADEGA	1,00	-	-	1/30	2,00	X	X
ESCALADA	0,90	-	-	-	ALTURA LIVRE MÍNIMA 2,10	X	X

OBSERVAÇÕES:

1. Na copa e na cozinha é tolerada iluminação zenital concorrendo com 50% (cinquenta por cento) no máximo da iluminação natural exigida;
2. Nos banheiros são toleradas iluminação e ventilação zenital, bem como chaminés de ventilação e dutos horizontais. Os banheiros não podem se comunicar diretamente com a cozinha;
3. Nas lavanderias e depósitos são tolerados: iluminação zenital, ventilação zenital, chaminés de ventilação e dutos horizontais;
4. Na garagem poderá ser computada como área de ventilação a área da porta.
5. No corredor é tolerada iluminação e ventilação zenital; tolerada chaminés de ventilação e dutos horizontais;
6. Para corredores com mais de 3 m (três metros) de comprimento a largura mínima é de 1 m (um metro). Para corredores com mais de 10 m (dez metros) de comprimento é obrigatória a ventilação e a sua largura igual ou maior que 1/10 (um décimo) do comprimento;
7. No sótão ou ático, é permitida a iluminação e ventilação zenital;
8. Os sótãos, áticos e porões devem obedecer às condições exigidas para a finalidade a que se destina;
9. Nas escadas em leque, a largura mínima do piso do degrau a 50 cm (cinquenta centímetros) do bordo interno, deverá ser de 28 cm (vinte e oito centímetros). Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze), ou o desnível vencido for maior que 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), deve ser intercalado um patamar com profundidade mínima de 1 m (um metro);
10. Dimensões mínimas para habitação de interesse social: Quarto: tolerada área mínima = 6 m² (seis metros quadrados); Sala e cozinha agregadas: tolerada área total mínima de 8 m² (oito metros quadrados);
11. Nos anexos as áreas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso;
12. As dimensões dos anexos são expressas em metros e metros quadrados.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL| 2018
LEGISLAÇÃO

ANEXO III – EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS – ÁREAS COMUNS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES

TIPO	CÍRCULO INSCRITO DIÂMETRO MÍNIMO	ÁREA MÍNIMA (M²)	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ-DIREITO MÍNIMO (M)	OBSERVAÇÕES
HALL PRÉDIO	2,20	6,00	1/20	2,50	1 E 2
HALL PAVIMENTO	1,50	3,00	1/20	2,50	2,3,4 E 5
CORREDOR PRINCIPAL	1,20	X	X	2,50	6,7,8 E 9
ESCALADA	1,20	X	X	2,10	10,11,12 E 13
RAMPAS	1,20	X	X	2,10	14,15 E 16

OBSERVAÇÕES:

1. A área mínima de 6 m² (seis metros quadrados) é exigida quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida em 30% (trinta por cento) por elevador existente;
2. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito – diâmetro mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
3. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais;
4. Deverá haver ligação entre o *hall* e a caixa de escada;
5. Tolerada ventilação pela caixa de escada;
6. Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva;
7. Quando a área for superior a 10 m (dez metros), deverão ser ventilados na relação 1/24 da área do piso;
8. Quando o comprimento for superior a 10 m (dez metros), deverá ser alargado de 10 cm (dez centímetros) por 5 m (cinco metros) ou fração;
9. Quando não houver ligação direta com o exterior será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada;



10. Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal;
11. Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze) deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de 1 m (um metro);
12. A altura máxima do degrau será de 18 cm (dezoito centímetros);
13. A largura mínima do degrau será de 29 cm (vinte e nove centímetros);
14. Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal;
15. O piso deverá ser antiderrapante para as rampas com inclinação superior a 6% (seis por cento);
16. A inclinação máxima será de 22% (vinte e dois por cento) ou de 10° (dez graus) quando para uso de veículos, e 8% (oito por cento) para uso de pedestres.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018

LEGISLAÇÃO

ANEXO IV – EDIFÍCIOS COMERCIAIS/SERVIÇOS

TIPO	CÍRCULO INSCRITO – DIÂMETRO (M)	ÁREA MÍNIMA (M²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ-DIREITO MÍNIMO (M)	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
HALL PRÉDIO	3,00	12,00	X	X	2,60	X	IMPERMEÁVEL
HALL DO PAVIMENTO	2,00	8,00	X	1/12	2,40	X	X
CORREDOR PRINCIPAL	1,30	X	X	X	2,40	X	IMPERMEÁVEL
CORREDOR SECUNDÁRIO	1,00	X	X	X	2,20		IMPERMEÁVEL
ESCADAS COMUNS/COLATIVAS	1,20	X	X	X	ALTURA LIVRE MÍNIMA 2,10M	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	INCOMBUSTÍVEL
ANTE-SALAS	1,80	4,00	X	1/12	2,40	X	X
SALAS	2,40	6,00	1/6	1/12	2,40	X	X
SANITÁRIOS	0,90	1,50	X	1/12	2,20	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	IMPERMEÁVEL
KIT	0,90	1,50	X	1/12	2,20	IMPERMEÁVEL ATÉ 1,50M	IMPERMEÁVEL
LOJAS	3,00	X	1/7	1/14	3,00	X	X
SOBRELOJA	3,00	X	1/7	1/14	2,40	X	X

OBSERVAÇÃO: No que couber aplica-se a este anexo às observações contidas nos anexos anteriores.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL | 2018

LEGISLAÇÃO

ANEXO V – DEFINIÇÕES

- I. **Ampliação** - Alteração no sentido de tornar maior a construção.
- II. **Alinhamento** - Linha divisória legal entre o lote e logradouro público.
- III. **Alpendre** - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por coluna, pilares ou consolos.
- IV. **Altura da Edificação** - Distância vertical da parede mais alta da edificação, medida no ponto onde ela se situa, em relação ao nível do terreno neste ponto.
- V. **Alvará de Construção** - Documento expedido pelo Município de Jaguaraiava que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.
- VI. **Andaime** - Obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução de obras.
- VII. **Ante-sala** - Compartimento que antecede uma sala; sala de espera.
- VIII. **Apartamento** - Unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.
- IX. **Área Computável** - Área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno, correspondendo a área do térreo e demais pavimentos; atico com área superior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento; porão com área superior a 1/3 (um terço) do pavimento superior.
- X. **Área Construída** - Área da superfície correspondente à projeção horizontal das áreas cobertas de cada pavimento.
- XI. **Área de Projeção** - Área da superfície correspondente à maior projeção horizontal da edificação no plano do perfil do terreno.
- XII. **Área de Recuo** - Espaço livre de edificações em torno da edificação.

- XIII. **Área Útil** - Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.
- XIV. **Ático/Sótão** - Compartimento situado entre o telhado e a última laje de uma edificação, ocupando área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior. O ático ou sótão serão computados como área construída.
- XV. **Átiro** - Pátio interno de acesso a uma edificação.
- XVI. **Balanço** - Avanço da edificação acima do terreno sobre os alinhamentos ou recuos regulares.
- XVII. **Balcão** - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.
- XVIII. **Baldrame** - Viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o piso.
- XIX. **Beiral** - Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes, até uma largura de 1 m (um metro).
- XX. **Brise** - Conjunto de chapas de material fosco que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.
- XXI. **Caixa de Escada** - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.
- XXII. **Caixilho** - A parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.
- XXIII. **Caramanchão** - Construção de ripas, canas e estacas com objetivo de sustentar trepadeiras.
- XXIV. **Círculo Inscrito** - É o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento.
- XXV. **Compartimento** - Cada uma das divisões de uma edificação.
- XXVI. **Conjunto Residencial e Condomínio Horizontal** - Consideram-se conjuntos residenciais e condomínios horizontais os que tenham mais de 10 (dez) unidades de moradia.
- XXVII. **Construção** - É de modo geral, a realização de qualquer obra nova.

- XXVIII. **Corrimão** - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.
- XXIX. **Croqui** - Esboço preliminar de um projeto.
- XXX. **Declaração de Conclusão de Obra** - Documento expedido pelo Município de Jaguaraiava, que autoriza a ocupação de uma edificação.
- XXXI. **Declividade** - Relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.
- XXXII. **Demolição** - Derrubar abaixo, deitar por terra qualquer construção.
- XXXIII. **Dependências de Uso Comum** - Conjunto de dependências da Edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas de moradia.
- XXXIV. **Dependências de Uso Privativo** - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.
- XXXV. **Edícula** - Denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal.
- XXXVI. **Elevador** - Máquina que executa o transporte em altura, de pessoas e mercadorias.
- XXXVII. **Embargo** - Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra.
- XXXVIII. **Escala** - Relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.
- XXXIX. **Fachada** - Elevação das paredes externas de uma edificação.
- XL. **Fundações** - Parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre os terrenos.
- XLI. **Galpão** - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente pelo menos em três de suas faces, por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.
- XLII. **Greide** - Alinhamento (nível) definido.
- XLIII. **Guarda-Corpo** - É o elemento construtivo de proteção contra quedas.



- XLIV. **Habituação Multifamiliar** - Edificação para habitação coletiva.
- XLV. **Hachura** - Rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou mel-ton.
- XLVI. **Hall** - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.
- XLVII. **Infração** - Violação da lei.
- XLVIII. **Jirau** - O mesmo que mezanino.
- XLIX. **Kit** - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada compartimento nas edificações comerciais.
- L. **Ladrão** - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiras, pia-s, etc, para escoamento automático do excesso de água.
- LI. **Lavatório** - Bacia para lavar as mãos, com água encanada e esgoto.
- LII. **Lindeiro** - Limítrofe.
- LIII. **Logradouro Público** - Toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população.
- LIV. **Lote** - Porção de terreno com testada para logradouro público.
- LV. **Materiais Incombustíveis** - Consideram-se para efeito desta Lei concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelo ABNT.
- LVI. **Marquise** - Cobertura em balanço.
- LVII. **Meio-fio** - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da parte carroçável das ruas.
- LVIII. **Mezanino** - Andar com área até 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior, com acesso interno e exclusivo desse. O mezanino será computado como área construída.
- LIX. **Nível do Terreno** - Nível médio no alinhamento.
- LX. **Parapeito** - Resguardo de madeira, ferro ou alvenaria de pequena altura colocada nas bordas das sacadas, terraços e pontes.
- LXI. **Para-raios** - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.
- XLII. **Parede-Cega** - Parede sem abertura.
- XLIII. **Passeio** - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.
- XLIV. **Patamar** - Superfície intermediária entre dois lances de escada.
- XLV. **Pavimento** - Conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, ou com uma diferença de nível não superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), até um pé-direito máximo de 5,60 m (cinco metros e sessenta centímetros).
- XLVI. **Pavimento Térreo** - Pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros), em relação ao nível do meio-fio. Para terrenos inclinados, considera-se cota do meio-fio a média aritmética das cotas de meio-fio das divisas.
- XLVII. **Pé-direito** - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.
- XLVIII. **Piscina** - Reservatório de água para uso de lazer. A área da piscina será considerada como área construída, mas não será computada no cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento. A piscina não poderá ser construída na área destinada aos recuos frontais e laterais.
- XLIX. **Playground** - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.
- LXX. **Porão** - Parte de uma edificação que fica entre o solo e o piso do pavimento térreo, desde que ocupe uma área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento térreo.
- LXXI. **Profundidade de um Compartimento** - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.
- LXXII. **Reconstrução** - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo.
- LXXIII. **Recuo** - Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote.
- LXXIV. **Reforma** - Fazer obra que altera a edificação em parte essencial por suspensão, acréscimo ou modificação.
- LXXV. **Residência Paralela ao Alinhamento Predial** - Consideram-se residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial aquelas situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.
- LXXVI. **Residência Transversal ao Alinhamento Predial** - Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.
- LXXVII. **Sacada** - Construção que avança da fachada de uma parede.
- LXXVIII. **Sarjeta** - Escadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva.
- LXXIX. **Sobreloja** - Pavimento situado acima do pavimento térreo e de uso exclusivo do mesmo.
- LXXX. **Subsolo** - Pavimento semienterrado, onde o piso do pavimento imediatamente superior (térreo) não fica acima da cota mais 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em relação ao nível médio do meio-fio. A área do subsolo é considerada computável, com exceção dos casos previstos na Lei Municipal do Uso do Solo.
- LXXXI. **Tapume** - Vedação provisória usada durante a construção.
- LXXXII. **Taxa de Permeabilidade** - Percentual do lote que deverá permanecer permeável.
- LXXXIII. **Terraco** - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento deste.
- LXXXIV. **Testada** - É a linha que separa a via pública de circulação da propriedade particular.
- LXXXV. **Varanda** - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta da edificação.
- LXXXVI. **Vestíbulo** - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.
- LXXXVII. **Via Pública de Circulação** - Área destinada ao sistema de circulação dos veículos e pedestres, existentes ou projetadas.
- LXXXVIII. **Vistoria** - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de obras.
- LXXXIX. **Verga** - É a estrutura colocada sobre vãos ou é o espaço compreendido entre vãos e o teto.
- XC. **Viga** - É a estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL|2018
LEGISLAÇÃO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Processo nº. _____

Atesto que os devidos fins que foram concluídas todas as obras autorizadas através do Alvará de Construção nº. _____, integrante do Processo Administrativo de nº _____, e que a obra e/ou edificação localizada à _____, bairro _____, nesta cidade, encontra-se funcional, atende a todas as normativas vigentes e está fielmente em acordo com o(s) Projeto(s) apresentados.

Jaguariáiva, ____ de _____ de _____.

Profissional Habilitado
Nº. de registro profissional
Nº da Anotação e/ou Registro de Responsabilidade Técnica

Nome do proprietário
CPF 000.000.000-00

PLANO DIRETOR MUNICIPAL|2018
LEGISLAÇÃO

LEI nº. 2764/2018

EMENTA: Dispõe Sobre o Código de Posturas do Município de Jaguariáiva.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, SANCIONO a seguinte **LEI**:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Código contém as medidas de política administrativa, a cargo do Município de Jaguariáiva em matéria de higiene pública, do bem-estar público, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, numeração de edificações, funcionamento e localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatutos das necessárias relações entre o Poder Público local e as pessoas físicas ou jurídicas, liberando, fiscalizando, condicionando, restringindo ou impedindo a prática ou omissão de atos de particulares.

§ 1º. O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas de edifícios e estabelecimentos, no que couber.

§ 2º. Ao Prefeito e, em geral, aos servidores públicos municipais competem zelar pela observância dos preceitos deste Código.

§ 3º. Toda Pessoa Física ou Jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Art. 2º. As disposições sobre a utilização das áreas contidas neste Código e complementares às Leis Municipais do Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras, visam:

- a) assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município;
- b) garantir o respeito às relações sociais e culturais;
- c) estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
- d) promover a segurança e harmonia dentro dos municípios.

TÍTULO II
DAS POSTURAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I
DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 3º. A fiscalização sanitária abrange especialmente a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, dos estábulos, cocheiras e pocilgas, bem como setor de manipulação de produtos de saúde e hotelaria.

Art. 4º. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas e o proprietário poderá ser intimado a tomar providências à bem da higiene pública.

Parágrafo Único. O Município de Jaguariáiva tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades competentes, federais ou estaduais, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO I
DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 5º. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pelo Município de Jaguariáiva, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 6º. Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela limpeza e construção do passeio e sarjeta fronteiros à sua propriedade ou estabelecimento, obedecendo às condições a seguir elencadas, às expensas do executor:

I. a construção do novo passeio deverá atender a padronização disponibilizada pelo Município de Jaguariáiva, que será regulamentada por ato do poder público;

II. todas as calçadas que passarem por reformas deverão igualmente obedecer a padronização municipal;

III. a colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto à obra e a segurança;

IV. manter os materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua;

V. remover todo material remanescente e detritos em geral das obras ou serviços, como restos de móveis, podas e limpeza de jardim, executar ainda a varrição e lavagem do local, imediatamente após a conclusão das atividades;

VI. assumir a responsabilidade pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido.

§ 1º. A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada fora do horário comercial.

§ 2º. É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os coletores ou "bocas-de-lobo" dos logradouros públicos.

§ 3º. É proibido fazer a varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para via pública, bem como despejar ou atirar lixo e detritos de qualquer natureza sobre o leito de logradouros públicos e passeios.

§ 4º. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, deverão acondicionar o lixo gerado em sua residência em recipiente apropriado e depositar no local da coleta de lixo, respeitando o cronograma, de dias e horários, da coleta pública, este estabelecido pelo Departamento de Utilidade Pública.

§ 5º. Todo o cidadão, que se achar prejudicado ou tolhido no seu direito de ir e vir, deverá denunciar as irregularidades através de um canal a ser criado pelo Município de Jaguariáiva destinado a tomar as devidas providências, regularizando e punindo os infratores nos termos da Lei Federal nº. 13.460/2017.

Art. 7º. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 8º. A coleta e o transporte do lixo serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.

Art. 9º. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido:

I. consentir o escoamento de águas servidas das residências e dos estabelecimentos comerciais e industriais ou outros para as ruas;

II. consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer a limpeza das mesmas;

III. queimar ou incinerar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

IV. lavar roupas, veículos e animais em logradouros ou vias públicas;

V. estender roupas para secagem, nas sacadas ou janelas de prédios, defronte as vias e logradouros públicos;

VI. o assoreamento de fundo de vale através da colocação de lixo, entulhos e outros materiais;

VII. a colocação de cartazes e anúncios, bem como a fixação de cabos nos elementos da arborização pública ou postes de iluminação, sem a autorização do Município de Jaguariáiva.

Art. 10. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 11. O Município de Jaguariáiva realizará campanhas educativas na área rural, visando a sensibilização para o destino correto para os materiais recicláveis.

Art. 12. Será de responsabilidade do Município de Jaguariáiva a implantação ecopontos para o recolhimento de resíduos perigosos e especiais a ser regulamentado por Lei específica.

Art. 13. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO II
DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS

Art. 14. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de limpeza os seus quintais, pátios, terrenos, edificações, piscinas, telhados, calhas, marquises e coberturas.

§ 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.

§ 2º. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

§ 3º. Todos os geradores de lixo, inclusive os residenciais, comerciais e industriais, são obrigados a separar os materiais recicláveis dos demais resíduos.

§ 4º. Os materiais recicláveis serão armazenados em sacos plásticos ou recipientes distintos dos demais resíduos.

§ 5º. Não serão considerados como materiais recicláveis, para os efeitos desta Lei, os sacos ou recipientes utilizados para o acondicionamento dos resíduos nocivos à saúde.

§ 6º. Entende-se por resíduos nocivos à saúde aqueles que representam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente, devido a presença de agentes biológicos. A destinação adequada destes resíduos é de responsabilidade do gerador, sendo que esta deve ser realizada por empresa competente.

§ 7º. Entende-se por resíduos não-recicláveis: papel higiênico, absorventes e fraldas.

§ 8º. A remoção e a destinação adequada dos resíduos de oficinas, borracharias e serviços de lavagem de automotivos e retíficas serão de responsabilidade do proprietário do imóvel ou seu locatário.

§ 9º. A remoção e a destinação adequada dos resíduos da construção civil, sucatas, carcaças ou restos de automóveis, caminhões, carretas, máquinas e similares, são de responsabilidade do proprietário do imóvel ou seu locatário.

§ 10. No caso deste artigo, quando o proprietário ou locatário não providenciar a remoção dos entulhos ou a limpeza do terreno, será concedido o prazo de 20 (vinte) dias, a partir da sua notificação para que proceda à sua remoção.

§ 11. Caso não seja encontrado o proprietário do imóvel ou do bem abandonado, a notificação será feita por edital, publicado três vezes no órgão de divulgação oficial do município.

Art. 15. As chaminés, de qualquer espécie, de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente e contarão com a instalação de dispositivos de contenção para que a fumaça, fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 16. Nenhum prédio situado em via pública, dotado de rede de água e esgoto sanitário, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades.

Art. 17. Serão vistoriadas pelo órgão competente do Município de Jaguariáiva as habitações suspeitas de insalubridade a fim de se verificar:

- I. aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuarem prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem deslúbsos;
- II. as que, por suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção não puder servir de habitação, sem grave prejuízo para a segurança e a saúde pública.

§ 1º. Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio dentro do prazo que venha a ser estabelecido pelo Município de Jaguariáiva, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º. Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com o risco para a segurança, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§ 3º. O prédio condenado não poderá ser utilizado para qualquer finalidade.

Art. 18. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção implicará nas penas de advertência cuja a regularização deverá ocorrer no máximo até 60 (sessenta) dias e, havendo reincidência acarretará a pena de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO III
DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 19. Os hotéis, pensões e demais meios de hospedagem, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I. as condições de higiene de instalações, equipamentos e utensílios;
- II. realizar periodicamente o controle de pragas e vetores, através de desinsetização ou desratização;
- III. manter as boas práticas de manipulação de alimentos, de acordo com a legislação vigente.

Art. 20. Os estabelecimentos de saúde ou de interesse à saúde deverão seguir a legislação vigente em matéria de saúde.

Parágrafo Único. Todos os estabelecimentos referidos no Art. 19 deverão ser vistoriados, minimamente, uma vez ao ano pela vigilância sanitária municipal, no intuito de verificar as condições de higiene e funcionamento e liberação do alvará sanitário.

Art. 21. As cocheiras, estábulos e pocilgas não poderão ser instaladas no perímetro urbano e as existentes na área rural do município deverão, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis:

- I. possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas pluviais;
- II. possuir depósito para estrume à prova de insetos e com a capacidade para receber produção de 24 (vinte e quatro) horas, a qual deve ser diariamente removida para local apropriado;
- III. possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais;
- IV. manter completa separação entre os compartimentos para empregados e para animais.

Art. 22. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO IV
DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 23. O Município de Jaguariáiva exercerá fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a serem ingeridas pelo ser humano, excetuando-se os medicamentos.

Art. 24. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º. A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§ 2º. A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou estabelecimento comercial.

§ 3º. Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente mediante lavratura de termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos ao registro em órgão público especializado e que não tenham a respectiva comprovação.

Art. 25. Nas quitandas, mercearias, frutarias, sacolões e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

- I. os produtos hortifrutigranjeiros expostos à venda deverão ser colocados sobre mesas ou estantes, ou caixas apropriadas, rigorosamente limpas;
- II. os produtos hortifrutigranjeiros, devem ser passíveis de rastreabilidade de acordo com as normas estabelecidas na legislação específica.

Art. 26. É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

- I. produtos de origem animal sem registro do órgão competente;
- II. produtos alimentícios deteriorados, acondicionados de forma inadequada ou com data de validade expirada.

Art. 27. Toda a água utilizada que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, deve obedecer ao padrão de potabilidade definido em legislação específica.

Parágrafo Único. Caso o estabelecimento utilize solução alternativa ao abastecimento público de água, esta deverá ser analisada periodicamente e sua potabilidade garantida nos termos da legislação.

Art. 28. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 29. Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou venda de substâncias que possam corrompê-los, adulterá-los ou avariá-los, assim como a presença de animais domésticos.

Art. 30. Os alimentos destinados ao consumo imediato que tenham ou não sofridos processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos e em temperatura adequada ao consumo.

Art. 31. Não é permitido dar ao consumo ou colocar à venda carne fresca de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e outros animais de aqueque que não tenham sido abatidos nos matadouros ou frigoríficos sujeitos a fiscalização, sob pena de apreensão do produto.



Art. 32. Terão prioridades para o exercício e comércio nas feiras livres e nos mercados municipais, destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para consumo doméstico, os agricultores e produtores do Município.

§ 1º. O comerciante interessado na exposição de seus produtos na modalidade especificada no artigo acima, deverá requerer junto ao Município de Jaguaraiava os locais disponíveis para tal finalidade.

§ 2º. O Município de Jaguaraiava terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para responder ao requerimento.

§ 3º. Os vendedores ambulantes de alimentos deverão obedecer às boas práticas de manipulação de alimentos.

§ 4º. A localização para ambulante de alimentos será em local estabelecido pelo Município de Jaguaraiava sempre com aprovação da Vigilância Sanitária.

Art. 33. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

CAPÍTULO II

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I

DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 34. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:

- I.** elevadores;
- II.** transportes coletivos municipais, táxis e ambulâncias;
- III.** auditórios, salas de conferências e convenções;
- IV.** museus, cinemas, teatros, salas de projetos, bibliotecas, salas de exposições de qualquer natureza;
- V.** corredores, salas e enfermagens de hospitais e casas de saúde;

VI. CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), escolas públicas e particulares;

VII. depósitos de inflamáveis, postos de combustíveis, garagens e estacionamentos e depósitos de material de combustível.

§ 1º. Deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade do público.

§ 2º. Nos locais a que se refere o inciso VII deste artigo, nos cartazes ou avisos, deverão constar os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL", conforme Lei específica.

§ 3º. Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração, nos quais não impeçam uso de tabaco e similares.

Art. 35. É expressamente proibida a exposição de materiais pornográficos ou obscenos em estabelecimentos comerciais.

Parágrafo Único. A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art. 36. Não serão permitidos banhos nos rios e lagos públicos, exceto nos locais designados pelo Município de Jaguaraiava como próprio para banhos ou esportes aquáticos.

Art. 37. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas e similares serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo Único. As desordens, algazarra e barulho, verificados nos referidos estabelecimentos comerciais ou sede sociais, sujeitarão os proprietários ou responsáveis à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 38. É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis.

Parágrafo Único. Executam-se das proibições deste artigo:

- I.** timpanos, sinetas e sirenes dos veículos de assistência médica, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;
- II.** apitos de rondas e guardas policiais.

Art. 39. É proibida a execução de serviços após as 20h00min e antes das 7h00min nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e edificações residenciais.

Parágrafo Único. Excetua-se da proibição deste artigo a execução de serviços públicos de emergência.

Art. 40. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO II

DOS ENTRETENIMENTOS PÚBLICOS

Art. 41. São considerados entretenimentos públicos, ou eventos, as festas, congressos, reuniões de caráter empresarial, político, científico, cultural, religioso e social, espetáculos de qualquer natureza, shows, exposições, circo, competições esportivas ou de destreza e similares, reuniões dançantes e outros acontecimentos ou atividades assemelhadas, que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados, mas com livre acesso ao público.

§ 1º. Para realização de entretenimentos públicos, rural ou urbano, com cobrança ou não de ingresso, aberto ao público em geral, será necessário a obtenção de autorização mediante protocolo de ofício contendo o local desejado, a natureza do evento, horário de funcionamento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ficando submetido à análise do Município de Jaguaraiava que poderá solicitar outros documentos pertinentes a cada modalidade de evento.

§ 2º. Para o caso do disposto no *caput* deste artigo será obrigatória a comunicação prévia ao Corpo de Bombeiros, ou membro de entidade civil de combate e prevenção de incêndio e pânico, pelo que deverá observar todas as suas exigências.

Art. 42. Em todas as casas de entretenimento voltadas ao público em geral serão observadas as disposições desta Lei além daquelas estabelecidas pelo Código de Obras (Alvará de Construção e Habite-se do local do empreendimento e projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná) e por outras normas e regulamentos:

I. tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienizadas;

II. as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis, grades ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III. todas as portas de saída de emergência deverão estar sinalizadas de acordo com as Leis e normas específicas;

IV. os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V. deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VI. todos os locais de reunião de público deverão ser dotados de saídas de emergência atendendo a todas as exigências das normas pertinentes;

VII. deverá haver instalações sanitárias independentes para homens e mulheres, sendo obrigatória a disponibilidade de no mínimo 01 (uma) instalação sanitária acessível masculina e 01 (uma) feminina de acordo com a NBR 9050/2015, dotadas de aparelhos exaustores ou ventilação e iluminação natural.

VIII. serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.

Art. 43. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo de no mínimo 30 (trinta) minutos entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 44. Os programas anunciais serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada, com tolerância máxima de 01 (uma) hora.

§ 1º. Em caso de modificação do programa ou de horário sem justificativa plausível o empresário deverá avisar os espectadores o prazo da entrada.

§ 2º. As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 45. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos pelo promotor do evento por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 46. A armação de circos de panos ou lonas, parques de diversões ou de palcos para shows e comícios só será permitida em locais previamente estabelecidos pelo Município de Jaguaraiava.

Parágrafo Único. O Município de Jaguaraiava só autorizará a armação e funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo se os requerentes apresentarem a(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) – ART e/ou Registro(s) de Responsabilidade(s) Técnica(s) – RRT, do(s) profissional(is) pelo projeto estrutural, elétrico e demais projetos necessários, conforme a legislação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, além de outras documentações que o Município de Jaguaraiava julgar necessárias.

Art. 47. A autorização de funcionamento de teatros, cinemas, circo, salas de espetáculos e ginásios de esportes não poderá ser por prazo superior a 01 (um) ano.

Art. 48. Os circo e parques de diversões embora autorizados só poderão ser franquados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades do Município de Jaguaraiava.

Parágrafo Único. Todos os locais deverão atender às normas de acessibilidade vigentes.

Art. 49. Ao conceder a autorização poderá o Município de Jaguaraiava estabelecer outras restrições que julgar necessárias no sentido de garantir a segurança, a ordem e a moralidade dos entretenimentos e o sossego da vizinhança.

Art. 50. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará pena de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO III

DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 51. O trânsito, de acordo com a Lei Municipal do Sistema Viário, é livre, e tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeantes e da população em geral, a sinalização do trânsito em geral, demarcação de faixas de pedestres e vias preferenciais, instalação de semáforos, demarcação e a sinalização de áreas de cargas e descargas, as áreas permitidas ao estacionamento controlado e o uso de equipamentos de segurança, bem como a colocação de placas indicativas nas vias públicas de entrada e saída dos seus limites.

Parágrafo Único. Será de responsabilidade do Município de Jaguaraiava a implementação de sinalização educativa e de segurança nos espaços naturais, culturais e sinalização turística (placas marroons) nos espaços elencados pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 52. É proibido embarcar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser solicitada autorização à Secretaria de Infraestrutura e Habitação - SMIH no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência, a qual incumbirá orientar sobre as providências cabíveis.

Art. 53. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios e calçadas, conforme art. 6º, inciso V.

§ 1º. Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo de trânsito por tempo estritamente necessário a sua remoção, não superior a 03 (três) horas.

§ 2º. No caso previsto no parágrafo anterior os responsáveis pelos materiais deverão advertir, através de sinalização provisória, os veículos a distância conveniente, dos impedimentos causados no livre trânsito, ficando às expensas do responsável os danos eventualmente causados a terceiros.

§ 3º. Os infratores deste artigo estarão sujeitos a terem os respectivos veículos ou materiais apreendidos e recolhidos ao depósito do Município de Jaguaraiava os quais para serem retirados dependerão do pagamento da multa e das despesas de remoção e guarda da coisa apreendida.

Art. 54. É proibido nas vias e logradouros públicos urbanos:

- I.** conduzir animais e veículos em velocidade incompatível com a legislação de trânsito em vigor;
- II.** conduzir animais perigosos, sem a necessária precaução;
- III.** lançar à via ou logradouro público substância ou detritos que possam embarcar e incomodar os transeantes;

IV. expor e comercializar qualquer tipo de mercadoria, mesmo que carregados em veículos em pontos fixos;

V. expor veículos à venda nas vagas de estacionamento público;

VI. utilizar cerol ou qualquer outro tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, maranhões, capuchetas, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, para recreação ou finalidade publicitária.

§ 1º. Entende-se por cerol o produto originário da mistura de cola, vidro moído e produtos similares.

§ 2º. No caso do inciso IV do *caput* deste artigo o material será apreendido, sem prejuízo da multa.

Art. 55. É proibido danificar ou retirar sinais e placas colocadas nas vias, estradas ou praças públicas, para a orientação e advertência de perigo ou impedimento do trânsito.

Parágrafo Único. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

Art. 56. Assiste ao Município de Jaguaraiava o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública ou colocar em risco a segurança da população, bem como inspecionar os veículos de transporte público e escolar.

Art. 57. É proibido embarcar o trânsito ou molestar os pedestres pelos seguintes meios:

- I.** conduzir volumes de grande porte pelos passeios;
- II.** conduzir bicicletas e motocicletas pelos passeios;
- III.** amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas que tenham face direta à via pública;
- IV.** conduzir, implantar ou conservar abrigo e comedouros de animais sobre passeios e logradouros;
- V.** colocar quaisquer produtos ou mercadorias sobre os passeios ou logradouros públicos, exceto quando autorizado pelo Poder Público.

Parágrafo Único. Excetua-se do disposto neste artigo os carrinhos de crianças, cadeiras de rodas e as bicicletas

Art. 58. É de exclusiva competência do Executivo Municipal a criação, remanejamento e extinção do ponto de aluguel, tanto no que se refere a taxi quanto a veículos de cargas, carroças ou outros similares.

Art. 59. A fixação de pontos e itinerários dos ônibus urbanos é de competência do Município de Jaguaraiava, conforme o Plano Municipal de Transporte Coletivo através de legislação própria.

Art. 60. É proibido o estacionamento de veículos sobre os passeios, calçadas, praças públicas, áreas verdes, gramados e áreas destinadas aos pontos de parada dos coletivos, desde que o local não seja destinado para esse fim, respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, tendo em vista as peculiaridades de cada ocupação.

Parágrafo Único. Os proprietários de veículos, estacionados em desrespeito à proibição deste artigo, serão autuados pelo Poder Público Municipal, sem prejuízo das penalidades aplicáveis por autoridades federais e estaduais.

Art. 61. O disciplinamento das vagas de estacionamento deverá observar o contido no Código de Obras.

Art. 62. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO IV

DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 63. Poderão ser armados palanques, corsets e barracas provisórias nas vias e nos logradouros públicos, para comícios políticos, bazar em praças, eventos promocionais, festividades religiosas, cívicas ou populares, desde que previamente autorizadas pelo Município de Jaguaraiava, observadas as seguintes condições, junto aos órgãos competentes:

- I.** serem aprovadas quanto à sua localização, horário, data;
- II.** não perturbarem o trânsito público;
- III.** não prejudicarem calçamento ou pavimentação, nem o escoamento das águas pluviais, atribuindo-se aos responsáveis pelos eventos os estragos por acaso verificados;
- IV.** serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos eventos.

§ 1º. Findo o prazo estabelecido no inciso IV, o Município de Jaguaraiava promoverá a remoção do palanque, corseto ou barraca, cobrando do responsável as despesas pela remoção e dando ao material recolhido o destino que entender.

§ 2º. O responsável pelo evento deverá protocolar o requerimento para instalações das estruturas referidas no *caput* deste artigo no prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência para análise e parecer do órgão competente. Os documentos mínimos a serem protocolados para uma análise preliminar são:

- a)** planta contendo o *layout* de implantação;
- b)** cópia do Alvará de funcionamento vigente;
- c)** cópia dos documentos pessoais do responsável: quando pessoa física, RG, CPF e Comprovante de Residência; quando pessoa jurídica, Contrato Social e ART e o RRT quando for necessário e documentos pessoais do seu representante legal;
- d)** certidão Municipal Negativa de Débitos;

Art. 64. Nas construções e demolições, não serão permitidas, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção, exceto nos casos constantes no art. 52 desta Lei.

Art. 65. A colocação de ondulações (quebra-molas) transversais às vias públicas dependerá de autorização expressa do Município de Jaguaraiava.

§ 1º. As ondulações transversais e as travessias elevadas implantadas às vias públicas deverão seguir as diretrizes estabelecidas pelas normativas vigentes.

§ 2º. A colocação de ondulações nas vias públicas somente será admitida após a devida sinalização vertical e horizontal.

Art. 66. Fica expressamente proibida a utilização do passeio e da via pública para o comércio, salvo quando autorizado pelo Município de Jaguaraiava mediante pedido protocolado.

§ 1º. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica à colocação de mesas e cadeiras no passeio, para servir a bares, restaurantes e lanchonetes, no horário especial compreendido das 18h30min às 23h00min, independente de Licença Especial e pagamento de taxas, obedecendo a faixa livre de circulação para pedestres, de no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura.

§ 2º. O prazo mínimo para o protocolo é de 15 (quinze) dias de antecedência do evento e recolhimento de taxa – 0,50 UFM por metro quadrado.

§ 3º. A ocupação do passeio mesmo com autorização e recolhimento de taxa, não poderá ser em sua totalidade de área, apenas 50% (cinquenta por cento) do mesmo, obedecendo a faixa livre de circulação para pedestres, de no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura.

Art. 67. A instalação de postes, linhas de dados, de rede de energia, telefonia, iluminação e equipamentos bem como a colocação de caixas postais e de hidrantes nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação do Município de Jaguaraiava.

Art. 68. As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos espaços públicos desde que atendam as seguintes condições:

- I.** localização e dimensões aprovadas pelo Município de Jaguaraiava;
- II.** instalação adequada, conforme padronização do Município;
- III.** não perturbarem o trânsito público;
- IV.** serem de fácil remoção.

Art. 69. As colunas ou suportes de anúncios, as caixas para lixo, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante licença prévia do Município de Jaguaraiava.

Art. 70. Os relógios, estátuas e quaisquer monumentos somente poderão ser instalados nos espaços públicos se comprovado o seu valor cultural, mediante prévia e expressa autorização do Município de Jaguaraiava.

Art. 71. Fica proibida a atribuição ou a substituição da nomenclatura dos logradouros públicos sem a devida aprovação pelo órgão competente.

Art. 72. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO V

DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Art. 73. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrerem em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Art. 74. Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros, de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo e em consonância com a legislação própria.

Parágrafo Único. Os muros com altura superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) deverão ter a aprovação do Município de Jaguaraiava, acompanhado com ART ou RRT do responsável pela execução, que poderá autorizar desde que não venha a prejudicar os imóveis confinantes.

Art. 75. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fio são obrigados a construir os respectivos muros e pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida pelo Município de Jaguaraiava.

Parágrafo Único. Nos terrenos vazios são obrigatórios a pavimentação do passeio e a construção de muro na frente do logradouro de altura mínima a evitar que a terra avance sobre o passeio e de acordo com a padronização estabelecida pelo Executivo ou dispositivo fixado em Lei.

Art. 76. Os terrenos situados nas zonas urbanas:

- I.** serão fechados com muros, grades de ferro, madeira e materiais similares;
- II.** não poderão conter elementos pontiagudos quando se situarem na divisa da frente ou em altura inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 1º. Os terrenos situados nas zonas rurais:

- a)** serão fechados com cercas de arame farpado ou liso, com três fios no mínimo;
- b)** telas de fios metálicos;
- c)** cercas vivas, de espécies vegetais adequadas.

§ 2º. Fica de exclusiva responsabilidade dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter animais domésticos, cabritos, carneiros, porcos e outros que exijam cercas especiais.

Art. 77. É proibido:

- I.** eletrificar cercas em desacordo com os padrões estabelecidos em Lei e nas normas técnicas;
- II.** fazer cercas, muros e passeios em desacordo com o disposto neste Capítulo ou em Leis específicas;
- III.** danificar, por quaisquer meios, muros e cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil que no caso couber.

Art. 78. Somente o Município de Jaguaraiava poderá indicar ou substituir a numeração de edificações, cabendo ao proprietário colocar a identificação e conservá-la.

Parágrafo Único. É proibida a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

Art. 79. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO VI

DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS

Art. 80. É proibido manter construções em imóveis urbanos em estado de abandono.

Art. 81. Considera-se em estado de abandono:

- I.** construções iniciadas, independente da porcentagem de edificação, e interrompidas por mais de 01 (um) ano, sem cerca de proteção;
- II.** construções que não abrigam moradores há mais de 01 (um) ano, em evidente estado de danificação.

Parágrafo Único. Considera-se em evidente estado de danificação as construções edificadas para fins comerciais ou residenciais que, desabitadas, apresentem-se com as portas ou janelas parcialmente demolidas.

Art. 82. Constatado o abandono da construção, o Município de Jaguaraiava notificará o proprietário para em 30 (trinta) dias:

- I.** apresentar justificativa e efetuar reparos, quando em imóveis já construídos;
- II.** apresentar justificativa e dar prosseguimento às obras.

Art. 83. Não sendo localizado o proprietário, a notificação será feita por edital, publicado uma vez no Órgão de Divulgação Oficial do Município de Jaguaraiava.

Art. 84. Descumprida a notificação, o Município de Jaguaraiava executará os serviços de limpeza e lançará o débito ao proprietário, obedecidos os critérios de gradação do valor e porte das construções.

Parágrafo Único. A cobrança será realizada mediante a lavratura de auto de infração nos termos do art. 176, 177, 188 e seguintes desta Lei.

Art. 85. Após a emissão de Laudo de Avaliação da situação do imóvel, e constatada a necessidade de construção de cerca de proteção, o Município de Jaguaraiava:

- I.** fará tomada de preços em, no mínimo, três empresas que comercializam materiais de construção optando pela de menor valor, para fins de aquisição de material;
- II.** executará a construção da cerca e lançará, ao proprietário, o débito acrescido do valor da mão-de-obra.

Parágrafo Único. O proprietário será notificado para pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 86. Não efetuado o recolhimento do valor no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo anterior, a cobrança será feita com os acréscimos legais, observando o procedimento previsto nos artigos 176, 177, 188 e seguintes desta Lei.

SEÇÃO VII

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 87. As estradas de que trata a presente Seção são as que integram o Sistema Viário Municipal e que servem de livre trânsito dentro do Município.

Art. 88. A mudança ou deslocamento de estradas municipais dentro dos limites das propriedades rurais deverá ser requisitado pelos respectivos proprietários ao Município de Jaguaraiava.



Parágrafo Único. Neste caso, quando não haja prejuízo das normas técnicas e os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, o Município de Jaguaraiava poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com as despesas.

Art. 89. É proibido:

- I.** fechar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos sem prévia licença do Município de Jaguaraiava;
- II.** colocar tranqueiras, porteiros e palanques nas estradas ou para seu leito arrastar paus e madeiras;
- III.** arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito;
- IV.** lançar nas estradas pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louças e outros objetos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;
- V.** arborizar as faixas laterais de domínio das estradas, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pelo Município de Jaguaraiava;
- VI.** destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos, galerias pluviais, mataburros e as valetas ou logradouros de proteção das estradas;
- VII.** fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas de acesso público e caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros 3m (três metros) internos da faixa lateral de domínio;
- VIII.** impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;
- IX.** encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas, a uma distância mínima de 10m (dez metros);
- X.** danificar de qualquer modo as estradas.

Art. 90. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO VIII DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 91. É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Art. 92. Os responsáveis pelos animais domésticos deverão mantê-los de forma que os mesmos não tenham acesso às vias públicas, podendo ser penalizados em caso de não cumprimento desta norma, conforme legislação municipal.

Art. 93. Poderão ser recolhidos os animais que apresentem risco à saúde pública a critério da autoridade sanitária.

Art. 94. Os animais errantes poderão ser recolhidos pela autoridade sanitária, submetidos a processo de esterilização se assim julgar necessário e devolvidos ao local em que foram apreendidos.

Art. 95. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 96. É proibido criar, guardar ou manter quaisquer animais que, em face da sua espécie, quantidade ou da impropriedade das instalações, causem insalubridade ou incômodos à vizinhança.

Art. 97. É proibido circular com cães em vias públicas sem utilização de guia ou focinheira em raças consideradas de porte médio, grande ou vira lata.

Art. 98. A pessoa que receber a doação do animal ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

Art. 99. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 100. Para o exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, o Município de Jaguaraiava respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Art. 101. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas e solos, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar da população, ou, ainda, possa comprometer a flora e a fauna e a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais, recreativas e atividades turísticas.

Art. 102. É proibido o acúmulo de lixo em áreas públicas ou privadas, como medida preventiva ao desenvolvimento de vetores que possam causar danos à saúde pública, sob pena de multa.

Art. 103. No interesse do controle da poluição do ar, da água e do solo, o Município de Jaguaraiava exigirá parecer técnico ou autorização ambiental sempre que lhe for solicitada autorização de funcionamento para estabelecimentos potencialmente causadores de poluição.

Art. 104. É proibido qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: (solo, água e ar), causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:

- I.** deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive detritos e lixo sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;
 - II.** causar o lançamento de resíduos e efluentes sobre o solo ou em rios, lagos, córregos, poços e chafarizes;
 - III.** desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;
 - IV.** é proibido fazer barragens sem prévia licença do Município de Jaguaraiava;
 - V.** o plantio e conservação de plantas que possam constituir foco de insetos nocivos à saúde;
 - VI.** o plantio e conservação de espécies vegetais, inclusive as arbóreas em áreas públicas, incluindo calçadas, praças e passeios públicos, sem devida autorização do órgão ambiental municipal;
 - VII.** atear fogo em roçada, palhadas vegetação ou resíduos;
 - VIII.** realizar a queima de qualquer tipo de resíduo, sob qualquer pretexto;
 - IX.** criar ou possa criar condições nocivas à saúde, à segurança e ao bem estar público;
 - X.** prejudicar o meio ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura e para outros fins úteis ou que afetem a sua estética.
- §1º.** As proibições aplicam-se à água superficial ou de solo, de propriedade pública, privada ou de uso comum, em especial às destinadas ao consumo.
- § 2º.** O plantio e conservação de plantas na área urbana só poderá ser feito com o Plano Municipal de Arborização Urbana ou na ausência deste, poderá o poder executivo, através de decreto, regulamentar as espécies, técnicas e locais adequados ao plantio.

§ 3º. Na área em volta do perímetro urbano, denominada cinturão verde, ficam proibidas queimadas e a aplicação de inseticidas ou qualquer outro produto que venha a colocar em risco a população, devendo ser incentivada a cultura orgânica nestas áreas.

Art. 105. As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bem de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei Federal nº. 12.651 de 2012, denominada Código Florestal estabelece.

Art. 106. Consideram-se área de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- I.** a atenuar a erosão das terras;
- II.** a formar faixas de proteção aos cursos d'água;
- III.** a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- IV.** assegurar condições de bem-estar público.

Art. 107. O Município, dentro de suas possibilidades, deverá criar:

- I.** unidades de Conservação, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos, dentre outras, observado o disposto na Lei Federal nº. 9.985/2000;
- II.** florestas, Bosques e Hortos Municipais, com fins técnicos, sociais e pedagógicos.

Parágrafo Único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques, Florestas, Bosques e Hortos Municipais.

Art. 108. A derrubada de qualquer vegetação arbórea, independente do estágio sucessional, dependerá de anuência e licença do Município de Jaguaraiava e Autorização Florestal, observadas as restrições do Código Florestal Brasileiro, independente de outras licenças ou autorizações cabíveis.

Art. 109. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 110. É expressamente proibida, dentro dos limites da cidade e distritos, a instalação de atividades que, pela emissão de fumaça, poeira, odores e ruídos incômodos, ou que por quaisquer outros motivos possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, à saúde pública e o bem-estar social.

Art. 111. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO IX QUANTO AS ÁRVORES PÚBLICAS

Art. 112. São consideradas árvores situadas em áreas públicas, inclusive calçadas, passeios, cemitérios, parques, praças, áreas verdes e áreas de preservação permanente.

§ 1º. As árvores públicas são de responsabilidade do Município, cabendo ao poder público o plantio, manutenção, manejo, proteção, poda e substituição.

§ 2º. Particular interessado poderá substituir, às suas expensas, a árvore em seu passeio, desde que devidamente autorizado pelo Município de Jaguaraiava quanto ao local e espécie, observado o disposto no art.29 da Lei que dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Jaguaraiava.

Art.113. É expressamente proibida a remoção ou corte de árvores públicas sem a devida autorização do órgão ambiental municipal, sob pena responsabilização do autor por crime ambiental, aplicação das sanções legais e multa a ser regulamentada por Lei específica.

Parágrafo Único. O Município deverá, quando da análise de pedidos de corte de árvores que compõe a arborização urbana, primar pela manutenção destas, buscando formas de salvar o motivo da solicitação com técnicas de poda e manejo.

Art. 114. O corte de árvores públicas somente poderá ocorrer quando autorizado pelo Município de Jaguaraiava, na modalidade de substituição, ou seja, uma outra árvore deverá ser plantada na mesma quadra ou em local determinado pelo órgão ambiental municipal, sob as seguintes condições:

- I.** construção ou reforma de edificações;
- II.** árvores que colocam em risco a vida ou o patrimônio;
- III.** árvores consideradas espécies invasoras, determinadas através de portaria ou legislação específica;
- IV.** obras de utilidade pública ou relevante interesse social.

Parágrafo Único. O corte e/ou remoção das espécies do gênero arbóreo *Pinus spp* fora das zonas de reflorestamento será permitida apenas com autorização do órgão ambiental municipal e de acordo com a Resolução 28/98 SEMA e Portaria nº. 221/2012 IAP.

Art. 115. Para solicitar autorização de substituição de árvores públicas, o interessado deverá protocolar junto à Administração Municipal, os seguintes documentos:

- I.** Cópia do RG e CPF de todos os proprietários do imóvel ou do contrato social quando for pessoa jurídica;
- II.** Comprovante de pagamento do último IPTU;
- III.** Transcrição ou matrícula do cartório de registro de imóveis atualizada, no máximo 90 (noventa) dias; ou prova de justa posse, com anuência dos confrontantes, no caso de o requerente não possuir documentação legal do imóvel;
- IV.** Projeto de reforma e ampliação, com carimbo de aprovação do Município de Jaguaraiava quando se tratar de pedidos de corte para este fim;
- V.** Laudo conclusivo da Defesa Civil Municipal ou Estadual, quando se tratar de pedido de corte de árvores que colocam em risco a vida ou o patrimônio;
- VI.** Ofício de solicitação e ato normativo que autorize a obra de Utilidade Pública quando for de interesse do Município.

Parágrafo Único. Para o laudo disposto no inciso V deste artigo a defesa civil municipal poderá solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes da administração pública municipal.

Art. 116. É proibido o plantio de árvores para compor a arborização urbana, em passeios, cemitérios ou calçadas, praças que não atendam aos requisitos mínimos de qualidade e fitossanidade, sendo obrigatória a inspeção das mudas por técnico do órgão ambiental antes do plantio.

§ 1º. A qualidade e fitossanidade que se refere o *caput* deste artigo remete-se às seguintes características:

- I.** altura total acima de 2m (dois metros);
- II.** fuste reto e sem bifurcações até 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- III.** torção mínimo de 18 (dezoito) litros de terra ou compatível com o porte e espécie;
- IV.** folhas, fustes e raízes livres de fungos, ácaros, pulgões, cochinilhas e ausência de sinais de doenças e deficiências nutricionais.

Art. 117. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

TÍTULO III DOS ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

SEÇÃO I DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 118. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de qualquer outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, concedido mediante requerimento dos interessados, com a apresentação dos documentos necessários e do pagamento dos tributos devidos.

§1º. Para concessão do Alvará de Localização e Funcionamento o Município deverá obrigatoriamente observar o que dispõe, além da Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo Urbano e o Código de Obras, a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

§2º. Para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual, poderá o Poder Executivo regulamentar a concessão de Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro nas seguintes situações (Lei Municipal nº. 2577/2015):

- I.** instalações em área ou edificação desprovidas de regularização fundiária e imobiliária, inclusive Habite-se;
- II.** em residência do Microempreendedor Individual ou do titular ou sócio da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas, hipótese em que o tributo eventualmente cobrado não será superior ao residencial;
- III.** isenção no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, relativas à primeira inscrição, correspondente ao exercício em que se inicia sua atividade;
- IV.** ficam isentos os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao Alvará, à licença e ao cadastro do Microempreendedor Individual;
- V.** o Microempreendedor Individual fica isento ainda de eventuais taxas de renovação de Licença de Funcionamento.

§ 3º. O Alvará de localização relacionado a exploração de atividades turísticas deve considerar a Lei Federal nº. 11.771, de 11 de setembro de 2008, em especial o disposto no caput de seu artigo 21, que define os prestadores de serviços turísticos que devem ter cadastro obrigatório perante o Ministério do Turismo para o exercício de suas atividades turísticas bem como respeitar as demais regulamentações vigentes.

§ 4º. O Alvará de Funcionamento deverá ser solicitado ao Município de Jaguaraiava mediante o protocolo do requerimento contendo os documentos descritos no ANEXO I, cuja resposta deverá ocorrer em no máximo 15 (quinze) dias úteis.

Art. 119. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização e Funcionamento e a Licença Sanitária em lugar visível para o público em geral, bem como para fins de fiscalização.

§1º. A renovação automática com emissão eletrônica do Alvará se dará mediante o pagamento das taxas e da apresentação de licenciamento ambiental e sanitário, quando o ramo de atividade for passível de exigência sendo que demais documentos deverão ser apresentados somente em casos de alteração de atividades e endereço.

§ 2º. O prazo de validade do Alvará será o vencimento da Taxa de Renovação.

Art. 120. Para mudança de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão ao Município de Jaguaraiava, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 121. O Alvará de localização e funcionamento poderá ser cassado:

- I.** quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II.** como medida preventiva a bem da higiene, da moral e do sossego e segurança pública;
- III.** por solicitação da autoridade competente, comprovados motivos que fundamentarem a solicitação.

§1º. Cassado o Alvará, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º. Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária autorização, expedida em conformidade com o que preceitua esta Seção.

§ 3º. A baixa do Alvará deverá ser solicitada mediante requerimento protocolado ao Município de Jaguaraiava ou através do sítio eletrônico do Município.

§ 4º. Constatada o não pagamento da Taxa de Alvará por 02 (dois) exercícios consecutivos, e após fiscalização e aplicação de outras sanções tais como advertência e multa, o Município de Jaguaraiava poderá providenciar a inatividade da empresa "ex officio".

Art. 122. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a aplicação de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 123. Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos e em locais previamente determinados pelo Município de Jaguaraiava.

§ 1º. É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos locais demarcados pelo Município de Jaguaraiava.

§ 2º. A fixação do local, a critério do Município de Jaguaraiava poderá ser alterada, em função do desenvolvimento da cidade.

Art. 124. O exercício do comércio ambulante dependerá de autorização do Município de Jaguaraiava, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo Único. A autorização é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida a favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

Art. 125. Da autorização deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I.** número de inscrição;
- II.** nome e endereço residencial do responsável;
- III.** local e horário para funcionamento do ponto;
- IV.** indicação clara do objeto da autorização.

Art. 126. A autorização será renovada anualmente, por solicitação do interessado.

Parágrafo Único. O vendedor ambulante não licenciado para o comércio ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 127. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e de cassação da autorização:

- I.** estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pelo Município de Jaguaraiava;
- II.** impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;
- III.** transferir pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;
- IV.** deixar de atender as prescrições de higiene e assio para a atividade exercida;
- V.** colocar à venda produtos contrafeitos ou de procedência duvidosa;
- VI.** expor os produtos à venda colocados diretamente sobre o solo.

Art. 128. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código que lhes são aplicáveis, deverão observar ainda as seguintes:

- I.** os quiosques, barracas, *trailers*, carrinhos e outros veículos utilizados no comércio ambulante deverão ser fiscalizados pelo Município de Jaguaraiava e Vigilância Sanitária;
- II.** velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;
- III.** terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;
- IV.** usarem vestuários adequados e limpos;
- V.** manterem-se rigorosamente assados;
- VI.** usarem recipientes apropriados para colocação do lixo.

Art. 129. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a aplicação de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO III DAS FEIRAS LIVRES

Art. 130. As feiras livres destinam-se a venda a varejo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade por preços acessíveis, evitando-se quanto possível os intermediários.

§ 1º. As feiras livres serão organizadas, orientadas e fiscalizadas pelo Município de Jaguaraiava.

§ 2º. São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras livres:

- I.** ocupar o local e área delimitada para seu comércio;
- II.** manter a higiene do seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e suas imediações;
- III.** somente colocar à venda gêneros em perfeitas condições para consumo;
- IV.** observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinar as normas competentes;
- V.** observar rigorosamente o início e término da feira livre;
- VI.** qualquer dano causado ao espaço público deverá ser reparado mediante fiscalização ao término do evento.

§ 3º. As feiras livres no Município de Jaguaraiava regem-se pela Lei Municipal nº 2.736/2018.

Art. 131. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a aplicação de multa a ser regulamentada por Lei específica.

SEÇÃO IV DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 132. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços obedecerão aos preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e condições de trabalho.

Art. 133. Quando fechadas, as farmácias deverão abrir à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

Art. 134. Os bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e similares, localizados em Zona Residencial constantes no Anexo II da Lei Municipal que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo, deverão encerrar suas atividades:

- I.** entre domingo e quinta-feira as 23h00min, sendo atividade incomoda a vizinhança necessitar a apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança;
- II.** nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados as 1h30min.

§ 1º. Os bailes e eventos especiais deverão encerrar suas atividades até no máximo as 4h00min.

§ 2º. O horário de funcionamento dos comércios descritos no caput deste artigo não dispensa a autorização específica prevista em Lei e as exigências de segurança e o respeito ao sossego público.

§ 3º. Será tolerada uma margem de 30 (trinta) minutos para a descocupação do estabelecimento nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 135. O descumprimento dos artigos contidos nesta seção acarretará a aplicação da penalidade de multa a ser regulamentada por Lei específica.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

SEÇÃO I DA EXPLORAÇÃO DE OLARIAS, PEDREIRAS E DEPÓSITOS DE AREIA E CASCALHO

Art. 136. A exploração de olarias, depósitos de areia e cascalho dependem de concessão de Alvará de Localização e Funcionamento pelo Município de Jaguaraiava, precedida de parecer do Departamento de Meio Ambiente Municipal e da manifestação dos órgãos públicos Estaduais e Federais competentes.

Art. 137. As licenças para exploração poderão determinar o prazo da validade do Alvará.

Art. 138. Ao conceder os Alvarás o Município de Jaguaraiava poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Art. 139. Os pedidos de prorrogação de autorização para a continuação da exploração serão feitos mediante requerimento e instruídos com o documento de autorização anteriormente concedido.

Art. 140. A pesquisa mineral compreende, entre outros, os seguintes trabalhos de campo e de laboratório: levantamentos geológicos pormenorizados da área a pesquisar, em escala conveniente, estudos dos afloramentos e suas correlações, levantamentos geofísicos e geoquímicos; aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral; amostragens sistemáticas; análises físicas e químicas das amostras e dos testemunhos de sondagens; ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial.



HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 003/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificada em 2º lugar, o Senhor **GEZIEL DE MATOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.245-5 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.189-03, para o cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE SAÚDE**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 004/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificada em 2º lugar, a Senhora **JOSELA DE MATOS**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.452-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXX.099-58, para o cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 005/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificada em 3º lugar, a Senhora **IUSILAN PATRICIA BUENO DA LUZ**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.701-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.779-32, para o cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 006/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificada em 1º lugar, a Senhora **ADELAINÉ APARECIDA IZIDORO ALVES**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.694-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.929-96, para o cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 007/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificada em 2º lugar, a Senhora **THAIZ VAZ**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.684-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.249-60, para o cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 008/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificando em 1º lugar, o Senhor **JONATHAN STEFANO CARDOSO GUILHERME**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.376 SESP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX.026-84, para o cargo de provimento efetivo de **FISIOTERAPEUTA**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 009/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificando em 2º lugar, o Senhor **IBAIAS ALVES DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.682-0 SESP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX.089-72, para o cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA HABILITAÇÃO C, D e E**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 010/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2661/2017,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO PEDAGÓGICO**, o Senhor **FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.135-4 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.809-00, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Azaleia, nº. 312 – Bairro: Jardim Samambaia, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo nos termos do Anexo II da Lei Municipal nº. 2661/2017.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO nº. 011/2019

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 1922/2009 e Lei Municipal nº. 2155/2010,

Considerando a edição do Decreto do Poder Executivo Federal nº. 9.661 de 01º de janeiro de 2019;

Considerando a projeção do Índice inflacionário de mercado apresentado já para o primeiro semestre do corrente ano;

Considerando a superação do salário mínimo anterior vigente;

Considerando a necessidade em readequar as verbas percebidas pelos Servidores e/ou Empregados Públicos Municipais receptores do Salário Mínimo vigente;

Considerando a conveniência e oportunidade, bem como a discricionariedade da decisão em conceder tal benesse a estes que nas premissas acima indicadas se enquadram.

DECRETA

Artigo 1º. A partir de 1º de fevereiro de 2019, o salário mínimo aplicado no Município de Jaguaraiava - PR será de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Parágrafo Único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 33,27 (trinta e três reais e vinte e sete centavos) e o valor horário, a R\$ 4,99 (quatro reais e nove centavos).

Artigo 2º. A senda deste reajuste aplicar-se-á inclusive aos adicionais de insalubridade calculados de forma cumulativa, fazendo-o da seguinte forma:

§1º. Adicional de insalubridade de 10% (dez por cento) passará para R\$ 99,80 (noventa e nove reais e oito centavos).

§2º. Adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) passará para R\$ 199,60 (cento e noventa e nove reais e sessenta centavos).

§3º. Adicional de insalubridade de 40% (quarenta por cento) passará para R\$ 399,20 (trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Artigo 3º. As despesas para atendimento do que dispõe este Decreto, correrão à conta de Dotações Orçamentárias específica para cada conta, já existente no orçamento vigente, suplementado se necessário.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município



DECRETO nº. 012/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 67, X e XI da Lei Orgânica do Município, Promulgada em 29 de novembro de 2002,

Considerando o art. 1º da Lei Municipal nº. 2586/15, que regulamenta a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente: "Fica instituída a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente - CADP - do Município de Jaguaraiava, responsável por apurar faltas funcionais e responsabilidades administrativas dos servidores públicos municipais e demais pessoas vinculadas e sujeitas ao regime funcional da administração, dentro dos princípios administrativos com a observância à Lei Municipal nº. 2155/2010, que rege o Processo Administrativo Disciplinar";

Considerando o art. 1º da Lei Municipal nº. 2586/15, que regulamenta a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente: "Fica instituída a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente - CADP - do Município de Jaguaraiava, responsável por apurar faltas funcionais e responsabilidades administrativas dos servidores públicos municipais e demais pessoas vinculadas e sujeitas ao regime funcional da administração, dentro dos princípios administrativos com a observância à Lei Municipal nº. 2155/2010, que rege o Processo Administrativo Disciplinar";

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº. 2586/15 que dispõe sobre a composição dos membros da Comissão Disciplinar Permanente: "Art. 2º - A Comissão Administrativa Disciplinar Permanente será constituída de 05 (cinco) membros, servidores efetivos e estáveis, dentre estes: I - 01 (um) presidente, que deverá ser ocupante de cargo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indicado; II - 01 (um) secretário; III - 03 (três) membros";

Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº. 2586/15, que concede ao Poder Executivo Municipal a nomeação por Decreto dos membros da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente os quais terão mandato de 01 (ano): "Art. 7º - A Comissão será nomeada através de Decreto do Poder Executivo Municipal";

Considerando a responsabilidade dos membros da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente em julgar seus pares de forma justa e imparcial, com vistas a observância dos princípios que pautam a Administração Pública Municipal, ou seja, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

Considerando que os membros da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente são escolhidos entre os servidores efetivos da Administração Pública Municipal, os quais devem possuir conduta proba e ilibada desde suas investiduras no cargo público;

Considerando o que dispõe o art. 5º da Lei Municipal nº. 2586/15, o qual trata da gratificação aos servidores componentes da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA para compor a **Comissão Administrativa Disciplinar Permanente - CADP** para o Exercício 2019, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº. 2586/2015, os seguintes membros:

Como Presidente, o senhor:

o **MATHEUS RISSATTO RIVOIRO**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.032-1 SESP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.768-30 e matrícula nº. 4181.

Como Secretária:

o **SILVANA APARECIDA LOPES VALENÇO KOJO**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Escriturária II, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.664-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.929-04 e matrícula nº. 012;

Como Membros os servidores:

o **LUCAS MADUREIRA FERREIRA**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.063-8 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.749-08 e matrícula nº. 3943;

o **VINICIUS WEIGERT**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo Fiscal de Tribunais, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. X.XXX.515-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.309-02 e matrícula nº. 1746;

o **JOSÉ SIDNEI LOZESKI FILHO**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Escriturário II, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.429-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.279-15 e matrícula nº. 267.

Artigo 2º. O mandato dos membros da CADP será válido por 01 (um) ano, nos termos do art. 2º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº. 2586/2015.

Artigo 3º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão remunerados nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº. 2586/2015.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em específico o Decreto nº. 005/2018, datado de 03 de janeiro de 2018.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 013/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, arts. 15 § 8º, 51 e parágrafos da Lei Federal nº. 8666/93,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA os senhores (as) **GIAN BRUNO CONCEIÇÃO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor de Departamento de Compras e Licitação, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.304-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.719-46; **MAURICIO FERNANDES**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor de Administração, Recursos Humanos e Serviços Gerais, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. X.XXX.809-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.339-15; **JULIANA OLIVO DE SALES**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Nutricionista, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.597-5 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.589-50; **ROGERIO FRACALLOSSI**, brasileiro, divorciado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.798-2 SESP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.399-78; **LUIZ CARLOS VEIGA BARBOSA**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade R.G. nº. XX.XXX. 479 SESP/PR e inscrito no CPF/MF nº. XXX.XXX.399-68, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, com o objetivo de analisarem todos os processos licitatórios, em todos as suas modalidades, que vierem a ser promovidos pelo Município de Jaguaraiava, com vigência para o Exercício de 2019.

Artigo 2º. No caso de procedimentos licitatórios na modalidade CONVITE, poderá, excepcionalmente, a Comissão de Licitação ser

substituída apenas pela servidora pública municipal **FERNANDA SOUZA**, brasileira, solteira, servidora com cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.499-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.779-61.

Artigo 3º. Competem aos membros da Comissão Permanente de Licitação, os procedimentos de abertura e julgamento dos processos licitatórios em todas as modalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 com suas alterações e na Lei Federal nº. 10.520/02, bem como nos procedimentos administrativos da administração direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação promovidos pela Prefeitura Municipal.

Artigo 4º. Servirá como Pregoeiro, na forma da Lei Federal nº. 10.520/02, nomeado através do Decreto nº. 034/2017 o senhor **ÉLIO ZUB JUNIOR**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Pregoeiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.707-5 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.499-77.

Artigo 5º. Servirão como membros da Comissão de Apoio, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, os seguintes servidores:

ANA CLAUDIA KRUL, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Engenheiro Civil, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.219-0 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.079-14;

RODOLFO GUERKE JUNIOR, brasileiro, solteiro, servido público municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor de Tecnologia e Informação, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.596-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.339-06;

ROSANE SCATOLIN MACHADO, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Professora Classe C, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. X.XXX.236-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.359-04;

MARCELO EGEA PEREIRA, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento Comissionado de Diretor de Desenvolvimento, Garagem e Oficina - SMIH, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. X.XXX.311-1 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.049-68;

DANIELLE ARAÚJO TESSARINI, brasileira, divorciada, servidora pública Municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.429-7 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.639-54.

Artigo 6º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse Público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 7º. Fica Revogado o Decreto nº. 006/2018, datado de 03 de janeiro de 2018.

Artigo 8º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 9º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 014/2019

SÚMULA: Dispõe sobre a representação do Município de Jaguaraiava junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Paraná e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, inciso I e artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA

Artigo 1º. Para a representação do Município de Jaguaraiava junto ao Departamento de Trânsito Estadual - DETRAN, será nomeado, através de Instrumento Público e com poderes específicos, o senhor **Alan Miranda**, brasileiro, solteiro, Advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. X.XXX.315-1 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.899-50.

Artigo 2º. Os poderes para representação, bem como o prazo de vigência, serão descritos no próprio Instrumento Público.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 015/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificado em 1º lugar, o Senhor **MAURICIO DE MELO SANTOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.341-5 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.239-20, para o cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA HABILITADO C, D e E**. Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique se. Registre se. Anote se.

Gabinete do Prefeito, 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 016/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2018, classificado em 3º lugar, o Senhor **ROGER LUIZ BUENO**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.216-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.249-20, para o cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA HABILITADO C, D e E**. Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretária Municipal de Saúde



SARH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 056 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2016, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 009/2016 para que no período de **09 a 18 de janeiro de 2019**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores

CARGO: MONITOR

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
20º	PAULA MULLER MAURICIO	1517	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES DEVIDO O MÃO COMPARECIMENTO DE JOSMAR SIEMATKOUSKI E DO NÃO COMPARECIMENTO DE JOAO FELIPE SANTOS DE ALMEIDA

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
38º (Cota para pessoas afro-brasileiras) Capítulo IV do Edital nº 001/2016	KARIN FANHA DE OLIVEIRA	1296	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
17º	PALOMA MARTINS JOSE OLIVEIRA	231	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SARH DEVIDO ENCONTRADA DE MIRIANE MARIA BROCA DA SILVA SARDINHA

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	SEBASTIAO ROSA DOS SANTOS	1469	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH
2º	JAMIL LOPES DE OLIVEIRA	2913	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH
3º	JULIO SERGIO DENKOWSKI	2894	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH
4º	VALDIR DE MIRANDA	2287	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, em 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 004
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2018, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 011/2018 para que no período de **09 a 18 de janeiro de 2019**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
6º	DENISE ALVES DE LIMA	678713	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE
7º	PERCI LABRES DA SILVA	680401	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH

CARGO: DOCUMENTAR ESCOLAR

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	BARBARA VICENTE COLTRI	680291	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE

CARGO: PROFESSOR

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	FRANCISCO MORENO DA SILVA NETTO	679040	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE
2º	LILIAN MARIA MULLER	679624	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE
3º	LUCIANA APARECIDA SANTOS BUENO LENART	679782	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE
4º	KEILA MARA BUENO DE ARAUJO	677618	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE
5º	TAYS DE SOUZA	678597	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE

CARGO: MÉDICO GENERALISTA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	JULIANE SANTOS KUBASKI	681288	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2º	TAMARA CUNHA VAZ	679764	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3º	NICOLAS BRANDALIZE MEDEIROS	680029	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: MÉDICO PEDIATRA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	ANNA CASSIA ESPINDOLA DURANTE	677936	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	MERE LILIAN DE ARAUJO	681039	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: MECÂNICO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	JOÃO VITOR GREGÓRIO SANTOS	680101	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH

CARGO: AGENTE DE SAÚDE

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
5º	PRISCILA RAMOS TEIXEIRA DE GÓVEIA	678519	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO DEPENDÊNCIA DE LUCAS OLIVEIRA DE GÓVEIA
6º	MATEUS VAZ MIRANDA	680739	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO PEDIDO DE FIM DE LISTA DE MAGALI PIVOVAR DOS SANTOS E DEPENDÊNCIA DE LEONARDO CABRAL REIGADA WICHERT

Prefeitura Municipal de Jaguaraiá, em 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 001
TESTE SELETIVO Nº 002/2018

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Teste Seletivo nº 002/2018, resolve:

CONVOCAR

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Teste Seletivo Municipal, homologado através do Edital de Homologação 09/2018, para que no período de **09 a 18 de janeiro de 2019**, apresentem cópias dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá:

- Carteira de Identidade – Original e Fotocópia;
- C.P.F. – Original e Fotocópia;
- Certidão de Nascimento ou Casamento – Original e Fotocópia;
- Cópia da CTPS (página foto, frente e verso e nº do PIS);
- Título de Eleitor – Original e Fotocópia;
- Certificado do grau de escolaridade, exigido para o cargo – Original e Fotocópia;
- Habilitação no órgão de classe – Original e Fotocópia;
- 01 uma Foto 3x4 recente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://seweb.proergs.com.br/verificadordweb/>

- Certidão de Quitação das obrigações eleitorais, expedida pelo Cartório Eleitoral;
- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para homens) – Original e Fotocópia;
- Comprovante de endereço atualizado para o local que atuarão;
- Cópia de certidão de nascimento dos filhos menores;
- Certidão de antecedentes criminais;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS ADÉLIA KOJO BALDINI

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	LADY PAMELA FRANCELLE ARNONE TEIXEIRA LUCAS	682901	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2º	MAGALI PIVOVAR DOS SANTOS	682900	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3º	MURIELLY CRISTINA BUDZAK	682599	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS DR. AMÉRICIO FAUSTINO DE CARVALHO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	CAROLINE ABREU DOS SANTOS	682062	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2º	ELESSANDRA DOROTEIA CATANO FERNANDES PEREIRA	682829	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3º	WAYNE FERNANDA DOS SANTOS	683172	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
4º	IRINEU PEREIRA CAMPOS RELEUTERIO	683260	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS DR. DOMINGOS CUNHA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	ANA LUCIA INOCENCIA LOPES	682910	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2º	ARIELI FARIAS DOS SANTOS DA SILVA	682906	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3º	THAMIA SAYURI DE OLIVEIRA	682598	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

Prefeitura Municipal de Jaguaraiá, em 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SMECE

PORTARIA Nº 001/2019 – SMECE

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGUNDO PERÍODO (REGIME DE JORNADA SUPLEMENTAR) PARA PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Jaguaraiá/PR Alcione Lemos, Decreto nº 003/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder segundo período (Regime de Jornada Suplementar) aos professores abaixo relacionados, com base no Edital 01/2018 – SMECE, art. 19 da Lei 1589/2004 e art.37 da Constituição Federal:

PROCESSO/ANO	DATA DO PROTOCOLO	PROFESSOR(A)	LOCAL SOLICITADO	LOCAL CONSIDERADO	PERÍODO	DEFERIMENTO
1359/2018	31/10/2018	ASTREY SOBRINHO FRISANCO	-	E.M. João de Mesquita Filho	Multifunção	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13513/2018	31/10/2018	CLAUDIA MARIA HAUS DE MIRANDA	E.M. João de Mesquita Filho e E.M. Cláudia A. Delgado e E.M. Antonio Francisco	E.M. João de Mesquita Filho	Multifunção	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13671/2018	06/11/2018	DILTON THIAGO VEIRA DE SOUZA	-	E.M. João de Mesquita Filho	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13538/2018	31/10/2018	EDILANE DE SOUZA	-	E.M. João de Mesquita Filho	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13654/2018	06/11/2018	EVELYNE MANGABEIRAS DUARTE	-	E.M. João de Mesquita Filho	Multifunção	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13649/2018	12/11/2018	GILBERTO RODRIGUES	-	E.M. Rural Profª Catininha de Moura Jorge Melo	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13541/2018	31/10/2018	ISABEL ALVES DE SOUZA	E.M. João de Mesquita Filho	E.M. João de Mesquita Filho	Multifunção	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13655/2018	06/11/2018	JOSÉ MARIA DOS SANTOS MIRANDA	E.M. João de Mesquita Filho	E.M. João de Mesquita Filho	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13699/2018	01/11/2018	LETICIA CRUZ OLIVEIRA	-	E.M. Dalva de Assis Dalva	Multifunção	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13767/2018	07/11/2018	MARCIA REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	E.M. Profª Catininha de Moura Jorge Melo	E.M. Profª Catininha de Moura Jorge Melo	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13987/2018	01/11/2018	MARIA ELIZABETE FERNANDES	-	E.M. João de Mesquita Filho	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13482/2018	31/10/2018	MAURICIO MORAES CAMARGO	Departamento de Esportes e Recreação	Departamento de Esportes e Recreação	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13487/2018	31/10/2018	ROSEMIRE MIRANDA	Departamento de Esportes e Recreação	Departamento de Esportes e Recreação	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13566/2018	01/11/2018	SHIRLEY MANOEL	-	E.M. Dalva de Assis Dalva	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13511/2018	31/10/2018	THABATA SALDANHA	-	E.M. Dalva de Assis Dalva	Vespertino	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE

Art. 2º – Ficam indeferidas as solicitações das servidoras abaixo relacionadas, com base no Edital 01/2018 – SMECE, art. 19 da Lei 1589/2004 e art.37 da Constituição Federal:

PROCESSO/ANO	DATA DO PROTOCOLO	PROFESSOR(A)	LOCAL SOLICITADO	INDEFERIMENTO
13512/2018	31/10/2018	ADRIANA FÉLIX DA SILVA	E.M. Dalva A. Delgado e E.M. Antonio Francisco	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13486/2018	31/10/2018	ARIANE VIEIRA	Departamento de Esportes e Recreação	Não atendeu ao item 2.3 "b" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13672/2018	06/11/2018	DALVA MARA ALVES MACIEL	-	Não atendeu ao item 2.3 "b" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13605/2018	01/11/2018	FABIELE CORREA DOS SANTOS	-	Não atendeu ao item 2.3 "b" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13620/2018	06/11/2018	JANETE DE JESUS PAES DOS SANTOS	-	Não atendeu ao item 2.3 "b" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13608/2018	01/11/2018	MARCIA MARIA DA LUZ SILVA	-	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE
13603/2018	12/11/2018	SILVANA RODRIGUES BISCAIA DE OLIVEIRA	-	Não atendeu ao item 2.3 "a" do Edital nº 01/2018 – SMECE

Art. 3º – Durante o ano letivo de 2019 poderá ser concedido segundo período (Regime de Jornada Suplementar) às requerentes dos protocolos nºs: 13483/2018, 13490/2018, 13525/2018, 13535/2018, 13536/2018, 13540/2018, 13546/2018, 13796/2018, 13871/2018, 14000/2018, 14048/2018, 14064/2018, 14091/2018, 14092/2018 e 14203/2018, bem como para professores não constantes nesta

portaria, conforme demanda de servidores no quadro do magistério e interesse dos mesmos, desde que atendido a Lei 1589/2004 e art.37 da Constituição Federal.

Art. 4º – Os professores que tiveram suas solicitações deferidas passarão a responsabilizar-se pela regência da turma conferida pelo chefe imediato da respectiva escola, a partir de 01/02/2019, bem como serão remunerados a partir dessa data.

Art. 5º – A vigência do segundo período (Regime de Jornada Suplementar) será com base no item 4.1 do Edital 01/2018 – SMECE e § 3º, artigo 19 da Lei 1589/2004.

Art. 6º – Os requerimentos quanto ao indeferimento da solicitação serão encaminhados para o requerente através do Protocolo Geral, a partir da data da publicação desta portaria.

Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º – Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguaraiá, 08 de janeiro de 2019.

ALCIONE LEMOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 002/2019 – SMECE

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REMOÇÃO INTERNA DOS SERVIDORES LOTADOS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Jaguaraiá/PR Alcione Lemos, nomeada através do Decreto nº 003 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Remover os servidores abaixo relacionados, com base no Edital nº 02/2018 – SMECE:

Processo	Nome do Servidor	Data de Admissão	Cargo	Local de Trabalho	Local para Remoção	Deferimento
13532/2018	JANAINA FÉLIX DA SILVA	26/01/2016	Analista de Serviço Social	E.M. Luis Viana	CEMEI Dr. Sertão	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
14048/2018	MARIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS	01/09/1986	Professora	E.M. Isabel Branco	E.M. Carlos Camargo	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
13890/2018	VERIZENIA DE JESUS DE SOUZA	04/02/1986	Professora	E.M. José Paulo Cato	E.M. Maria do Lourdes Oliveira	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
14151/2018	VALDIR CARMONA MACEDO	04/02/2013	Professor	E.M. Profª Ana Carolina	E.M. Dalva de Assis Dalva	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
13890/2018	VERA DELGADO DE MEIRA	01/06/1982	Professora	E.M. Elza Batista	E.M. Dalva de Assis Dalva	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE

Art. 2º – Ficam indeferidas as remoções dos servidores abaixo relacionados, com base no Edital nº 02/2018 – SMECE:

Processo	Data do Protocolo	Nome do Servidor	Data de Admissão	Cargo	Local de Trabalho	Local para Remoção	Indeferimento
1359/2018	01/11/2018	ADRIANE DA SILVA SANTOS	13/04/1986	Professora	E.M. Dalva de Assis Dalva	E.M. Antonio Francisco e E.M. Maria do Lourdes Oliveira	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
14152/2018	14/11/2018	GLAUCIE DE OLIVEIRA RODRIGUES	16/05/2014	Analista de Serviço Social	E.M. João de Mesquita Filho	CEMEI Prof. Neres	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
14089/2018	13/11/2018	ELISABETE MACEDO DE SILVA	14/03/1985	Professora	E.M. Isabel Branco	E.M. Valquíria Carmo Neres de Silva	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
14089/2018	13/11/2018	JANAINA REGINA LUTERIO RAMO	18/04/2016	Professora	E.M. João de Mesquita Filho	E.M. Valquíria Carmo Neres de Silva	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
13871/2018	01/11/2018	LEONIE RIANA RICALONZI DE PAIVA	18/04/2015	Coordenadora Técnica	E.M. Elza Batista	E.M. Profª Flávia Colares	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
13550/2018	06/11/2018	SUELI FÉLIX RIBEIRO	19/04/2016	Professora	E.M. João de Mesquita Filho	E.M. Maria do Lourdes Oliveira	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE
13760/2018	01/11/2018	VALQUIRIA ROSENI NUNES DOS SANTOS	13/04/2013	Professora	E.M. Isabel Branco	E.M. Elza Batista	Não atendeu ao item 4.1 do Edital nº 02/2018 – SMECE

Art. 3º – Os servidores que tiveram suas solicitações deferidas passarão a integrar o quadro de servidores da instituição requerida a partir de janeiro de 2019.

Art. 4º – Fica vedada a remoção a pedido aos servidores que foram contemplados através desta Portaria, nos próximos dois anos.

Art. 5º – Os requerimentos quanto ao deferimento/indeferimento da solicitação serão encaminhados para o requerente através do Protocolo Geral, a partir de 09/01/2019.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguaraiá, 08 de janeiro de 2019.

ALCIONE LEMOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SEFIN

DEPARTAMENTO DE COMPANHIA E LICITAÇÕES

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 45/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 63/2018

ATA DE SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO

Objeto: Seleção de Associação/Cooperativa de catadores de materiais recicláveis apta a realizar a coleta seletiva dos resíduos secos produzidos.

As vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezeto, às nove horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal com sede na Praça Isabel Branco, nº 142, presentes os membros da Comissão de Seleção de Propostas do Chamamento Público, as Sras. Fernanda Souza e Camila Rios de Moura, sob presidência do Sr. Wellington Vitorino Fêz, instaurou-se a sessão de abertura do procedimento em epígrafe. A comissão atendeu a apresentação de proposta pela seguinte entidade: ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES E PROTEÇÃO AMBIENTAL DO NORTE PIONEIRO – AMPANOR. De acordo com o que consta no edital, a Comissão recebeu e envelope da entidade interessada à execução do Plano de Trabalho objeto do presente Chamamento Público, sendo que no envelope único submetido a exame para o momento, estava guardada a Proposta, sendo que a instituição está em condições de ser classificada nesta fase.

Nada mais havendo a ser considerado, encerrou o presente ato, cuja ata, cuja Sr. Fernanda Souza, leu e assina juntamente com os demais membros da Comissão de Seleção de Propostas do Chamamento Público.

Wellington Vitorino Fêz
PRESIDENTE

Fernanda Souza
SECRETARIA

Camila Rios de Moura
MEMBRO



SAMAE

REPUBLIÇÃO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁVA
CONTRATADA: PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLOGICAS LTDA
CNPJ Nº 02.785.312/0001-11
OBJETO: contratação de empresa fornecedora de materiais, equipamentos e serviços de instalação para o funcionamento de 01 (um) poço artesiano, com profundidade de 76 (setenta e oito) metros, no Bairro Espigão Alto, localizado a 33km de Jaguaraiava/PR.

VALOR GLOBAL: R\$ 16.850,00 (dezesseis mil oitocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 01 de Dezembro de 2018 a 17 de Junho de 2019
DOTAÇÃO: 30.01.2.102.3.3.90.39.00

JAGUARAIÁVA, EM 17/12/2018

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE

REPUBLIÇÃO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADA: GESTTI- GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP
CNPJ Nº 14.393.106/0001-07

OBJETO: contratação de empresa para locação mensal de 07 coletor de dados e 07 impressoras, equipamentos específicos para o processo de leitura com emissão simultânea das contas de água e esgoto, conforme descrição do termo de referência.

VALOR GLOBAL: R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais).
VIGÊNCIA: 02 de Janeiro de 2019 a 01 de Janeiro de 2020
DOTAÇÃO: 30.01.2.101.3.3.90.39.00

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do referido Contrato.
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65, §1º, da Lei de Licitações.
JAGUARAIÁVA, EM 02/01/2019.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁVA
CONTRATADA: TECTEMA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - ME
CNPJ Nº 18.919.918/0001-02

OBJETO: Fica acrescentados 25% sobre o valor do contrato 014/2018, contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de Tomo, Solda e Usinagem de peças, pelo período de 12 meses.

VALOR: R\$ 5.700,00
VIGÊNCIA: 12 de Março 2018 a 11 de Março de 2019.
DOTAÇÃO: 30.02.2102.3.3.90.39.00.00

JAGUARAIÁVA, EM 07/01/2019

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁVA
CONTRATADA: DALMA JUNIOR FURQUIM DA SILVA - ME
CNPJ Nº 17.328.403/0001-28

OBJETO: Fica acrescentados 25% sobre o valor do contrato 017/2018, contratação de empresa especializada para eventual prestação de Serviços de assentamento de paralelepípedos, pedreiro irregular, meio fio e conserto de calçadas, pelo período de 12 meses.

VALOR: R\$ 4.500,00
VIGÊNCIA: 19 de Março 2018 a 18 de Março de 2019.
DOTAÇÃO: 30.02.2102.3.3.90.39.00.00

JAGUARAIÁVA, EM 07/01/2019

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 001/2019

1) Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FIRMAREM CONTRATO ADMINISTRATIVO COM O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁVA/PR, COM A FINALIDADE DE ARRECADADAÇÃO DAS FATURAS MENSIS DECORRENTES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO.

2) Período: 07/01/2019 até 07/02/2019

3) Local: Rua Porto Velho, 140, Jaguaraiava, Paraná

4) Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguaraiava/PR, telefone (43) 3535-1579/3535-9219.

Jaguaraiava, 07 de Janeiro de 2019.

Nei Aparecido Camilo
Pregoeiro do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
VIGÊNCIA 12 MESES - ASSINATURA Data 21/12/2018

Consideram-se registrados os preços relacionados destas:

MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J 04.151.335/0001-61; MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J 06.334.086/0001-75; POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J 25.191.399/0001-66; SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J 08.164.724/0001-82 e COMERCIAL VOIGT EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J 10.897.089/0001-94.

LOTE 01 COTA PRINCIPAL

ITEM	QUANT.	UN	OBJETO	MARCA	VL.R. UNIT.	VL.R. TOTAL	EMPRESA
01	3.000	PC	ADAPTADOR CURTO LR PVC 20 MM X 1/2"	MULTITUT	R\$ 0,17	R\$ 510,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
02	1.500	PC	ADAPTADOR LR PVC 25 MM X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,20	R\$ 300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
03	150	PC	ADAPTADOR LR PVC 32 MM X 1/2"	MULTITUT	R\$ 0,69	R\$ 103,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
04	30	PC	ADAPTADOR PVC LR 50 X 1 1/2"	MULTITUT	R\$ 1,59	R\$ 47,70	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
05	30	PC	ADAPTADOR PVC LR 45 X 1 1/4"	MULTITUT	R\$ 1,74	R\$ 52,20	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
06	30	PC	ADAPTADOR PVC LR 60 X 2"	PLASTITUT	R\$ 3,30	R\$ 99,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
07	30	PC	ADAPTADOR PVC LR 75 X 2 1/2"	CORAPLASTIK	R\$ 7,49	R\$ 224,70	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
08	600	PC	ADAPTADOR 100 MM BOLSA PVC BRANCO PONTA PARA OCRE 100 MM	MULTIFORTE	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
09	600	PC	ADAPTADOR 100 MM PONTA BOLSA OCRE PARA PVC ESG. BRANCO 100 MM	HIFERSEANE	R\$ 3,50	R\$ 2.100,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
10	3.000	PC	ADAPTADOR LR SEM REGISTRO EM PVC PARA TUBO PEAD, COM UMA BOLSA PARA INTERLIGAÇÃO POR COMPRESSÃO ATRAVÉS DE GARRAS AO TUBO DE PEAD OU RAMAL, PREDAL, E UMA EXTREMIDADE MACHO COM ROSCA BSP. 20 MM X 1/2"	HIFERSEANE	R\$ 1,20	R\$ 3.600,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
11	1.125	PC	ADERSIVO PLÁSTICO EM BARRAS DE 75 GR	PIRAXIX	R\$ 2,19	R\$ 2.463,75	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
12	3.000	PC	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 25 MM X 20 MM SOLDÁVEL	MULTITUT	R\$ 0,16	R\$ 480,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
13	225	PC	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 32 MM X 25 MM SOLDÁVEL	PLASTITUT	R\$ 0,30	R\$ 67,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
14	225	PC	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 40 MM X 32 MM SOLDÁVEL	PLASTITUT	R\$ 0,60	R\$ 135,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
15	150	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 20 MM	MULTITUT	R\$ 0,27	R\$ 40,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
16	150	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 25 MM	MULTITUT	R\$ 0,41	R\$ 61,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
17	75	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 32 MM	MULTITUT	R\$ 0,67	R\$ 50,25	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
18	75	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 40 MM	PLASTITUT	R\$ 1,30	R\$ 97,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
19	75	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 50 MM	MULTITUT	R\$ 2,09	R\$ 156,75	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
20	75	PC	CAP. SOLDÁVEL PVC 60 MM	PLASTITUT	R\$ 3,65	R\$ 273,75	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
21	2.250	PC	"CONJUNTO EXTREMIDADE COMPLETA EM PP (NBR 9790) OU PVC (NBR 8154) PARA HORMETROS UNJATO 1/2" COMPOSTO DE: TUBOS PC (TUBETE/ARRUELA/ANEL) NORMA. NBR 8193 E NBR 8154 MATERIAL: BORRACHA NITRILICA NORMA. ASTM D 1335	HIFERSEANE	R\$ 1,48	R\$ 3.330,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
22	375	PC	"CONJUNTO EXTREMIDADE COMPLETA EM PP (NBR 9790) OU PVC (NBR 8154) PARA HORMETROS UNJATO 3/4" COMPOSTO DE: TUBOS PC (TUBETE/ARRUELA/ANEL) NORMA. NBR 8193 E NBR 8154 MATERIAL: BORRACHA NITRILICA NORMA. ASTM D 1335	SAP	R\$ 1,84	R\$ 690,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
23	30	PC	CURVA JE 45° 100 MM NUNETA OCRE ESGOTO	CHIVA	R\$ 8,70	R\$ 261,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
24	300	PC	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1. 40 MM X 1/2"	AMANCO	R\$ 2,89	R\$ 867,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
25	300	PC	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1. 40 MM X 1/2"	AMANCO	R\$ 2,88	R\$ 864,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
26	75	PC	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1. 50 MM X 1/2"	KRONA	R\$ 3,00	R\$ 225,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
27	75	PC	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1. 60 MM X 1/2"	KRONA	R\$ 3,50	R\$ 262,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
28	3	PC	CURVA PVC PBA 200 MM 22°	C&M	R\$ 240,00	R\$ 720,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
29	3	PC	CURVA PVC PBA 200 MM 90°	C&M	R\$ 300,00	R\$ 900,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
30	2.250	UN	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 METROS. VEDANTE NÃO SINTETIZADA, À BASE DE NEUMA DE P.T.E. E POLIETILENO/HDPE	MULTITUT	R\$ 3,00	R\$ 6.750,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
31	225	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 100 MM	PLASTITUT	R\$ 3,59	R\$ 807,75	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
32	225	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 40 MM	PLASTITUT	R\$ 0,70	R\$ 157,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
33	225	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 50 MM	PLASTITUT	R\$ 1,80	R\$ 405,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
34	750	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 100 MM	PLASTITUT	R\$ 1,95	R\$ 1.462,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
35	225	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 40 MM	PLASTITUT	R\$ 0,40	R\$ 90,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
36	225	PC	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 50 MM	PLASTITUT	R\$ 0,90	R\$ 202,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
37	2.250	PC	JOELHO PVC 90° SOLDÁVEL, E COM ROSCA 20 X 1/2" LR	PLASTITUT	R\$ 0,55	R\$ 1.237,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
38	2.250	PC	JOELHO PVC 90° SOLDÁVEL, E COM ROSCA 25 X 1/2" LR	PLASTITUT	R\$ 0,65	R\$ 1.462,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
39	1.500	PC	JOELHO PVC REDUÇÃO 1/2" X 1/2" NBR 5648	HIFERSEANE	R\$ 0,94	R\$ 1.410,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
40	1.500	PC	JOELHO PVC ROSCA 1/2" NBR 5648	HIFERSEANE	R\$ 0,60	R\$ 900,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
41	450	PC	JOELHO PVC ROSCA 1/2" NBR 5648	PLASTITUT	R\$ 0,45	R\$ 202,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
42	2.250	PC	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 20 MM NBR 5648	PLASTITUT	R\$ 0,15	R\$ 337,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
43	750	PC	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 25 MM NBR 5648	PLASTITUT	R\$ 0,18	R\$ 135,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
44	225	PC	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 32 MM CL 15	PLASTITUT	R\$ 0,80	R\$ 180,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
45	225	PC	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 40 MM CL 15	PLASTITUT	R\$ 1,90	R\$ 427,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
46	225	PC	JOELHO PVC SOLDÁVEL, 50 MM CL 15	PLASTITUT	R\$ 1,40	R\$ 315,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
47	1.500	PC	JOELHO LR PVC DE 20 MM X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,50	R\$ 750,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
48	375	PC	JOELHO LR PVC DE 25 MM X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,65	R\$ 243,75	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
49	225	PC	JOELHO LR PVC DE 25 MM X 3/4"	HIFERSEANE	R\$ 0,84	R\$ 189,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
50	150	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 25 MM COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 2,00	R\$ 300,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
51	15	PC	LUA DE CORRER DEPOFO AZUL, DN 150 COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 30,00	R\$ 450,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
52	15	PC	LUA DE CORRER DEPOFO DN 250 MM COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
53	15	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 140 MM COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 40,00	R\$ 600,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
54	15	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 160 MM COM ANEL	C&M	R\$ 48,00	R\$ 720,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
55	450	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 20 MM COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 2,00	R\$ 900,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
56	99	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 250 MM COM ANEL	C&M	R\$ 84,00	R\$ 8.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
57	75	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 50 MM COM ANEL	PLASTITUT	R\$ 6,40	R\$ 480,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
58	150	PC	LUA DE CORRER PVC PBA 60 MM COM ANEL	HIFERSEANE	R\$ 5,00	R\$ 750,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
59	30	PC	LUA DE CORRER OCRE 100 MM COM ANEL	SANETIL	R\$ 4,00	R\$ 120,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
60	30	PC	LUA DE CORRER OCRE 150 MM COM ANEL	C&M	R\$ 8,00	R\$ 240,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
61	30	PC	LUA DE CORRER VINILFER DEPOFO 100 MM COM ANEL	C&M	R\$ 12,00	R\$ 360,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
62	1.125	PC	LUA DE REDUÇÃO LR PVC 25 X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,50	R\$ 562,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
63	2.250	PC	LUA LR PVC 20 MM X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,41	R\$ 922,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
64	1.500	PC	LUA LR PVC 25 MM X 1/2"	PLASTITUT	R\$ 0,46	R\$ 690,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
65	75	PC	LUA LR PVC 32 X 1/2"	MULTITUT	R\$ 1,39	R\$ 104,25	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
66	1.500	PC	LUA PVC ROSCA 1/2"	HIFERSEANE	R\$ 0,39	R\$ 585,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
67	750	PC	LUA PVC SOLDÁVEL 20 MM	MULTITUT	R\$ 0,18	R\$ 135,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
68	750	PC	LUA PVC SOLDÁVEL 25 MM	PLASTITUT	R\$ 0,20	R\$ 150,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
69	375	UN	LAMINA DE SERRA BARRIGADA, INDIVIDUAL DURANTE O USO E À PROVA DE ESTUFAMENTO, 0,300 X 13 X 6 E 60 D DENTES	NICHOLSON	R\$ 4,50	R\$ 1.687,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
70	750	UN	KIT CAVALETE PADRÃO 1/2"	HIFERSEANE	R\$ 23,95	R\$ 17.962,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
71	150	RL	MANGUEIRA PEAD (TUBO) POLIETILENO 20 MM (RL 100 MTS) NORMALIZADO PELA NBR 847 PARA PRESSÕES DE TRABALHO DE ATÉ 1 MPa (10 KGf/cm² - 100 MCA) PE 80	POLITEJO	R\$ 224,00	R\$ 33.600,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
72	30	RL	MANGUEIRA PEAD (TUBO) POLIETILENO 32 MM (RL 100 MTS) NORMALIZADO PELA NBR 847 PARA PRESSÕES DE TRABALHO DE ATÉ 1 MPa (10 KGf/cm² - 100 MCA) PE 80	AMANCO	R\$ 540,00	R\$ 16.200,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
73	2.250	PC	REGISTRO EM PVC CONFORME NBR 11536, COM AS DUAS EXTREMIDADES COM ROSCA MACHO BSP 1/2" - 1, COM VEDAÇÃO ATRAVÉS DE BORRACHA NITRILICA E ACOINAMENTO POR BORBOLETA, PN 16 - 1/2"	HIFERSEANE	R\$ 3,48	R\$ 7.830,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



74	750	PÇ	REGISTRO EM PVC, CONFORME NBR 11306, COM AS DUAS EXTREMIDADES COM ROSCA MACHO BSP ISO-7-1, COM VEDAÇÃO ATRAVÉS DE BORRACHA NITRILICA E ACIONAMENTO POR BORBOLETA, PN 16 - 3/4"	HIFERSANE	R\$ 3,48	R\$ 2.610,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
75	30	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL COM FECHO BORBOLETA DE 32 MM	VIQUA	R\$ 6,50	R\$ 195,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
76	30	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL COM FECHO BORBOLETA DE 40 MM	FORTTE	R\$ 8,70	R\$ 261,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
77	30	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL COM FECHO BORBOLETA DE 50 MM	FORTTE	R\$ 9,45	R\$ 283,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
78	30	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL COM FECHO BORBOLETA DE 60 MM	VIQUA	R\$ 17,00	R\$ 510,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
79	06	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 1" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 30,00	R\$ 180,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
80	06	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 1 1/2" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 50,00	R\$ 300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
81	06	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 2" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 90,00	R\$ 540,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
82	06	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 2 1/2" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 180,00	R\$ 1.080,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
83	03	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 125	INAPI	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
84	03	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 140	INAPI	R\$ 1.100,00	R\$ 3.300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
85	03	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 250	AVK	R\$ 2.400,00	R\$ 7.200,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
86	03	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 300	AVK	R\$ 4.100,00	R\$ 12.300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
87	75	PÇ	REDUÇÃO 100 X 75 MM PARA TUBO DE ESGOTO BRANCO	PLASTILIT	R\$ 3,50	R\$ 262,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
88	750	PÇ	SELIM COM TRAVA 150 X 150 COMPLETO CONF NBR 7362-1	CORR PLASTIK	R\$ 8,00	R\$ 6.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
89	90	UN	TAMPÃO EM FERRO FUNDIDO NODULAR CLASSE D 400, DIÂMETRO DE 600 MM COM SUPERFÍCIE DE CONTATO (TAMPA/ARO) USINADOS, OBEDECENDO A NORMA ABNT NBR 10.160/2.005	VOIGT	R\$ 298,00	R\$ 26.820,00	COMERCIAL VOIGT EIRELI - EPP
90	375	UN	TAMPÃO PARA TIL DE ESGOTO DN 100 MM	C&M	R\$ 8,00	R\$ 3.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
91	750	PÇ	TE ROSCÁVEL 1/2" (BRANCO)	PLASTILIT	R\$ 0,80	R\$ 600,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
92	300	PÇ	TÉ PEAD P / TUBO PEAD 1/2"	IPAL	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
93	750	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 20 MM	MULTILIT	R\$ 0,29	R\$ 217,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
94	300	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 25 MM	PLASTILIT	R\$ 0,35	R\$ 105,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
95	150	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 32 MM	PLASTILIT	R\$ 1,20	R\$ 180,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
96	150	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 40 MM	PLASTILIT	R\$ 2,50	R\$ 375,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
97	75	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 50 MM	MULTILIT	R\$ 2,70	R\$ 202,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
98	30	PÇ	TÉ PVC SOLDÁVEL 60 MM	PLASTILIT	R\$ 9,35	R\$ 280,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
99	300	PÇ	TE PVC ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
100	75	PÇ	TE PVC ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	R\$ 1,00	R\$ 75,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
101	750	PÇ	TIL DE LIGAÇÃO DE ESGOTO PREDIAL COMPLETO BBB JEI 100 MM COM ADAPTADOR E COM TAMPÃO COMPLETO	PRECONVC	R\$ 17,50	R\$ 13.125,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
102	2.250	PÇ	TUBETE SEGO DE 1/2" PARA CORTE DE ÁGUA	PERPLAST	R\$ 1,00	R\$ 2.250,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
103	300	PÇ	TUBETE SEGO DE 1/2" PARA CORTE DE ÁGUA	PERPLAST	R\$ 1,00	R\$ 300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
104	450	BR	TUBO DE ESGOTO 100 MM BRANCO PONTA/BOLSA COM ANEL DE VEDAÇÃO	PLASTILIT	R\$ 34,00	R\$ 15.300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
105	150	BR	TUBO DE ESGOTO 40 MM BRANCO PONTA/BOLSA COM ANEL DE VEDAÇÃO	PLASTILIT	R\$ 13,00	R\$ 1.950,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
106	45	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 150 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 300,00	R\$ 13.500,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
107	30	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 200 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 500,00	R\$ 15.900,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
108	195	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 250 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 780,00	R\$ 152.100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
109	06	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 300 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
110	450	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 100 JE COR OCRE PARA ESGOTO COM ANEL - NBR 7362 DA ABNT	CORR PLASTIK	R\$ 54,00	R\$ 24.300,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
111	600	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 150 JE COR OCRE PARA ESGOTO COM ANEL - NBR 7362 DA ABNT	PLASTILIT	R\$ 120,00	R\$ 72.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
112	160	BR	TUBO PVC P.B.A DN 100 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILIT	R\$ 140,00	R\$ 22.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
113	30	BR	TUBO PVC P.B.A DN 140 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILIT	R\$ 580,00	R\$ 17.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
114	30	BR	TUBO PVC P.B.A DN 150 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILIT	R\$ 680,00	R\$ 20.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



115	750	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 20 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 8,00	R\$ 6.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
116	450	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 25 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 9,00	R\$ 4.050,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
117	450	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 32 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 16,90	R\$ 7.605,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
118	1.500	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 40 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 19,00	R\$ 28.500,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
119	450	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 50 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 36,90	R\$ 16.605,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
120	600	BR	TUBO PVC SOLDÁVEL 6,3 PN 750 KPA DE 60 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648.	PLASTILIT	R\$ 49,80	R\$ 29.880,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
121	2.250	PÇ	UNIÃO LL EM PVC PARA TUBO PEAD, COM DUAS BOLSAS JUNTA MECÂNICA POR COMPRESSÃO PARA INTERLIGAÇÃO ATRAVÉS DE GARRAS DE TUBO DE PEAD OU RAMAL PREDIAL. BITOLA DE 20MM	HIFERSANE	R\$ 1,60	R\$ 3.600,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
122	75	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE ESGOTO DE 100 MM	KRONA	R\$ 50,00	R\$ 3.750,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
123	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 100 MM	IVALVULAS	R\$ 390,00	R\$ 1.170,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
124	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 150 MM	IVALVULAS	R\$ 750,00	R\$ 2.250,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
125	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 250 MM	MP	R\$ 1.850,00	R\$ 5.550,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
126	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 300 MM	IVALVULAS	R\$ 2.490,00	R\$ 7.470,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
127	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1"	DOCOL	R\$ 75,00	R\$ 225,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
128	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1 1/2"	DOCOL	R\$ 130,00	R\$ 390,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
129	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1 1/2"	DOCOL	R\$ 120,00	R\$ 360,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
130	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G 2"	DOCOL	R\$ 180,00	R\$ 540,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
131	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1"	DOCOL	R\$ 40,00	R\$ 120,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
132	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1 1/2"	DOCOL	R\$ 78,00	R\$ 234,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
133	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1 1/2"	DOCOL	R\$ 68,00	R\$ 204,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
134	03	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 2"	DOCOL	R\$ 100,00	R\$ 300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

LOTE 02 COTA RESERVA 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP

ITEM	QUANT.	UN	OBJETO	MARCA	VLR. UNT.	VLR. TOTAL	EMPRESA
01	1.000	PÇ	ADAPTADOR CURTO LR PVC 20 MM X 1/2"	MULTILIT	R\$ 0,17	R\$ 170,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
02	500	PÇ	ADAPTADOR LR PVC 25 MM X 1/2"	PLASTILIT	R\$ 0,20	R\$ 100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
03	50	PÇ	ADAPTADOR LR PVC 32 MM X 1"	MULTILIT	R\$ 0,69	R\$ 34,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
04	10	PÇ	ADAPTADOR PVC LR 50 X 1 1/2"	MULTILIT	R\$ 1,59	R\$ 15,90	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
05	10	PÇ	ADAPTADOR PVC LR 40 X 1 1/4"	MULTILIT	R\$ 1,74	R\$ 17,40	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
06	10	PÇ	ADAPTADOR PVC LR 60 X 2"	PLASTILIT	R\$ 3,30	R\$ 33,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
07	10	PÇ	ADAPTADOR PVC LR 75 X 2 1/2"	CORRPLASTIK	R\$ 7,49	R\$ 74,90	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
08	200	PÇ	ADAPTADOR 100 MM BOLSA PVC BRANCO PONTA PARA OCRE 100 MM	MULTIFORTE	R\$ 2,90	R\$ 580,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
09	200	PÇ	ADAPTADOR 100 MM PONTA BOLSA OCRE PARA PVC ESG. BRANCO 100 MM	HIFERSANE	R\$ 3,50	R\$ 700,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
10	1.000	PÇ	ADAPTADOR LR SEM REGISTRO EM PVC PARA TUBO PEAD, COM UMA BOLSA PARA INTERLIGAÇÃO POR COMPRESSÃO ATRAVÉS DE GARRAS AO TUBO DE PEAD OU RAMAL PREDIAL, E UMA EXTREMIDADE MACHO COM ROSCA BSP. 20 MM X 1/2"	HIFERSANE	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
11	375	PÇ	ADESIVO PLÁSTICO EM BISNAGAS DE 75 GR	PISAFIX	R\$ 2,19	R\$ 821,25	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
12	1.000	PÇ	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 25 MM X 20 MM SOLDÁVEL	MULTILIT	R\$ 0,16	R\$ 1.600,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
13	75	PÇ	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 32 MM X 25 MM SOLDÁVEL	PLASTILIT	R\$ 0,30	R\$ 22,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
14	75	PÇ	BUCHA DE REDUÇÃO PVC 40 MM X 32 MM SOLDÁVEL	PLASTILIT	R\$ 0,60	R\$ 45,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
15	50	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 20 MM	MULTILIT	R\$ 0,27	R\$ 13,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
16	50	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 25 MM	MULTILIT	R\$ 0,41	R\$ 20,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
17	25	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 32 MM	MULTILIT	R\$ 0,67	R\$ 16,75	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
18	25	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 40 MM	PLASTILIT	R\$ 1,30	R\$ 32,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
19	25	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 50 MM	MULTILIT	R\$ 2,09	R\$ 52,25	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
20	25	PÇ	CAP SOLDÁVEL PVC 60 MM	PLASTILIT	R\$ 3,65	R\$ 91,25	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



21	750	PÇ	*CONJUNTO EXTREMIDADE COMPLETA EM PP (NBR 9798) OU PVC (NBR 8194) PARA HIDRÔMETROS UNIJATO 1/2", COMPOSTO DE: TRÊS PC (TUBETE/ARRUELA/ANEL) NORMA: NBR 8193 E NBR 8194 MATERIAL: BORRACHA NITRILICA NORMA: ASTM D 1330	HIFERSANE	R\$ 1,48	R\$ 1.100,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
22	125	PÇ	*CONJUNTO EXTREMIDADE COMPLETA EM PP (NBR 9798) OU PVC (NBR 8194) PARA HIDRÔMETROS UNIJATO 3/4", COMPOSTO DE: TRÊS PC (TUBETE/ARRUELA/ANEL) NORMA: NBR 8193 E NBR 8194 MATERIAL: BORRACHA NITRILICA NORMA: ASTM D 1330	SAF	R\$ 1,84	R\$ 230,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
23	10	PÇ	CURVA JE 45° 100 MM INJETADA OCRE ESGOTO	CHIVA	R\$ 8,70	R\$ 87,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
24	100	PÇ	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1 32 MM X 1/2"	AMANCO	R\$ 2,89	R\$ 289,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
25	100	PÇ	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1 40 MM X 1/2"	AMANCO	R\$ 2,88	R\$ 288,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
26	25	PÇ	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1 50 MM X 1/2"	KRONA	R\$ 3,00	R\$ 75,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
27	25	PÇ	COLAR DE TOMADA EM PVC MARROM, CONFORME NBR 10930, COM TRAVAS E ARRUELA DE BORRACHA, PARA TUBULAÇÕES EM PVC PBA NBR 5647 OU PVC SOLDÁVEL NBR 5648, DERIVAÇÃO COM ROSCA BSP CONFORME NM-ISO 7-1 60 MM X 1/2"	KRONA	R\$ 3,50	R\$ 87,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
28	1	PÇ	CURVA PVC PBA 200 MM 22°	C&M	R\$ 240,00	R\$ 240,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
29	1	PÇ	CURVA PVC PBA 200 MM 90°	C&M	R\$ 300,00	R\$ 300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
30	750	UN	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 METROS VEDANTE NÃO SINTETIZADA, À BASE DE RESINA DE P.T.F.E (POLITETRAFLUORETILENO)100%	MULTIFITA	R\$ 3,00	R\$ 2.250,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
31	75	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 100 MM	PLASTILIT	R\$ 3,59	R\$ 269,25	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
32	75	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 40 MM	PLASTILIT	R\$ 0,70	R\$ 52,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
33	75	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 45° 50 MM	PLASTILIT	R\$ 1,80	R\$ 135,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
34	250	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 100 MM	PLASTILIT	R\$ 1,95	R\$ 487,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
35	75	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 40 MM	PLASTILIT	R\$ 0,40	R\$ 30,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
36	75	PÇ	JOELHO BRANCO ESGOTO 90° 50 MM	PLASTILIT	R\$ 0,90	R\$ 67,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
37	750	PÇ	JOELHO PVC 90° SOLDÁVEL E COM ROSCA 20 X 1/2" L R	PLASTILIT	R\$ 0,55	R\$ 412,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
38	750	PÇ	JOELHO PVC 90° SOLDÁVEL E COM ROSCA 25 X 1/2" L R	PLASTILIT	R\$ 0,65	R\$ 487,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
39	500	PÇ	JOELHO PVC REDUÇÃO 1/4 X 1/2" NBR 5648	HIFERSANE	R\$ 0,94	R\$ 470,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
40	500	PÇ	JOELHO PVC ROSCA 1/4 NBR 5648	HIFERSANE	R\$ 0,60	R\$ 300,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
41	150	PÇ	JOELHO PVC ROSCA 1/2 NBR 5648	PLASTILIT	R\$ 0,45	R\$ 67,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
42	750	PÇ	JOELHO PVC SOLDÁVEL 20 MM NBR 5648	PLASTILIT	R\$ 0,15	R\$ 112,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
43	250	PÇ	JOELHO PVC SOLDÁVEL 25 MM NBR 5648	PLASTILIT	R\$ 0,18	R\$ 45,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
44	75	PÇ	JOELHO PVC SOLDÁVEL 32 MM CL 15	PLASTILIT	R\$ 0,80	R\$ 60,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
45	75	PÇ	JOELHO PVC SOLDÁVEL 40 MM CL 15	PLASTILIT	R\$ 1,90	R\$ 142,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
46	75	PÇ	JOELHO PVC SOLDÁVEL 50 MM CL 15	PLASTILIT	R\$ 1,40	R\$ 105,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
47	500	PÇ	JOELHO LR PVC DE 20 MM X 1/2"	PLASTILIT	R\$ 0,50	R\$ 250,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
48	125	PÇ	JOELHO LR PVC DE 25 MM X 1/2"	PLASTILIT	R\$ 0,65	R\$ 81,25	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
49	75	PÇ	JOELHO LR PVC DE 25 MM X 3/4"	HIFERSANE	R\$ 0,84	R\$ 63,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
50	50	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 25 MM COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 2,00	R\$ 100,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
51	05	PÇ	LUA DE CORRER DEFOFO AZUL DN 150 COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 30,00	R\$ 150,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
52	05	PÇ	LUA DE CORRER DEFOFO DN 250 MM COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 100,00	R\$ 500,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
53	05	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 140 MM COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 40,00	R\$ 200,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
54	05	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 160 MM COM ANEL	C&M	R\$ 48,00	R\$ 240,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
55	150	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 20 MM COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 2,00	R\$ 300,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
56	03	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 200 MM COM ANEL	C&M	R\$ 94,00	R\$ 282,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
57	25	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 50 MM COM ANEL	PLASTILIT	R\$ 6,40	R\$ 160,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
58	50	PÇ	LUA DE CORRER PVC PBA 60 MM COM ANEL	HIFERSANE	R\$ 5,00	R\$ 250,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
59	10	PÇ	LUA DE CORRER OCRO 100 MM COM ANEL	SANETIL	R\$ 4,00	R\$ 40,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
60	10	PÇ	LUA DE CORRER OCRO 150 MM COM ANEL	C&M	R\$ 8,00	R\$ 80,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
61	10	PÇ	LUA DE CORRER VINILFER DEFOFO 100 MM COM ANEL	C&M	R\$ 12,00	R\$ 120,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
62	375	PÇ	LUA DE REDUÇÃO LR PVC 25 X 1/2"	PLASTILIT	R\$ 0,50	R\$ 187,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



63	750	PÇ	LUVA LR PVC 20 MM X ½	PLASTILIT	R\$ 0,41	R\$ 307,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
64	500	PÇ	LUVA LR PVC 25 MM X ½	PLASTILIT	R\$ 0,46	R\$ 230,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
65	25	PÇ	LUVA LR PVC 32 X 1"	MULTILIT	R\$ 1,39	R\$ 34,75	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
66	500	PÇ	LUVA PVC ROSC. ½		R\$ 0,39	R\$ 195,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
67	250	PÇ	LUVA PVC SOLDAVEL 20 MM	MULTILIT	R\$ 0,18	R\$ 45,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
68	250	PÇ	LUVA PVC SOLDAVEL 25 MM	PLASTILIT	R\$ 0,20	R\$ 50,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
69	125	UN	LÂMINA DE SERRA SEMIRRÍGIDA, INQUEBRÁVEL DURANTE O USO E À PROVA DE ESTILHAÇAMENTO, C.300 X L.13 X E. 80 24 DENTES	NICHOLSON	R\$ 4,50	R\$ 562,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
70	250	UN	KIT CAVALETE PADRÃO ½	HIFERSANE	R\$ 23,95	R\$ 5.987,50	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
71	50	RL	MANGUEIRA PEAD (TUBO) POLIETILENO 20 MM (RL 100 MTS) NORMATIZADO PELA NBR 8417, PARA PRESSÕES DE TRABALHO DE ATÉ 1 MPA (10 KGf/cm2 - 100 MCA) PE 80	POLITEJO	R\$ 224,00	R\$ 11.200,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
72	10	RL	MANGUEIRA PEAD (TUBO) POLIETILENO 32 MM (RL 100 MTS) NORMATIZADO PELA NBR 8417, PARA PRESSÕES DE TRABALHO DE ATÉ 1 MPA (10 KGf/cm2 - 100 MCA) PE 80	AMANCO	R\$ 540,00	R\$ 5.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
73	750	PÇ	REGISTRO EM PVC, CONFORME NBR 11306, COM AS DUAS EXTREMIDADES COM ROSCA MACHO BSP ISO-7-1, COM VEDAÇÃO ATRAVÉS DE BORRACHA NITRILICA E ACIONAMENTO POR BORBOLETA, PN 16 - 1/2"	HIFERSANE	R\$ 3,48	R\$ 2.610,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
74	250	PÇ	REGISTRO EM PVC, CONFORME NBR 11306, COM AS DUAS EXTREMIDADES COM ROSCA MACHO BSP ISO-7-1, COM VEDAÇÃO ATRAVÉS DE BORRACHA NITRILICA E ACIONAMENTO POR BORBOLETA, PN 16 - 3/4"	HIFERSANE	R\$ 3,48	R\$ 870,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
75	10	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL COM FECHO BORBOLETA DE 32 MM	VIQUA	R\$ 6,50	R\$ 65,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
76	10	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL COM FECHO BORBOLETA DE 40 MM	FORTTE	R\$ 8,70	R\$ 87,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
77	10	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL COM FECHO BORBOLETA DE 50 MM	FORTTE	R\$ 9,45	R\$ 94,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
78	10	PÇ	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL COM FECHO BORBOLETA DE 60 MM	VIQUA	R\$ 17,00	R\$ 170,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
79	02	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 1" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 30,00	R\$ 60,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
80	02	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 1 ½" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 50,00	R\$ 100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
81	02	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 2" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 90,00	R\$ 180,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
82	02	PÇ	REGISTRO DE GAVETA BRONZE 2 ½" PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGf/cm² OU 199 PSI DIÂMETRO NOMINAL (DN) CONFORME ABNT NBR 15705:2009 VOLANTE FABRICADO EM ALUMÍNIO SILÍCIO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI - ALTAMENTE RESISTENTE	DOCOL	R\$ 180,00	R\$ 360,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
83	01	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 125	INAPI	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
84	01	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 140	INAPI	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
85	01	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 250	AVK	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
86	01	PÇ	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGE/FLANGE DN 300	AVK	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
87	25	PÇ	REDUÇÃO 100 X 75 MM PARA TUBO DE ESGOTO BRANCO	PLASTILIT	R\$ 3,50	R\$ 87,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
88	250	PÇ	SELIM COM TRAVA 150 X 150 COMPLETO CONF NBR 7362-1	CORR PLASTIK	R\$ 8,00	R\$ 2.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
89	30	UN	TAMPÃO EM FERRO FUNDIDO NODULAR CLASSE D 400, DIÂMETRO DE 600 MM COM SUPERFÍCIE DE CONTATO (TAMPA/ARO) USINADOS, OBEDECENDO A NORMA ABNT NBR 10.160/2.005	VOIGT	R\$ 298,00	R\$ 8.940,00	COMERCIAL VOIGT EIRELI - EPP
90	125	UN	TAMPÃO PARA TIL DE ESGOTO DN 100 MM	C&M	R\$ 8,00	R\$ 1.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
91	250	PÇ	TE ROSCÁVEL ½ (BRANCO)	PLASTILIT	R\$ 0,80	R\$ 200,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
92	100	PÇ	TÊ PEAD/P / TUBO PEAD ½	IPAL	R\$ 5,00	R\$ 500,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
93	250	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 20 MM	MULTILIT	R\$ 0,29	R\$ 72,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
94	300	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 25 MM	PLASTILIT	R\$ 0,35	R\$ 35,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
95	50	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 32 MM	PLASTILIT	R\$ 1,20	R\$ 60,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
96	50	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 40 MM	PLASTILIT	R\$ 2,50	R\$ 125,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
97	25	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 50 MM	MULTILIT	R\$ 2,70	R\$ 67,50	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
98	10	PÇ	TÊ PVC SOLDAVEL 60 MM	PLASTILIT	R\$ 9,35	R\$ 93,50	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
99	100	PÇ	TE PVC ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	R\$ 4,00	R\$ 400,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
100	25	PÇ	TE PVC ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	R\$ 1,00	R\$ 25,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
101	250	PÇ	TIL DE LIGAÇÃO DE ESGOTO PREDIAL COMPLETO BBB JEI 100 MM COM ADAPTADOR E COM TAMPÃO COMPLETO	PRECONVC	R\$ 17,50	R\$ 4.375,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
102	750	PÇ	TUBETE SEGO DE ½ PARA CORTE DE ÁGUA	PERPLAST	R\$ 1,00	R\$ 750,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
103	100	PÇ	TUBETE SEGO DE ½ PARA CORTE DE ÁGUA	PERPLAST	R\$ 1,00	R\$ 100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
104	150	BR	TUBO DE ESGOTO 100 MM BRANCO PONTA/BOLSA COM ANEL DE VEDAÇÃO	PLASTILIT	R\$ 34,00	R\$ 5.100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



105	50	BR	TUBO DE ESGOTO 40 MM BRANCO PONTA/BOLSA COM ANEL DE VEDAÇÃO	PLASTILT	R\$ 13,00	R\$ 650,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
106	15	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 150 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
107	10	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 200 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
108	65	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 250 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 780,00	R\$ 50.700,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
109	02	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 300 DEFOFO JE - COR AZUL - 1 MPA - PARA ÁGUA - COM ANEL - NBR 7665/99 DA ABNT - (A BARRA É DE 6 METROS)	PVC BRAZIL	R\$ 1.150,00	R\$ 2.300,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
110	150	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 100 JE COR OCRE PARA ESGOTO COM ANEL - NBR 7362 DA ABNT	CORR PLASTIK	R\$ 54,00	R\$ 8.100,00	POXI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES HIDRÁULICA EIRELI - ME
111	200	BR	TUBO DE PVC RÍGIDO DN 150 JE COR OCRE PARA ESGOTO COM ANEL - NBR 7362 DA ABNT	PLASTILT	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
112	20	BR	TUBO PVC P.B.A DN 100 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILT	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
113	10	BR	TUBO PVC P.B.A DN 140 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILT	R\$ 580,00	R\$ 5.800,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
114	10	BR	TUBO PVC P.B.A DN 150 MM CL 15 NBR 5647 COM ANEL	MULTILT	R\$ 680,00	R\$ 6.800,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
115	250	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 20 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 8,00	R\$ 2.000,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
116	150	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 25 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 9,00	R\$ 1.350,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
117	150	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 32 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 16,90	R\$ 2.535,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
118	500	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 40 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 19,00	R\$ 9.500,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
119	150	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 50 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 36,90	R\$ 5.535,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
120	200	BR	TUBO PVC SOLDAVEL 6,3 PN 750 KPA DE 60 MM CL 15 ÁGUA FRIA NBR 5648	PLASTILT	R\$ 49,80	R\$ 9.960,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
121	750	PÇ	UNIÃO LL EM PVC PARA TUBO PEAD, COM DUAS BOLSAS JUNTA MECÂNICA POR COMPRESSÃO PARA INTERLIGAÇÃO ATRAVÉS DE GARRAS DE TUBO DE PEAD OU RAMAL PREDIAL BITOLA DE 20MM	HIFERSANE	R\$ 1,60	R\$1.200,00	SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
122	25	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE ESGOTO DE 100 MM	KRONA	R\$ 50,00	R\$ 1.250,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
123	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 100 MM	IVALVULAS	R\$ 390,00	R\$ 390,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
124	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 150 MM	IVALVULAS	R\$ 750,00	R\$ 750,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
125	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 250 MM	MP	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00	MULTIFORTE TUBOS E CONEXÕES LTDA ME
126	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DUPLA PORTINHOLA F/F DN 300 MM	IVALVULAS	R\$ 2.490,00	R\$ 2.490,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
127	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1"	DOCOL	R\$ 75,00	R\$ 75,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
128	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1 1/2"	DOCOL	R\$ 130,00	R\$ 130,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
129	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G DE 1 1/4"	DOCOL	R\$ 120,00	R\$ 120,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
130	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO COM PORTINHOLA J P G 2"	DOCOL	R\$ 180,00	R\$ 180,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
131	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1"	DOCOL	R\$ 40,00	R\$ 40,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
132	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1/1/2"	DOCOL	R\$ 78,00	R\$ 78,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
133	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 1 1/4"	DOCOL	R\$ 68,00	R\$ 68,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI
134	01	UN	VALVULA DE RETENÇÃO DE FUNDO DE POÇO F/F DE 2"	DOCOL	R\$ 100,00	R\$ 100,00	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI



CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora Pública LUCILEIDE LIMA DE OLIVEIRA, como PREGOEIRA, desta Câmara Municipal de Jaguaraiava, para o Biênio 2019/2020, ficando como EQUIPE DE APOIO os Servidores Públicos: MARIUZA DA SILVA, CLAYTON ROBERTO F. PASSOS E MARCOS ANTONIO RUTH.

Art. 2º - Fica nomeado como suplente de Pregoeiro, o Servidor Público: MARCOS ANTONIO RUTH.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguaraiava, em 07 de janeiro de 2019.

ADILSON PASSOS FELIX
Vereador - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores Públicos, CLAYTON ROBERTO F. PASSOS, MARCOS ANTONIO RUTH e MARCELO ANDRÉ DALANORA, para sob a Presidência do primeiro, integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, com o objetivo de analisarem os processos licitatórios que forem levados a efeito neste Legislativo Municipal, para o ano de 2019.

Art. 2º - Fica nomeado como suplente da referida Comissão, o servidor público: JOSIETE DE MORAES DA SILVA.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguaraiava, em 07 de janeiro de 2019.

Adilson Passos Felix
Vereador - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaraiava, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os senhores ROSENEI APARECIDA SILVA; MARIUZA DA SILVA; e, NIVALDO LUCAS FILHO, para sob a Presidência do primeiro, integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONTROLE DE ESTOQUE E PATRIMÔNIO, com o objetivo

de verificar e receber, em nome da Câmara Municipal de Jaguaraiava, os bens de natureza patrimonial ou não, adquiridos ou percebidos por este órgão, durante o biênio 2019/2020.

Art. 2º - Fica nomeado como suplente da referida Comissão, o Servidor Público MARCOS ANTONIO RUTH.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguaraiava, em 07 de janeiro de 2019.

Adilson Passos Felix
Vereador-Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaraiava, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os senhores JOSIETE DE MORAES DA SILVA; ROSENEI APARECIDA SILVA; e, CLEOFAS ABRAHAM DAVID KALIL FADEL, para sob a Presidência do primeiro, integrarem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO PESSOAL, DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, AVALIAÇÃO DE PROGRESSÕES (VERTICAL E HORIZONTAL), SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para o Biênio 2019/2020.

Art. 2º - Fica nomeada como suplente da referida Comissão, a servidora MARIUZA DA SILVA.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguaraiava, em 07 de janeiro de 2019.

Adilson Passos Felix
Vereador-Presidente